

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ICARO MORAIS DA TRINDADE

ESPAÇOS PÚBLICOS E INCLUSÃO SOCIAL:

Uma análise da hospitalidade do Centro Histórico de São Luís para as pessoas em situação de rua e manifestações culturais.

São Luís

2024

ICARO MORAIS DA TRINDADE

ESPAÇOS PÚBLICOS E INCLUSÃO SOCIAL:

Uma análise da hospitalidade do Centro Histórico de São Luís para as pessoas em situação de rua e manifestações culturais.

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para a obtenção de título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof.^ª Dr.^ª Marluce Wall de Carvalho Venancio

Coorientadora: Prof.^ª Ingrid Gomes Braga

São Luís

2024

Trindade, Icaro Morais da.

Espaços públicos e inclusão social: uma análise da hospitalidade do Centro Histórico de São Luís para as pessoas em situação de rua e manifestações culturais. / Icaro Morais da Trindade – São Luís, 2024.

132 f.: il.

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2024.

Orientador: Profa. Dra. Marluce Wall de Carvalho Venancio

1. Espaço público. 2. Controle social. 3. Direito à cidade. 4. Cultura I. Título.

CDU: 728:351.778.352(812.1)

ICARO MORAIS DA TRINDADE

ESPAÇOS PÚBLICOS E INCLUSÃO SOCIAL:

Uma análise da hospitalidade do Centro Histórico de São Luís para as pessoas em situação de rua e manifestações culturais.

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para a obtenção de título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

APROVADO EM 04/04/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marluce Wall de Carvalho Venâncio (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof.^a Dr.^a Ingrid Gomes Braga (Coorientadora)

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Ma. Jessica Mendonça de Carvalho (Examinadora)

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

“A menos que modifiquemos nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”

Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é resultado de um esforço conjunto entre o autor, familiares, amigos e o corpo docente da universidade. Gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus pelo privilégio de ter uma mãe tão batalhadora e guerreira como Kleice Elaine Viana Moraes. Sua determinação e apoio incondicional foram fundamentais em minha jornada acadêmica. Nos momentos difíceis, ela esteve ao meu lado, sendo minha rocha, e nas ocasiões felizes, compartilhando da mesma alegria. Desde sempre, formamos uma equipe imbatível e nosso vínculo jamais será rompido.

Também sou grato ao meu pai, Patrick O'hara Ferreira Silva, por seu acolhimento desde o primeiro momento e por seu constante suporte emocional, que possibilitaram minha trajetória acadêmica. Meu irmão, Patrick O'hara Junior, com sua presença e descontração, trouxe leveza aos momentos desafiadores, tirando-me da monotonia da vida com seu jeito extrovertido.

Agradeço a todos os membros da minha família, cujo apoio inabalável e influência positiva foram essenciais para minha formação pessoal e acadêmica. Especialmente à minha avó Mary Dalva Viana Moraes, cuja garra é incomparável, sendo mãe solteira de seis filhos e um exemplo de bondade e retidão para cada um deles.

Na minha jornada acadêmica, sou imensamente grato ao corpo docente da FAU UEMA, em especial à minha orientadora, Marluce Wall. Sua acolhida calorosa, confiança em meu potencial e orientação firme foram fundamentais para o sucesso deste projeto. Expresso aqui minha profunda admiração e respeito por seu trabalho exemplar.

Também desejo estender meus agradecimentos aos amigos que compartilharam comigo os desafios e as alegrias da vida acadêmica, proporcionando momentos de descontração e risadas. Em particular, agradeço à Aline Bahury, minha companheira de curso e de campo, cuja colaboração e amizade foram inestimáveis nesta jornada de pesquisa. Sua presença foi como a de uma irmã durante os anos de graduação, e estou imensamente grato por todos os momentos compartilhados.

Prolongo meus agradecimentos também aos amigos virtuais, cuja importância é insubstituível. Obrigado por fazerem parte dos meus momentos de descontração e por serem muitas vezes a "descompressão" necessária.

A todos que contribuíram de alguma forma para este trabalho, meu mais sincero agradecimento. Suas influências positivas e apoio constante foram fundamentais para alcançar este objetivo

RESUMO

O conceito de espaço público engloba áreas e locais acessíveis a todos os cidadãos, independentemente de suas origens sociais, econômicas ou culturais. Esses espaços desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de comunidades saudáveis, sendo o cenário onde as dinâmicas sociais ocorrem, promovendo a cidadania e contribuindo para a construção de uma identidade coletiva. Diante das transformações que aconteceram nas cidades contemporâneas, tem sido observada uma crescente utilização de estratégias de controle social para afastar indivíduos considerados indesejáveis, como pessoas em situação de rua e grupos marginalizados, desses locais de importância social e econômica. Esta pesquisa concentra-se na análise da hospitalidade do centro histórico de São Luís para pessoas em situação de rua e manifestações culturais. Para isso, adotou-se a observação direta do ambiente físico como principal método de pesquisa, coletando dados sobre aspectos físicos e funcionais do espaço e entrevistas, além de utilizar fotografias e notas como ferramentas de registro. Os dados foram analisados qualitativamente, revelando uma baixa incidência de estratégias de controle social nos espaços públicos estudados, o que contribui para tornar esses locais acolhedores e preservar as dinâmicas sociais que neles ocorrem. Nelas estão inclusas interações sociais, manifestações políticas, atividades culturais, comércio, lazer e recreação. Conclui-se, portanto, que atividades de lazer, sociabilidade, comércio e turismo coexistem harmoniosamente nesses espaços, destacando a importância de políticas e práticas que promovam a inclusão e a convivência democrática em ambientes urbanos historicamente significativos.

Palavras-Chave: Espaço Público. Controle Social. Direito à Cidade. Cultura.

ABSTRACT

The concept of public space encompasses areas and locations accessible to all citizens, regardless of their social, economic, or cultural backgrounds. These spaces play a fundamental role in the development of healthy communities, serving as the backdrop where social dynamics occur, promoting citizenship, and contributing to the construction of a collective identity. In the face of transformations occurring in contemporary cities, there has been an observed increase in the use of social control strategies to exclude individuals considered undesirable, such as people experiencing homelessness and marginalized groups, from these socially and economically significant locations. This research focuses on analyzing the hospitality of the historic center of São Luís for people experiencing homelessness and cultural manifestations. To achieve this, direct observation of the physical environment was adopted as the primary research method, collecting data on the physical and functional aspects of the space through interviews, photographs, and notes as recording tools. The data were qualitatively analyzed, revealing a low incidence of social control strategies in the studied public spaces, which contributes to making these places welcoming and preserving the social dynamics that occur within them. These dynamics include social interactions, political expressions, cultural activities, commerce, leisure, and recreation. It is therefore concluded that leisure, sociability, commerce, and tourism activities coexist harmoniously in these spaces, highlighting the importance of policies and practices that promote inclusion and democratic coexistence in historically significant urban environments.

Keywords: Public Space, Social Control, Right to the City, Culture.

LISTA DE SIGLAS

FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Pesquisa Econômica Aplicada
PPRCHSL	Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís
UFPR	Universidade Federal do Paraná
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
CCPDVF	Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho
CEPRAMA	Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular
IDAM	Desenvolvimento das Artes Maranhenses
CEMAR	Cia. Energética do Maranhão
CETECMA	Centro de Capacitação tecnológica
SEMTEC	Simpósio dos Ensinos Médio, Técnico e Tecnológico
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo
EDB	Encontros de Brechós
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
MinC	Ministério da Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Brasileiros protestam por direitos	30
Figura 2: Brasileiros protestando por uma moradia digna	33
Figura 3: Protestos na Turquia contra o governo	34
Figura 4: A divisória do banco da praça restringe o seu uso e impede que pessoas em situação de rua possam utilizá-lo para descansar.....	33
Figura 5: Padre Júlio Lancellotti usou uma marreta para tentar tirar os pedregulhos à força	37
Figura 6: “Urbs S. Ludovici” impresso em 1647 em Amsterdã para ilustrar os feitos do Conde Maurício de Nassau, sobre desenho de 1641 atribuído a Frans Post e que reflete o projeto de Frias de Mesquita de 1615.	40
Figura 7: Cartão postal de época evidenciando a urbanidade de São Luís no século XIX.	40
Figura 8: Maquete da área de projeto construída pelo arquiteto John Gisiger	43
Figura 9: Um terreno baldio transformado na Praça da Praia Grande.	51
Figura 10: Praça do Poeta Nauro Machado antes e depois das obras	50
Figura 11: Praça do Poeta Nauro Machado antes e depois das obras	50
Figura 12: Antes e depois de da praça da seresta que anteriormente servia como estacionamento e oficina mecânica	54
Figura 12: Praça Valdelino Cécio	54
Figura 13: Antes e depois da praça da seresta que anteriormente servia como estacionamento e oficina mecânica	55
Figura 14: Praça dos Catraieiros após as obras	55
Figura 15: Praça da Praia Grande após a reforma.....	56
Figura 16: Vista da praça com a estátua do pescador e tendo ao fundo os quiosques de bares e restaurantes populares.....	54
Figura 17: Convento das Mercês. Situação anterior em ruínas e após sua adequação	58
Figura 18: Fábrica Cânhamo antes em ruínas e após ter sido transformada em um centro de artesanato	58
Figura 19: Interior da fábrica Cânhamo com o mercado de artesanato.	56
Figura 20: Fachada principal do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, antes e depois.....	60

Figura 21: Antigos galpões do Porto da Praia Grande que hoje abrigam o Centro de Criatividade	61
Figura 22: Interior e fachadas do teatro Arthur Azevedo após as obras de restauração	62
Figura 23: Centro de referência da cultura popular maranhense	64
Figura 24: Exposição de técnicas populares no pavimento térreo	64
Figura 25: Antigos galpões de açúcar foram transformados na sede de um teatro experimental.....	65
Figura 26: Dois trechos das galerias subterrâneas de drenagem	63
Figura 27: Praça do Comércio em 1986 revelando o caos urbano e a invasão de veículos pesados e após as intervenções do PPRCHSL com a área arborizada e transformada em via exclusiva de pedestres	66
Figura 28: Rua Portugal durante as obras e após sua conclusão em 1989	66
Figura 29: Rua Portugal antes e depois das obras	64
Figura 30: Cenários de antes e depois na recuperação da Praça do Comércio.....	65
Figura 31: Cenários do Beco Catarina Mina antes e após as obras.....	65
Figura 32: Cenário da Rua da Estrela antes congestionada por veículos e após a transformação em via exclusiva de pedestre.	68
Figura 33 Retirada de poste de concreto com transformador conjugada com o alargamento das calçadas.....	69
Figura 34 Obras de recuperação dos pavimentos originais	70
Figura 35: Imóvel completamente arruinado passou a abrigar as famílias	68
Figura 36: Fachadas dos antigos depósitos do porto que estavam fechados e após sua adaptação para abrigar moradias.	69
Figura 37: À esquerda, maquete utilizada e a direita o Secretário João Rebelo, falando aos feirantes em reunião, na Feira da Praia Grande. 1979.	73
Figura 38: Conjuntos de sobrados que foram transformados na sede da Escola de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão.....	75
Figura 39: Ruínas transformadas em sede da Escola de Música do Estado do Maranhão.	76
Figura 40: Situação de abandono da estação de passageiro do porto da Praia Grande e após a reconstrução.	77

Figura 41: Marcação das praças estudadas	75
Figura 42: Arborização e assentos públicos que compõem o Largo do Comércio.	87
Figura 43: Pessoa em situação de rua deitado sobre o assento público	87
Figura 44: À esquerda a escadaria e à direita a visão panorâmica da praça	88
Figura 45: Tambor de crioula	90
Figura 46: Grades e arranjos espinhosos	88
Figura 47: Mesas e cadeiras nas calçadas	89
Figura 48: Praça do Reggae	93
Figura 49: Foliões na Quinta do Reggae.....	94
Figura 50: Encontro de Brechós na praça do reggae.....	92
Figura 50: Área utilizada para as apresentações	95
Figura 51: Trote universitário na praça do reggae.....	95
Figura 52: Praça da Faustina	94
Figura 53: Praça da Fé.....	97
Figura 54: Praça dos Catraieiros.....	98
Figura 55: Praça dos Catraieiros decorada para o São João do Maranhão.....	98
Figura 56: Mesas e cadeiras ocupando o passeio público e parte da praça dos Catraieiros.....	99
Figura 57: Praça Marcílio Dias	100
Figura 58: Pôr do sol na praça Marcílio Dias.....	99
Figura 59: Praça Dom Pedro II.....	102
Figura 60: Praça Dom Pedro II.....	103
Figura 61: Evento “O arraial da Prefs” na praça Dom Pedro II.....	103
Figura 62: Pessoa em situação de rua utilizando o espaço	105
Figura 63: Bancos centrais da praça Valdelino Cécio	106
Figura 64: Praça Valdelino Cécio.....	107
Figura 65: Barracas com vendas diversas na Feirinha da praça Benedito Leite.	107
Figura 66: Feirinha na praça Benedito Leite.....	108
Figura 67: Tambor de crioula na praça Benedito Leite.....	108
Figura 68: Bumba-meu-boi na praça Benedito Leite	109
Figura 69: Tipos de assentos públicos presentes na praça Benedito Leite.....	109
Figura 71: Praça João Lisboa.....	111
Figura 72: Feirinha na praça João Lisboa	111
Figura 73: Assentos da praça João Lisboa	112

Figura 74: Arcos de ferro na praça João Lisboa.....	112
Figura 75: Pessoa em situação de rua utilizando o banco da praça	113
Figura 76: Bancos da praça do Desterro.....	114
Figura 77: Praça do Desterro	113
Figura 78: Bancos da praça da Liberdade	116
Figura 79: Área circular para danças na praça da Liberdade.....	117
Figura 80: Placa anunciando atrações no Centro Cultural do Mestre Amaral	116
Figura 81: Entrada do Centro Cultural do Mestre Amaral	118
Figura 82: Pessoas dentro do Centro Cultural	119
Figura 83: Tambor de Crioula no Centro Cultural.....	119
Figura 84: Praça dos Poetas.....	119
Figura 85: Praça dos Poetas.....	119
Figura 86: Bancos e arborização na praça dos Poetas.....	124
Figura 87: Mesas e cadeiras de uma lanchonete na praça dos Poetas	124
Figura 88: Grades com Espetos.....	124
Figura 89: Grades com Espetos.....	122
Figura 90: Grades com Espetos.....	123

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Objetivos.....	15
1.2	Justificativa	17
1.3	Estrutura do trabalho	18
2	REFLEXÕES URBANAS: UMA BREVE PERSPECTIVA DA CIDADE	19
2.1	A cidade	20
2.2	Caminhos urbanos: reflexões sobre o direito à cidade	28
2.3	Pedras paulistanas: caso Júlio Lancelotti	32
3	ÁREA DE ESTUDO: SÃO LUÍS	36
3.1	Histórico de São Luís.....	37
3.2	Criação do Plano de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PPRCHSL	42
4	ANÁLISE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	76
4.2	O recorte em estudo: área de tombamento federal.....	81
4.3	Análise das praças.....	82
5	CONCLUSÃO	124
	REFERÊNCIAS	128

1. INTRODUÇÃO

As cidades são o epicentro da vida humana, onde se entrelaçam histórias, culturas e modos de vida diversos. Ao longo dos séculos, testemunhamos a evolução das cidades como espaços dinâmicos e multifacetados, moldados por inúmeras influências econômicas, políticas, sociais e culturais. Porém, essa evolução não ocorre de maneira linear ou homogênea; ao contrário, é marcada por desafios e contradições que refletem a complexidade da condição urbana.

A evolução das cidades ao longo da história reflete não apenas o avanço tecnológico e o crescimento populacional, mas também os conflitos e desafios que surgiram em seu caminho. Desde os tempos antigos até os dias atuais, as cidades foram palco de inúmeros conflitos, guerras e disputas por poder, muitas vezes resultando na construção de grandes muralhas de proteção contra estranhos.

Essas muralhas, erguidas como símbolos de segurança e proteção, não apenas delineavam os limites físicos das cidades, mas também serviam como barreiras físicas e simbólicas, separando os habitantes locais de potenciais invasores e estrangeiros. No entanto, essas estruturas defensivas também tinham o potencial de isolar e excluir, criando divisões dentro das próprias comunidades urbanas.

Além disso, à medida que as cidades crescem e se desenvolvem, emergem novas estratégias de controle do espaço público voltadas para a exclusão e marginalização de determinados grupos sociais, frequentemente rotulados como as "classes perigosas", especialmente pessoas em situação de rua.

O espaço público, por sua vez, engloba áreas e locais acessíveis a todos os cidadãos, independentemente de suas origens sociais, econômicas ou culturais. Tais práticas de controle social, que são medidas e métodos empregados por instituições, autoridades e comunidades para orientar e moldar o comportamento, ações e interações das pessoas em ambientes disponíveis ao público, representam uma clara violação dos direitos fundamentais desses grupos, restringindo seu acesso aos espaços públicos - que, para muitos, são o

equivalente ao próprio lar - e limitando sua participação na vida urbana, resultando na alteração da dinâmica do espaço público.

O direito à cidade, conceito introduzido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre na década de 1960, refere-se ao direito de todos os cidadãos participarem ativamente na construção e na gestão das cidades, garantindo o acesso equitativo aos recursos urbanos, serviços e oportunidades. Trata-se de um conceito amplo que engloba não apenas questões relacionadas ao espaço físico da cidade, mas também aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Assim, esta é uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, na qual a principal ferramenta é a observação direta. O problema desta pesquisa é analisar a existência de tipologias de controle social voltadas para pessoas em situação de rua e manifestações culturais nos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís e suas influências nas dinâmicas sociais que acontecem no local, sendo elas interações sociais, manifestações políticas, atividades culturais, comércio, lazer e recreação. Ao fazê-lo, espera-se contribuir para um maior entendimento dos desafios enfrentados pelas cidades contemporâneas e para o desenvolvimento de políticas e práticas urbanas mais humanas e equitativas.

1.1. Objetivos

O Objetivo Geral desta pesquisa é analisar a hospitalidade dos espaços públicos no recorte de tombamento federal do centro histórico de São Luís para as pessoas em situação de rua e grupos de manifestações culturais com base na identificação das tipologias de controle social e analisar a sua influência nas dinâmicas sociais que acontecem no local.

Analisar a hospitalidade urbana em relação às pessoas em situação de rua é fundamental para entender como as comunidades urbanas acolhem e tratam os mais vulneráveis. Permitindo assim avaliar a eficácia das políticas públicas de inclusão social, identificar áreas de melhoria na prestação de serviços sociais e promover uma convivência mais igualitária e compassiva nas cidades.

Além disso, essa análise pode revelar aspectos da dinâmica urbana, como a qualidade do ambiente construído, o acesso a serviços essenciais e a segurança pública, que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas em

situação de rua. Portanto, ao examinar a hospitalidade urbana, busca-se não apenas garantir a proteção dos direitos fundamentais desses indivíduos, mas também construir cidades mais justas, inclusivas e humanas para todos os seus habitantes.

Também, é crucial analisar como os espaços públicos acolhem e celebram manifestações culturais tão ricas e diversas como o bumba-meu-boi, tambor de crioula, cacuriá, dança do carço, tambor de mina, festa do coco, capoeira e o festejo de divino. Essa análise não apenas visa preservar a riqueza da diversidade cultural, mas também a promover a criatividade e expressão artística, fortalecer os laços de identidade comunitária, impulsionar a economia local, fomentar o turismo cultural e facilitar a inclusão social.

Ao proporcionar espaços e oportunidades para essas expressões culturais, os espaços públicos se tornam centros vibrantes de intercâmbio cultural, onde as tradições são valorizadas e transmitidas para as gerações futuras. Além disso, ao incentivar a participação ativa dos cidadãos na vida cultural e cívica da comunidade, tais eventos promovem uma sensação de pertencimento e coesão social.

Portanto, investir na criação e manutenção de espaços públicos que acolham e promovam essas manifestações culturais não só enriquece a vida das comunidades locais, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, diversificada e vibrante.

Os objetivos específicos são:

1. Fazer o levantamento dos elementos representativos de controle social nos espaços públicos escolhidos. Esse conceito abrange medidas e métodos adotados por instituições, autoridades e comunidades com o objetivo de direcionar e influenciar o comportamento, as ações e as interações das pessoas em espaços públicos.
2. Examinar as dinâmicas sociais, abrangendo interações sociais, manifestações políticas, atividades culturais, comércio, lazer e recreação, que ocorrem nos espaços públicos selecionados.

1.2. Justificativa

Na dissertação de mestrado da arquiteta Debora Raquel Faria (UFPR), intitulada "Sem Descanso: Arquitetura Hostil e Controle do Espaço Público no Centro de Curitiba", ela investiga uma tendência global de produção do espaço público baseada em preocupações com segurança, resultando na militarização da paisagem urbana e na criação de territórios segregados e controlados. Para embasar sua pesquisa, a autora recorre a um estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2017, no qual o Datafolha revelou uma forte inclinação dos brasileiros ao autoritarismo, com uma pontuação média de 8,1 em uma escala de 0 a 10, em que 10 representa o nível mais autoritário.

Nesse contexto, o FBSP destaca a relação entre a dinâmica urbana e o autoritarismo, observando que as cidades de menor porte tendem a ser mais suscetíveis a ele. Portanto, torna-se crucial analisar as estratégias que influenciam a configuração do espaço público, avaliar a qualidade desses espaços e compreender como podem contribuir para restringir ou ampliar o acesso democrático a esse domínio.

Nos últimos 10 anos, o Brasil testemunhou um aumento alarmante de 211% no número de pessoas em situação de rua, conforme destacado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Esse dado é particularmente preocupante, ultrapassando significativamente a taxa de crescimento populacional do país no mesmo período, que foi de apenas 11%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diante dessa realidade, torna-se crucial compreender as implicações desse fenômeno no espaço público e examinar a resposta do ambiente urbano a essa crise social.

Embora existam diversos estudos conduzidos em outras cidades brasileiras, como Curitiba e São Paulo, até o momento não foi realizada uma análise específica voltada para São Luís. Portanto, o objetivo desta pesquisa é contribuir para a discussão sobre o uso do espaço público no centro histórico de São Luís por parte da população em situação de rua e diversos grupos culturais que escolhem o centro como local de atuação. Buscamos, assim, analisar a capacidade de acolhimento desse espaço para entender como ele se relaciona com esses grupos e suas atividades.

Adicionalmente, o Centro Histórico de São Luís é frequentemente destacado como a "vitrine" da cidade, sendo promovido para turistas como uma atração cultural. No entanto, é essencial investigar e analisar se esse ambiente é acolhedor ou hostil para as pessoas em situação de rua e manifestações culturais. Porque compreender mais profundamente as interações entre o espaço urbano e grupos vulneráveis no Centro Histórico de São Luís, nos torna mais capazes de analisar as relações e apropriações que ocorrem nessa área urbana.

1.3. Estrutura do trabalho

O capítulo intitulado "Reflexões Urbanas: Uma breve perspectiva da cidade" tem como objetivo fornecer um contexto sucinto das transformações ocorridas nas cidades ao longo da história, desde seus primeiros assentamentos até a configuração da cidade moderna. Em uma análise retrospectiva, embarcaremos em uma jornada pela evolução urbana, explorando alguns marcos e transformações que deram forma ao cenário urbano ao longo do tempo, sob a perspectiva da urbanista Raquel Rolnik em sua obra "O que é cidade? (2009)".

Ao explorar a trajetória das cidades, destacaremos a transição de assentamentos primitivos para centros urbanos complexos e diversificados, considerando os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que impulsionaram esse desenvolvimento. Será discutida a emergência de problemas urbanos, como a falta de moradia e a desigualdade social que acompanham o crescimento das cidades e desafiam a qualidade de vida de seus habitantes.

Também será abordada a crescente necessidade de reivindicar o direito de usufruir e participar ativamente da cidade, uma demanda que surge em resposta às crescentes pressões sociais e à busca por uma cidade mais inclusiva, equitativa e democrática. Serão explorados conceitos fundamentais, incluindo o fenômeno da Arquitetura Hostil, que serão apresentados por meio da análise de estudo de caso que empregaram tais práticas como forma de controle social.

Essa análise histórica servirá como base fundamental para compreendermos os desafios contemporâneos enfrentados pelas cidades e a importância do direito à cidade na promoção de um ambiente urbano mais justo e acessível para todos os seus habitantes.

Em seguida, o capítulo intitulado "Área de Estudo: São Luís" tem como objetivo contextualizar o centro histórico de São Luís dentro do escopo desta pesquisa. Este capítulo se concentra em destacar as transformações que ocorreram nessa região de estudo, incluindo a formação das praças e a expressão da identidade cultural que caracteriza o centro histórico de São Luís. Para isso, faremos uso da dissertação de mestrado do arquiteto Luís Phelipe de Carvalho Castro Andrés, intitulada "REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada".

O capítulo "Análise dos Espaços Públicos" conclui esta pesquisa com uma investigação detalhada sobre o conceito de espaço público e sua relevância no desenvolvimento das sociedades. Como referência, utilizaremos a dissertação de mestrado da arquiteta Debora Raquel Faria (UFPR), intitulada "Sem Descanso: Arquitetura Hostil e Controle do Espaço Público no Centro de Curitiba".

Inicialmente, é feito um esforço para estabelecer uma compreensão desses espaços, explorando aspectos como planejamento urbano e design, destacando sua influência direta na interação das pessoas com o ambiente urbano. Em seguida, são apresentados os resultados da pesquisa, concentrando-se na análise dos espaços públicos selecionados. Destacam-se a identificação e discussão das tipologias de controle social direcionadas a pessoas em situação de rua e manifestações culturais. Serão examinadas as estratégias adotadas, como a presença de elementos específicos, e será avaliado o impacto dessas medidas na acessibilidade e inclusão social desses grupos vulneráveis.

2. REFLEXÕES URBANAS: UMA BREVE PERSPECTIVA DA CIDADE

Desde os primórdios da civilização humana, as cidades têm sido um ponto central de atividade social, econômica e cultural, moldando e sendo moldadas pela trajetória da humanidade. Ao longo dos séculos, esses núcleos urbanos passaram por transformações profundas, desde suas origens como centros agrícolas e religiosos até as complexas metrópoles industriais contemporâneas.

Essa evolução multifacetada das cidades reflete não apenas mudanças nas condições materiais e econômicas, mas também nas dinâmicas sociais, políticas e culturais que as permeiam. Nesse contexto, inicialmente, exploraremos de maneira sucinta e reflexiva as diversas nuances da formação, expansão e complexificação das cidades ao longo do tempo, utilizando como referência a abordagem e perspectiva da urbanista Raquel Rolnik em seu livro "O que é Cidade? (2009)". Vamos explorar o papel desses espaços como locais de convivência, poder e transformação social.

Em seguida, exploraremos o surgimento e as diversas interpretações do termo "direito à cidade", analisando suas implicações cruciais para a promoção da justiça urbana, o fortalecimento da participação cidadã e o desenvolvimento de cidades mais inclusivas e sustentáveis. Buscaremos compreender como as demandas por direito à cidade continuam motivando os movimentos sociais em todo o mundo, impulsionando a luta por uma vida urbana mais digna, equitativa e acessível para todos os cidadãos.

Por fim, traremos para a discussão o caso do Padre Júlio Lancellotti e das pedras paulistanas como uma ilustração vívida da hostilidade e do controle exercido sobre o espaço público. Essa análise nos permite examinar de forma concreta como certas políticas podem restringir o acesso e a segurança dos cidadãos em espaços urbanos compartilhados, destacando a importância contínua da luta pelo direito à cidade e pela garantia de espaços públicos verdadeiramente inclusivos e democráticos.

2.1. A cidade

A cidade, desde a sua formação, é um acontecimento complexo e multifacetado. Ao longo da história, muito se estudou sobre a sua formação. As primeiras cidades representam os marcos iniciais da convivência humana em sociedades complexas, revelando um salto extraordinário no crescimento cultural e organizacional.

Embora não haja uma definição exata de cidade fornecida por Rolnik (2009) em sua obra "O que é cidade?", que foi base para este capítulo, ela explora a cidade como um espaço multifacetado onde questões sociais,

econômicas e culturais se entrelaçam. Para a autora, cidade, antes de qualquer coisa, é como um ímã, mesmo antes de se tornar um local permanente de trabalho e moradia. Os zigurates, templos cerimoniais, eram ímãs que reuniam grupos, e com o passar do tempo, se somam a canteiros e obras de irrigação para construir as primeiras marcas do desejo humano de modelar a natureza.

Para Rolnik (2009), com o surgimento dessa aglomeração de pessoas e construções em um único local, nasce a imperativa necessidade de viver de forma coletiva. Na cidade, nunca se está verdadeiramente sozinho, mesmo que o próximo ser humano esteja além das paredes do apartamento vizinho ou em um veículo em trânsito (Rolnik, 2009). A vida política torna-se indissociável da vida em conjunto, demandando constantemente a gestão da vida coletiva.

Essa necessidade intrínseca dá origem a um poder urbano e uma autoridade político-administrativa. Nas antigas cidadelas muradas e fortificadas, esse papel era exercido pela realeza, controlando súditos que trabalhavam e produziam para a manutenção do local. Essa dinâmica estabelece uma relação intrínseca entre produção e proteção, na qual aqueles que pertenciam à cidade e contribuíam para sua subsistência estavam protegidos por suas muralhas — uma relação que perdura nas cidades contemporâneas.

Embora a relação entre o habitante da cidade e o poder urbano possa variar infinitamente em cada caso, é incontestável que, desde sua origem, a cidade implica, simultaneamente, uma forma de organizar o território e uma relação política. Ser habitante de uma cidade, portanto, implica participar de alguma forma da vida pública, mesmo que, em muitos casos, essa participação se limite à submissão a regras e regulamentos.

Um dos fatores determinantes para as alterações e reorganizações do espaço urbano foi o mercado, que surgiu com a aglomeração de pessoas em núcleos urbanos intensificando as relações de trocas entre eles e potencializando sua capacidade produtiva, segundo Rolnik (2009). Com o tempo, o espaço urbano começa a se organizar em função dele.

Com o enfraquecimento do sistema feudal e a intensificação do comércio, as cidades começam exercer seu papel de atração e isso alterou a forma de produção, que até então era a manufatura monopolizada pelas corporações de ofício. Transformando a economia até então de subsistência para uma economia mercantil, comercializando

o excedente. Por ser espontânea e gradual a ocupação do espaço, a cidade se adapta mais do que transforma seu sítio original. (Rolnik,2009, p.33).

A renúncia do camponês ao trabalho servil, ocasionado pelo desprendimento deles à terra e à oportunidade de sobrevivência para além do trabalho servil, ocasionou a sua migração para as cidades. Nesse contexto, surge uma nova classe na sociedade impulsionada pela disponibilidade da mão de obra livre e despossuída, o patriciado urbano, tirando mais ainda a produção manufatureira das mãos dos mestres do ofício. Isso diversificou e aumentou a produção manufatureira, transformando algumas cidades em sede de centros administrativos, conquistando cidades vizinhas, criando extensões do seu território, o aparecimento de monarquias absolutistas e crescimento, nunca visto, das cidades.

Diante disso, entra em jogo a mercantilização da terra urbana, e a sociedade se divide em classes: os proprietários dos meios de produção e os vendedores de sua força de trabalho. Para Rolnik (2009), a cidade, longe de estar circunscrita por suas muralhas, ou mesmo pelos seus arredores, tornava-se a cidade-mundo, nó de uma rede de cidades que passa a cobrir largas porções do planeta.

Uma das consequências mais significativas da mercantilização das terras urbanas é, sem dúvida, a persistente segregação espacial, que continua a moldar as cidades até os dias de hoje. Conforme Rolnik (2009), essa segregação se traduz na divisão de uma região com base na classe social de seus habitantes, transformando a cidade em um complexo quebra-cabeça, composto por peças distintas, onde cada pessoa conhece seu lugar, mas se sente estrangeira nos demais.

O advento do modo de produção contemporâneo trouxe consigo uma marcante divisão entre o local de trabalho e o local de moradia, rompendo com a prática medieval em que as atividades manufatureiras eram realizadas em casa, eliminando a separação entre esses espaços. Essa configuração também era observada no Brasil colonial do século XIX, onde o local de trabalho coincidia com o ambiente familiar e a mão de obra era predominantemente escrava. De acordo com Rolnik (2009), ao contrário das cidades medievais e coloniais, as atuais

idades apresentam regiões claramente demarcadas entre trabalho e residência, refletindo assim as transformações sociais e econômicas

É importante ressaltar que, mesmo nas cidades medievais e coloniais, embora não houvesse uma segregação física, existiam diferenças evidentes de classes e posição social, expressas por meio do modo de vestir, gestos, atitudes arrogantes ou submissas, e, no contexto brasileiro, até mesmo pela cor da pele.

A segregação espacial acentua-se à medida que a sociedade se mercantiliza. Com o tempo, surgem bairros-dormitórios, áreas comerciais e regiões residenciais homogêneas do ponto de vista social. No Brasil, a crise da escravidão e a transição para o trabalho livre no final do século XIX representaram um marco crucial que impulsionou essa segregação. A burguesia, buscando preservar seu status social, retirou-se da vida pública e passou a organizar-se em ambientes homogêneos, refletindo essa mudança na arquitetura de suas residências, que se tornaram mais imponentes.

Diante disso, o confinamento da família ao ambiente doméstico está intrinsecamente ligado à transformação do espaço público, resultando na perda de sua função como um local de intercâmbio e socialização. Logo, a reclusão da família em sua residência reflete não apenas mudanças físicas, mas também sociais, que alteram a dinâmica da vida urbana. A rua, antes espaço público, tornou-se terra desconhecida, abrigo da diversidade de pessoas, sexos, idades e hierarquias sociais.

O investimento seletivo do poder público no espaço urbano contribui para a perpetuação dessas segregações, com alguns locais desfrutando de infraestrutura e serviços de qualidade, enquanto outros carecem do mesmo estímulo para seu desenvolvimento.

Dessa maneira, para Rolnik (2009), a presença do aparelho de Estado na gestão da cidade foi por nós incorporada a tal ponto que nos parece fazer parte do cenário urbano, como o próprio asfalto e cimento.

Ademais, ao longo do século XVII, a incorporação de grupos voltados para a acumulação de capital pelas esferas dominantes na política não apenas marca uma reviravolta na dinâmica do poder urbano, mas também redefine profundamente a relação entre a esfera política e o desenvolvimento das cidades. Esse período testemunhou a metamorfose do espaço urbano em um terreno fértil

para investimentos, especialmente nas regiões onde a rentabilidade e o retorno do investimento eram maximizados, consolidando assim a ascensão do capital como uma força determinante na configuração das áreas urbanas. Esse cenário de transformações impulsionou a necessidade emergente de um planejamento urbano, um conceito que transcende as eras e permanece intrinsecamente ligado à organização e evolução das cidades atualmente.

Os ideais visionários de cidades utópicas, delineados por escritores renascentistas em obras como "A Ilha da Utopia" de Thomas Morus, não apenas inspiraram a imaginação, mas também catalisaram a concepção do que mais tarde seria conhecido como o planejamento de cidades barrocas. Essas utopias desenhavam cenários urbanos onde a cidade operava de maneira mecânica, livre de imperfeições, com ruas largas priorizando a fluidez dos fluxos, zoneamento funcional e layouts simétricos e regulares.

Originados das práticas econômicas do grande comércio e manufatura, esses ideais não apenas influenciaram, mas revolucionaram a produção do espaço urbano, dando origem a planos e projetos liderados por detentores de conhecimento racional, embasados nos princípios da ordem, medida e conhecimento científico. Essa evolução culminou na clara separação entre o trabalho intelectual e o manual, um marco que reverbera na maneira como concebemos e organizamos as cidades contemporâneas.

Evidentemente, as cidades imaginárias dos pensadores utópicos não viraram realidade. Sua importância, entretanto, reside no fato de expressarem claramente um programa de intervenção do estado na cidade, cujos temas principais se repetem até o planejamento computadorizado de hoje. (Rolnik, 2009, p.59).

Em metrópoles como Londres e Roma, bairros medievais inteiros foram sacrificados para dar lugar a intrincadas redes de avenidas e praças, meticulosamente traçadas radialmente segundo linhas matemáticas. Essas avenidas, frequentemente percorridas pela classe dominante, tornaram-se alvos de investimentos estatais significativos em infraestrutura, incluindo iluminação, limpeza e pavimentação. Simultaneamente, nos arredores urbanos, eram estabelecidos espaços destinados à população geradora de tensões, os pobres, criando um contraste evidente e reflexivo das dinâmicas sociais da época.

Nesse viés, visto que a valorização ou desvalorização de uma região está intrinsecamente entrelaçada aos investimentos públicos e privados nesse espaço, intervenções maciças, exemplificadas por extensos trabalhos de remodelação, exercem um impacto substancial no cenário do mercado imobiliário. Esses investimentos em infraestrutura e equipamentos não apenas alteram a paisagem urbana, mas também têm o potencial de elevar significativamente o valor da região, reforçando a interdependência entre o desenvolvimento urbano e os investimentos direcionados.

Por conseguinte, a Revolta da Vacina destaca-se como um exemplo vívido das tensões surgidas a partir das transformações no espaço público no Brasil. A abertura da Avenida Central, integrante do plano urbanístico em questão, resultou na substituição de uma área popular por um espaço comercial, acentuando uma crise habitacional e desencadeando uma das mais significativas revoltas urbanas no país.

Do ponto de vista político, o desenho proposto pelo plano barroco das grandes avenidas e blocos regulares baseia-se na ideia de um poder urbano que possa ser visto e ao mesmo tempo ver e controlar a cidade. (Rolnik, 2009, p.67).

A reprodução infundável do projeto-padrão na cidade não apenas perpetua a norma, mas também ressalta a padronização dominante. Nesse contexto, para o planejamento urbano, as favelas, áreas de invasão, cortiços e quintais muitas vezes são classificados como habitações subnormais. Essa categorização reflete uma abordagem que, por vezes, negligencia as diversas formas de ocupação do espaço urbano, contribuindo para a marginalização dessas áreas e comunidades. Assim, essas formas de habitação consideradas subnormais tornam-se o território adversário, embora, para muitos residentes, representem a maneira mais viável de viver em uma cidade capitalista marcada pela segregação.

Essas habitações são vistas como inimigas do capital imobiliário, pois contribuem para a desvalorização de determinadas regiões; são consideradas inimigas pela polícia, uma vez que seus espaços irregulares dificultam a penetração; e são vistas como adversárias pelos profissionais da saúde, já que a falta de saneamento propicia a reprodução de parasitas a céu aberto. Diante

desse cenário, o Estado intervém com programas de padronização, buscando ajustar essas formas de moradia aos padrões estabelecidos.

A intervenção do Estado na cidade é, portanto, contraditória, visto que sua ação pode favorecer mais ou menos certos seguimentos da sociedade urbana – mas nunca definitivamente. Então, o que há de permanência na cidade do capital é a luta pela apropriação do espaço urbano e a ação do Estado nada mais é do que expressão das forças engajadas voluntária ou involuntariamente nessa luta.

À luz disso, inseparável do tecido da cidade capitalista, a produção industrial emerge como uma força impactante que não apenas dá ritmo e intensidade aos movimentos urbanos, como apontados por Raquel Rolnik, mas também desempenha um papel onipresente em diversos aspectos da vida cotidiana. Desde as vestimentas que vestimos, com seu potencial de homogeneizar a sociedade, até os dispositivos eletrônicos, televisores e automóveis, a influência da indústria se estende por todos os domínios.

Simultaneamente, essa força industrial, ao moldar nossa realidade cotidiana, também se revela uma das raízes da escravidão contemporânea, absorvendo uma parte significativa de nossos dias, semanas, meses e anos em atividades produtivas.

A transição da cidade medieval para a cidade moderna marca não apenas a extinção das oficinas dos mestres artesãos, mas também o advento de um processo de fragmentação e serialização do trabalho. Nesse período de metamorfose urbana, testemunhamos o crescimento do trabalho sob a égide do capital, com a subordinação do trabalho manual ao intelectual e científico. À medida que as dinâmicas urbanas evoluíam, a introdução da máquina nesse contexto se tornou o ponto crucial para compor o cenário industrial que moldaria as bases da sociedade moderna, impactando não apenas a produção, mas também a própria estrutura da cidade e a vida de seus habitantes.

Conforme Rolnik, “o que aconteceu com as cidades quando passaram a abrigar as grandes indústrias foi, sem dúvidas, uma revolução que alterou decididamente o caráter e a natureza da aglomeração urbana (ROLNIK, 2009, p.73).

A influência da indústria se desdobra em transformações notáveis no cenário urbano, marcando o início de um exponencial crescimento populacional e dando origem à "Gross-stadt", que significa "cidade grande" ou "metrópole, como um produto intrínseco desse processo dinâmico. Esse fenômeno, por sua vez, exerce um papel significativo no impulso da urbanização como um todo. A introdução da máquina no sistema de transporte, almejando a redução de distâncias e a intensificação da circulação, efetivamente converte áreas outrora remotas em regiões agora acessíveis ao mercado.

A substituição da força motriz humana e animal ampliam os limites da produção para além das capacidades biológicas, agora restringidas apenas por considerações mecânicas. Esse avanço resulta na expansão da produção em termos de quantidade e diversidade de produtos, integrando de forma direta o sistema industrial à vida cotidiana dos habitantes urbanos.

Ao retrocedermos ao passado, notamos que a entrada da burguesia na produção desafiou as normas das corporações, buscando maximizar a produtividade por meio do controle. Esse período testemunhou a introdução de práticas como a divisão e especialização de tarefas, regularidade e disciplina. Essa abordagem permitiu maximizar a produção ao estender as horas trabalhadas e intensificar o ritmo do trabalho.

Nesse ínterim, a característica distintiva desse método especializado foi o desmembramento das funções, reduzindo-as a tarefas mutuamente dependentes. Isso possibilitou a contratação de mão de obra menos experiente, ao mesmo tempo em que centralizava o controle do processo de trabalho nas mãos dos empregadores.

Posteriormente, com a implementação de novas técnicas e instrumentos de produção, notadamente a introdução de máquinas, proporcionaram-se maiores lucros aos empregadores. O resultado desse processo é a consolidação da própria indústria, cuja viabilidade depende da presença de um grande contingente de trabalhadores ao seu redor, incluindo antigos artesãos, crianças e mulheres. Esse fenômeno contribui para a emergência de uma heterogeneidade cultural e étnica nas cidades, à medida que as massas convergem para o polo de atração denominado cidade industrial. Essa complexidade social e econômica forma o tecido urbano diversificado que caracteriza as cidades industriais.

É famoso o adágio que se ouve em São Paulo: ali existem mais mineiros e nordestinos do que em várias grandes cidades de Minas ou do Nordeste. Assim como há bairros inteiros de gaúchos nas novas cidades da Amazônia, nas grandes cidades da Europa a maior parte dos trabalhadores na indústria é imigrante – portugueses, espanhóis, turcos paquistaneses africanos. (Rolnik, 2009, p.79).

A heterogeneidade comunal na divisão da cidade, que já se encontrava fragmentada, delinea cada grupo étnico/cultural em correspondência a uma posição social específica. Nos Estados Unidos, por exemplo, desde o século XIX, guetos organizados e hierarquizados têm sido construídos, simultaneamente definidos por linhas étnicas e de classes. Nas cidades industriais brasileiras, um grande contingente de estrangeiros, principalmente portugueses, italianos e espanhóis desprovidos de terra e profissão, foi acolhido. Juntaram-se a esse contexto os negros e mulatos libertos da escravidão, caracterizando assim a diversidade da população da cidade industrial brasileira.

Essas cidades eram marcadas pela presença de fumaça preta, habitações precárias, carência de saneamento e acúmulo de lixo. A violência também impregnava o cenário das cidades industriais, transformando os territórios populares em regiões potencialmente explosivas. Conseqüentemente, as cidades industriais são frequentemente marcadas por revoltas populares, como a Comuna de Paris ou os eventos de maio de 1968, quando a violência cotidiana confere a essas cidades uma característica ambígua de criação e destruição.

2.2. Caminhos urbanos: reflexões sobre o direito à cidade

A origem do termo "direito à cidade" remonta a 1968, quando Henri Lefebvre o introduziu em sua obra "Le Droit à la Ville". Desde então, conforme Brito e Andrade (2021) há uma variedade de discussões e interpretações a respeito desse conceito, atribuindo-lhe uma variedade de significados ao longo do tempo. Esse conceito também é concebido como um ideal político, cujo propósito é confrontar as origens e expressões da exclusão urbana.

Henri Lefebvre situou sua obra em um contexto dinâmico, marcado por movimentos sociais, protestos estudantis intensos e mudanças culturais que reverberaram globalmente. Nessa obra, o autor enfatiza a urgente necessidade de reimaginar a cidade não apenas como um cenário físico, mas também como

um espaço social e político no qual cada cidadão tem o direito e a responsabilidade de se envolver ativamente na formação e renovação do ambiente urbano.

Em sua obra, o autor destaca a influência crucial da luta de classes na configuração do espaço, sendo as classes, suas frações e grupos associados aos principais agentes desse processo. Ele articula essa interdependência de maneira incisiva ao afirmar: "a luta de classes, hoje mais do que nunca, deixa suas marcas no tecido do espaço" (2006, p.52). Esse cenário ressalta a intrínseca relação entre as dinâmicas sociais e a construção do ambiente que habitamos.

À luz disso, para Brandt (2018), que fez uma revisão crítica do livro "Direito à cidade, de Henri Lefebvre, 1968", Lefebvre destaca a necessidade de transformar a cidade através de um pensamento abrangente, indo além de meras aspirações. Ele argumenta que uma estratégia urbana contra-hegemônica deve ser delineada e implementada por grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias.

Essa abordagem é responsável por formular e implementar soluções para os problemas urbanos, baseando-se na elaboração de um programa político de reforma urbana e projetos urbanísticos de diferentes prazos. Além disso, Lefebvre propõe uma revolução cultural permanente como parte integrante desse processo de transformação urbana.

Quanto ao direito à cidade, Lefebvre destaca que emerge como uma conquista social das massas, integrando-se gradualmente à vida cotidiana e aos códigos que regulam as relações sociais. Ele define esse direito como não apenas uma reivindicação à cidade antiga, mas à vida urbana em sua plenitude, incluindo a renovação da centralidade, espaços de encontro, ritmos de vida e a utilização plena desses momentos e locais.

Segundo Attoh (2011), o Neoliberalismo marca um período em que o direito à cidade é exercido tendo em vista os interesses privados de uma elite urbana. Daí a relação entre a negação de tal direito e o modo como o Estado se organiza em relação ao mercado. Embora a produção industrial seja impulsionadora da transformação revolucionária da sociedade, o centro de decisões urbanas não pode mais ser considerado à parte dos meios de produção no contexto do neocapitalismo.

Sendo assim, como salientado por Mitchell (2003, p. 19), "O direito à cidade implica o direito ao uso dos espaços da cidade", sublinhando não apenas a importância de residir na cidade, mas a necessidade de ter o poder de influenciar a utilização desses espaços. Essa abordagem vai além de uma simples reivindicação de acesso físico; trata-se de uma demanda por participação e autodeterminação na construção e reconstrução contínua da cidade como um espaço vital e coletivo.

Nesse sentido, a visão mais essencial do direito à cidade, conforme delineada por Lefebvre (2001), é a busca por uma 'vida urbana renovada e transformada': um movimento que visa libertar o valor de uso, a base essencial da vida urbana, da subjugação ao valor de troca.

Atualmente, após as manifestações públicas em diversas cidades brasileiras no ano de 2013, o termo "direito à cidade" tem sido utilizado por aqueles que buscam pelo direito de viver, produzir e usufruir do espaço urbano, que, conforme Cafrune (2016), representam expressões da luta urbana que trazem outra perspectiva do direito à cidade.

Entre os anos de 2003 e 2013 houve diversas manifestações por um transporte público gratuito e de qualidade em centenas de cidades brasileiras. Em 2013, com a confirmação do aumento da passagem de ônibus de R\$ 3,20 para R\$3,50 na cidade de São Paulo, houve o desencadeamento de centenas de protestos em todo o país, tendo repercussão em diversos jornais internacionais.

Figura 1 - Brasileiros protestam por direitos



Fonte: Wikipedia Commons

O Movimento Passe Livre, com o lema “Por uma vida sem catracas”, enfatiza a catraca como um símbolo não somente do transporte coletivo, mas ressalta as desigualdades gritantes entre ricos e pobres, homens e mulheres e brancos e pretos em diversos aspectos sociais. O Movimento se compromete, assim, com o combate a “todas as catracas” que impeçam o acesso a espaços e serviços públicos, a exemplo da arquitetura hostil.

Figura 2 - Brasileiros protestando por uma moradia digna



Fonte: Tânia Rêgo

Similarmente, em 2013, diversos protestos ocorreram na Turquia devido à provável demolição de um parque e de suas árvores históricas para a construção de um shopping. No primeiro dia, em 27 de maio, dezenas de pessoas acamparam para protestar no Parque Taksim contra essas medidas e, no dia seguinte, outros milhares se juntaram ao grupo com o mesmo objetivo: impedir que houvesse a devastação de um ambiente público que é útil para toda a população. Contudo, a polícia interveio e houve uma violência significativa, deixando milhares de feridos e, ao menos, dois mortos.

Além disso, o movimento se espalhou para outras cidades da Turquia e os cidadãos reclamavam de várias medidas antidemocráticas que feriam a liberdade de expressão e o direito de ir e vir, legalmente, em qualquer localidade da cidade, além de outros direitos fundamentais que não estavam sendo respeitados pelo governo.

Figura 3 - Protestos na Turquia contra o governo



Fonte: Rede Brasil Atual

Conforme estudo da Economist Intelligence Unit, 2013 foi considerado o ano dos protestos em diversos países, visto que, além de Brasil e Turquia, pelo menos outros vinte países tiveram manifestações nesse ano.

2.3. Pedras paulistanas: caso Júlio Lancelotti e a materialização da hostilidade urbana

Diante de diversas questões desagradáveis as quais são submetidas as pessoas em situação de rua, como ausência de saúde, saneamento básico e educação, ainda se deparam com “soluções” feitas pelos governantes, principalmente, das grandes cidades.

Tais medidas fazem parte da chamada “Arquitetura Hostil”, cuja intenção é impedir a permanência de pessoas, sobretudo aquelas que estão vivendo nas ruas, em bancos de praças, embaixo de pontes e demais áreas do espaço público que estão livres.

A arquitetura hostil é pautada por arranjos espaciais e disposições de artefatos nos mobiliários urbanos que visam, essencialmente, impedir a permanência de moradores de rua em locais públicos, ou ‘semipúblicos’ - com potencial de abrigo para pernoite. Esse tipo de instrumento de controle social pode assumir as versões mais sutis, até a hostilização escancarada - jogos incômodos de luzes, superfícies com estilhaços e pregos, paralelepípedos em ângulo de 45º, etc. [...] Em outras palavras, os espaços públicos da cidade são alvo especial da arquitetura hostil não necessariamente por questões voltadas à segurança pública, mas pela

estigmatização daqueles que não possuem a moradia convencional regular (RENNER; SANTOS; SILVA, 2017, p. 2

Embora Zigmunt Bauman, na obra “Confiança e Medo na Cidade”, tenha abordado sobre o surgimento de construções que segregam, afastam e excluem, o termo “arquitetura hostil” foi empregado pela primeira vez, em 2014, pelo repórter inglês Ben Quinn, do Jornal The Guardian. Na reportagem, o repórter chamava a atenção para os elementos “anti-desabrigados” que foram instalados na cidade de Londres.

Figura 4 - A divisória do banco da praça restringe o seu uso e impede que pessoas em situação de rua possam utilizá-lo para descansar



Fonte: Flickr

Ademais, tendo em vista que a base da Arquitetura é o abrigo, e a incumbência do Arquiteto e Urbanista é propor espaços e locais de bem-estar e acolhimento, o impedimento do uso dos espaços públicos é, indubitavelmente, uma anti-arquitetura.

Apesar de esse debate ter tido mais ênfase nos últimos anos, essa prática é realizada em diversos lugares do mundo, com a colocação de cacos de vidro, pedras, peças pontiagudas, barreiras e outros elementos que tornam o ambiente hostil e totalmente inútil para aqueles que não têm local digno de moradia e que:

por várias razões, como alcoolismo, dependência de drogas ilícitas, desestruturação mental, desajuste ou abandono familiar, desemprego, miséria, migração, flagelos de toda sorte, perambulam pela cidade sem lugar para morar, sem emprego, sem dinheiro, sem documento, vindas de perto ou de mares distantes, despossuídas das prerrogativas mínimas

que fariam delas cidadãos aptos a habitar, compartilhar e desfrutar do espaço urbano. Beduínos da urbe, tais pessoas estão condenadas a se deslocar de lá para cá sem direito sequer a se assentar/deitar em um banco de praça ou em um espaço vazio qualquer de regiões valorizadas da cidade (COX; COX, 2015, p. 1-2).

Além de essas medidas não resolverem a situação das pessoas necessitadas, dificultam a vida de quem quer simplesmente apreciar a paisagem e aproveitar a sombra das árvores. Afinal, a falta de liberdade para usufruir desses elementos, transforma as cidades em lugares frios, excludentes e agressivos.

Em contraposição às práticas governamentais que se utilizam da arquitetura hostil para rechaçar as pessoas em situação de rua, a Constituição Federal de 1988 ratificou, em seu art. 6º, o direito à moradia, ao lazer, à educação, à segurança, à infância, e, dentre outros, o direito à assistência, esse último atribuído aos desguardados.

Nesse viés, com o fito de efetuar esse amparo constitucional, foi promulgada, em 2001, a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), um documento a fim de garantir a todos os cidadãos o direito de gozar da cidade ao instituir “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001).

Em suma, o Estatuto da Cidade designa aos municípios a tarefa de cumprir a função social da cidade regulamentada na Constituição, o que manifesta, ao menos na lei, um forte recurso para mudar a realidade apresentada nas cidades brasileiras.

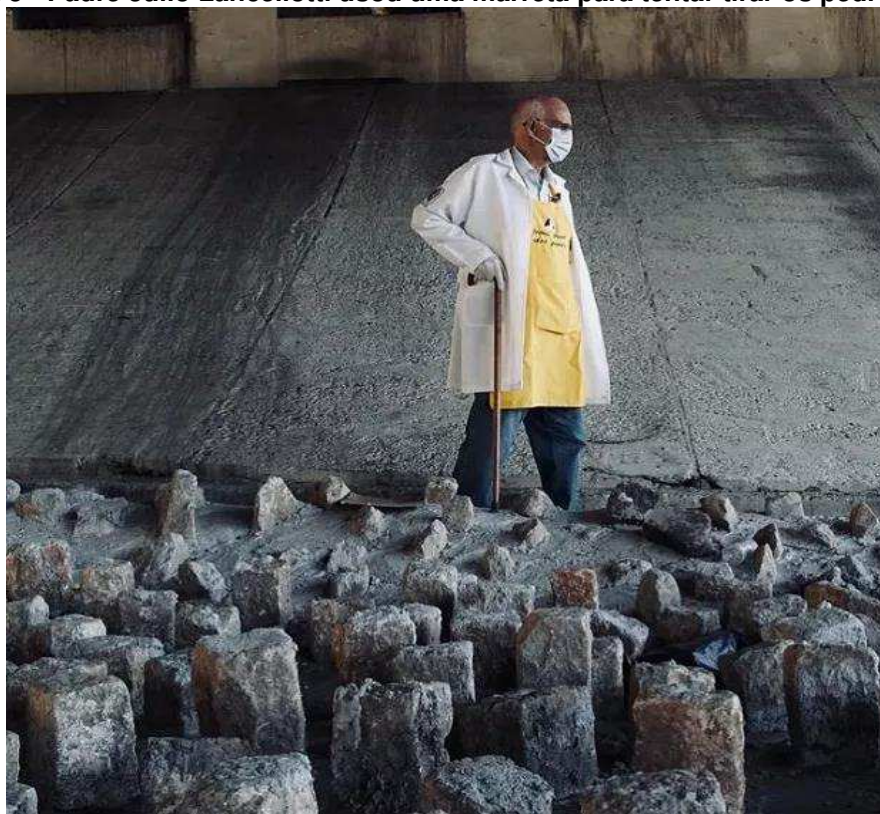
No que concerne à realidade brasileira, nota-se o crescimento dos grandes centros urbanos, especialmente a cidade de São Paulo. Porém, com essa expansão desenfreada, há também o aumento incontrolável de pessoas em situação de rua e sem oportunidades para ter uma vida digna a qual todas as pessoas têm direito constitucionalmente.

Para ilustrar tal afirmação, pode-se citar o caso vivenciado pelo Padre Júlio Lancelotti em fevereiro de 2021, ao quebrar pedras pontiagudas instaladas pela prefeitura de São Paulo embaixo de dois viadutos e trazendo à tona a política excludente e higienista do então prefeito Bruno Covas (PSDB). À época, a prefeitura emitiu notas dizendo que havia instalado as pedras para evitar o

descarte irregular de lixo, porém, esses dois locais eram conhecidos como abrigos para centenas de pessoas.

Possuindo vasta luta a favor das pessoas em situação de rua à frente da Pastoral da Rua, no auge dos seus 70 anos, o Pe. Júlio Lancelotti, repercutiu utilizando bata e botas e, sozinho, iniciou a retirada das pedras com golpes de marreta.

Figura 5 - Padre Júlio Lancelotti usou uma marreta para tentar tirar os pedregulhos à força



Fonte: Henrique de Campos

Em dezembro de 2022, quase dois anos após a situação que envolvia o padre e a prefeitura paulistana, foi promulgada a Lei 14.489 – chamada Lei Padre Júlio Lancelotti, que tem como objetivo proibir a aporofobia (fobia aos pobres) a partir arquitetura hostil em espaços públicos de todo o território nacional.

A Lei 14.489, de 2022 altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 2001) para estabelecer entre suas diretrizes a “promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição de espaços livres de uso público, seu mobiliário e interfaces com espaços de uso privado”.(Agência Senado)

Em sequência, em dezembro de 2023, houve a regulamentação da Lei com o acréscimo do Plano Ruas Visíveis, cujo objetivo é instituir políticas para a população que vive nas ruas, com a concessão de moradias, empregos, educação e saúde.

3. ÁREA DE ESTUDO: SÃO LUÍS

Este capítulo visa demonstrar o impacto do Plano de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís na configuração atual da região, destacando sua importante contribuição para a promoção da cultura e o desenvolvimento dos espaços públicos. O Plano foi essencial na história urbanística da área em estudo, ao não só preservar o patrimônio arquitetônico e histórico, mas também revitalizar esses espaços, assegurando sua relevância e vitalidade nas dinâmicas contemporâneas.

Adicionalmente, o Plano desempenhou um papel fundamental na promoção de atividades culturais e eventos públicos nessas áreas. Ao incentivar a cultura, o artesanato e a movimentação, contribui para a animação e a vitalidade desses espaços, transformando o centro histórico em um polo cultural pulsante e vibrante.

Outro ponto relevante é a melhoria da infraestrutura urbana e dos equipamentos públicos. O Plano contemplou a implantação de novas praças, calçadas, criando espaços públicos mais inclusivos e sustentáveis. Tais melhorias beneficiam não apenas os moradores locais, mas também fortalecem o turismo e a economia da região, tornando-a mais atrativa para investimentos e visitas.

Utilizaremos a dissertação de mestrado intitulada *"REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada"*, elaborada por Luís Felipe de Carvalho Castro Andrés.

O capítulo está estruturado em três partes distintas. Na primeira, abordamos a fundação de São Luís, explorando sua trajetória desde os primeiros momentos até seu apogeu econômico, seguido por um relato de sua urbanização e, eventualmente, sua transição para uma fase de crise econômica.

A segunda parte do capítulo concentra-se no surgimento do programa em questão. Destacamos dois estudos fundamentais que desempenharam um papel crucial no desenvolvimento do programa. Esses estudos oferecem *insights* valiosos sobre a concepção e estruturação do programa, fornecendo uma base sólida para sua implementação.

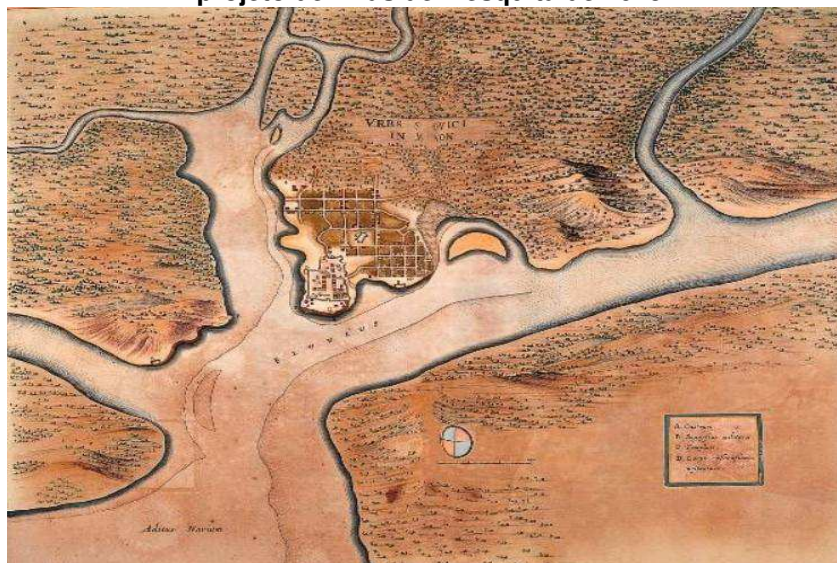
A terceira e última seções apresentam a implementação progressiva do programa e seus impactos transformadores. Enfatizamos como essa iniciativa, gradualmente, favoreceu espaços públicos, promoveu a cultura local e impulsionou a movimentação no centro histórico da cidade. O capítulo destaca como o programa não apenas revitalizou a área, mas também trouxe vida e atividade, promovendo um ambiente propício para o usufruto coletivo e a apreciação contínua da região.

3.1. Histórico de São Luís

São Luís, cidade fundada em 1612, a única capital constituída por franceses, é atualmente a capital do estado do Maranhão. Localizada no nordeste do Brasil, o seu nome se deu em homenagem ao Rei Santo Luís IX. Ao chegar à Ilha de Upaon-Açu, os franceses se deparam com os povos originários, os Tupinambás. A intenção da França era transformar o lugar na “França equinocial”, fundando no dia 08 de setembro o forte e vila São Luís (Prefeitura de São Luís, 2023).

Contando com uma breve ocupação, os franceses logo foram expulsos da ilha em 1615 pelos portugueses sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, ficando assim sob domínio de Portugal. Foi o engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita que ficou responsável por projetar as fortalezas e traçar um plano urbanístico para a cidade (Andrés, 2006).

Figura 6 - “Urbs S. Ludovici” impresso em 1647 em Amsterdã para ilustrar os feitos do Conde Maurício de Nassau, sobre desenho de 1641 atribuído a Frans Post e que reflete o projeto de Frias de Mesquita de 1615.



Fonte: Gaspar Barleus. Estampa 52, Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

O plano urbanístico inicial da cidade de São Luís, feito por Frias de Mesquita, foi concebido no formato de quadras regulares, ruas ortogonais no sentido dos pontos cardeais, sentido esse que direcionaria a expansão da cidade. Juntamente à definição do traçado, foi determinada a construção de uma casa que servisse como modelo para as que viessem ser construídas posteriormente. O sistema organizacional de assentamento da cidade seguia o padrão adotado pelos portugueses de colonização: a parte administrativa, militar e religiosa sendo assentadas na cidade alta e a comercial e marinheira situadas na cidade baixa (Andrés, 2006).

O projeto de urbanização do Eng.^o Frias de Mesquita foi tão determinante para a evolução urbana de São Luís, que até mesmo as áreas da cidade que vieram a se consolidar cerca de duzentos anos depois, já durante o século XIX, nas imediações do Campo d'Ourique e da rua das Hortas, ainda obedeciam ao mesmo padrão reticulado uniforme de ruas estreitas que variam de sete a dez metros de largura e às dimensões de quadras que não passam de 80 X 80 metros (Andrés, 2006).

A cidade de São Luís, em 1619, inicia o seu processo de desenvolvimento com a criação da primeira câmara municipal e desenvolvendo a cultura do algodão e da cana de açúcar. Assim, em 1621, a coroa portuguesa cria o estado do Maranhão, tendo com sua sede a cidade de São Luís. No ano de 1641, os portugueses são expulsos da cidade pelos emissários holandeses de Mauricio de

Nassau, mas logo foram expulsos e os portugueses tomaram a ilha de volta para si. Apesar do pouco tempo em que ficaram no local, devemos aos holandeses o único registro gráfico do que teria sido o projeto urbanístico de Frias de Mesquita, cujo traçado original jamais foi encontrado.

Apesar do cenário natural privilegiado, marcado pela posição geográfica estratégica, fertilidade das terras, abundância de água e um clima tropical excelente, o estado do Maranhão chegou à metade do século XVIII sem experimentar avanços notáveis em sua economia. A capital, São Luís, carecia de uma arquitetura urbana expressiva, refletindo um cenário de desolação e empobrecimento, como atestou o testemunho do padre Antônio Vieira em 1680: "Em todo o estado, não se avistava açougue, ribeira, horta ou tenda, onde se pudessem adquirir os produtos habituais para a alimentação diária, nem mesmo um arrátel de açúcar para a produção local."

Essa carência de infraestrutura básica evidenciava as dificuldades socioeconômicas da região (Andrés, 2006). Somente a partir de 1654, quando a região do meio norte brasileiro se uniu para formar o estado do Maranhão e Grão-Pará, com São Luís ganhando o status de capital junto a Belém, é que a capital começou a receber investimentos em melhorias urbanas, ainda que de maneira gradual.

Dentre os eventos cruciais que impulsionaram o crescimento econômico no estado do Maranhão, destaca-se a unificação com o estado do Brasil e o estado do Maranhão Grão-Pará, realizada por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em 1775. Essa fusão, aliada ao aumento da escravidão negra e à criação da Companhia Geral do Comércio Maranhão Grão-Pará, representam decisões fundamentais que moldariam o destino da região. Ao obter o monopólio no abastecimento, o exclusivo direito de comércio com a metrópole e controle da navegação, a companhia impulsionou o processo de exportação de algodão e arroz, enquanto também viabilizava a importação de milhares de escravos africanos para o Maranhão, impulsionando assim a produção local.

A combinação de trabalho escravo com o lucro das exportações engendrou no Maranhão o mecanismo de concentração de riquezas (Andrés, 2006). Tal como Simonsen em sua História Econômica do Brasil, "*em 1817 a economia colonial maranhense conseguia o máximo de eficiência, superando a*

pernambucana e igualando-se à baiana, recebendo 155 navios” (Simonsen, 1936).

São Luís e Alcântara, devido às suas características portuárias, emergiram como marcantes representantes da arquitetura e urbanismo da época. Esse contexto propiciou o estabelecimento de uma elite de comerciantes na região, impulsionada pelas prósperas atividades de comércio de exportação. Diante desse cenário, surgiu a necessidade de desenvolver um ambiente urbano que refletisse os padrões de conforto aos quais os proprietários estavam acostumados nas cidades europeias, resultando na criação de espaços arquitetônicos e urbanos distintivos.

Figura 7 - Cartão postal de época evidenciando a urbanidade de São Luís no século XIX.



Fonte: Andrés (2006)

No desfecho do século XVIII e meados do século XIX, as modestas moradias em São Luís foram substituídas por construções de requinte, utilizando materiais de alta qualidade, como alvenaria de pedra de argamassa, cal proveniente de conchas, óleo de peixe e madeira de lei. Adicionalmente, foram incorporados materiais importados, como azulejos e cantarias de Lioz, juntamente com trabalhos refinados em serralheria.

Durante esse período, uma sociedade elitista se firmou em São Luís, famílias abastardas enviavam seus filhos jovens para estudar em prestigiadas universidades europeias. Esses indivíduos retornavam à cidade destacando-se no cenário nacional (Andrés, 2006).

Diante desse profundo processo de urbanização, por volta de 1835, São Luís ascendeu à posição de quarta cidade mais relevante do Império Brasileiro. A cidade ostentava infraestruturas equiparáveis às das cidades europeias, abrangendo fornecimento de água potável, iluminação pública eficaz e, posteriormente, sistemas de telefonia e transporte coletivo. Esse período representou um notável salto na modernização e na qualidade de vida na região.

Durante o domínio do trabalho escravo e o período em que as mercadorias mantiveram boas cotações no mercado internacional, esses mecanismos geravam lucros significativos. No entanto, com o declínio dessas condições, ocorrido no final do século XIX, a região entrou em um extenso período de depressão econômica (Andrés, 2006).

Ao longo do século XX, com a ascensão dos meios de transporte rodoviário e ferroviário em detrimento da predominância das navegações, São Luís encontrou-se imersa em uma estagnação econômica, resultado da alteração na acessibilidade da região. O bairro da Praia Grande, anteriormente a principal entrada da cidade, transformou-se em uma retaguarda, mergulhando em um período de estagnação. Esse contexto impulsionou a expansão da malha urbana além dos corpos d'água, dirigindo-se para o interior da ilha, no rumo do que conhecemos hoje como o bairro do João Paulo, mitigando assim as crescentes pressões do mercado imobiliário sobre o casario do centro histórico.

Atualmente, o centro histórico de São Luís está dividido em duas extensas áreas de preservação, cada uma com esferas específicas de competência e atribuições legais relacionadas à conservação, manutenção e fiscalização: Áreas de tombamento sob a proteção jurídica federal e estadual.

Tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o recorte federal de proteção em 23 de dezembro de 1955 e 13 de março de 1974 abriga um acervo de mais de 1.000 imóveis de valor histórico, incluindo praças emblemáticas como Benedito Leite, João Lisboa e Gonçalves Dias, totalizando mais de 90 hectares abrangendo os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão. Paralelamente, o recorte de tombamento de proteção estadual, com cerca de 250 hectares e aproximadamente 4.500 imóveis de valor histórico, é protegido pelo decreto nº 10.089 de 06 de março de 1986.

Em 6 de dezembro de 1997, a UNESCO reconheceu uma parcela do centro histórico de São Luís como Patrimônio Mundial. Notavelmente, em 2012, a área de tombamento federal coincide com a área considerada patrimônio da humanidade pela UNESCO.

3.2. Criação do Plano de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL

Em 1973, o Arquiteto Viana Lima, a serviço da UNESCO, chegou a São Luís com o propósito de realizar um diagnóstico e criar um plano para restaurar o centro histórico da cidade. Utilizando levantamentos fotográficos e cartografias eficientes, ele conseguiu enxergar o conjunto arquitetônico como um todo, indo além da análise de monumentos isolados - uma abordagem que se tornou crucial em suas análises.

Através de estudos históricos, o arquiteto elaborou os primeiros estudos tecnicamente convincentes sobre a evolução urbana de São Luís. Ele também definiu setores para pesquisas e estabeleceu prioridades para intervenções futuras. Algumas das propostas incluíam a construção de um aterro nas margens do Rio Bacanga para viabilizar um anel viário ao redor do centro histórico, a criação de estacionamentos, áreas de lazer e serviços, e a remoção de elementos poluidores da paisagem, como fiação elétrica, postes e grandes placas que prejudicavam as belas fachadas dos casarões.

Essas propostas forneceram o alicerce para intervenções que foram efetivamente implementadas duas décadas mais tarde, desempenhando um papel crucial na preservação e revitalização do centro histórico de São Luís. Além disso, posteriormente, serviram como referência para o capítulo sobre preservação no plano diretor de São Luís de 1974. Após concluir seu trabalho, o arquiteto Viana Lima retornou à sua cidade natal. Em 1978, tomava forma a proposta de John Gisiger, arquiteto americano e criado em São Paulo, que havia sido contratado pela Secretaria de Planejamento do estado para elaborar seus estudos no centro histórico da cidade de São Luís.

John Gisiger chegou a São Luís e se deparou com o total quadro de abandono, logo começou a sonhar com um grande projeto de reabilitação para a

área. Bernardo Almeida, escritor, historiador e jornalista publicou os desenhos e sonhos do arquiteto em um dos maiores jornais da cidade, logo, chamou atenção do presidente da empresa de energia elétrica, Miguel Nunes, que imediatamente chamou o estrangeiro. Após isso, o secretário de Estado e Coordenação e Planejamento contrata o arquiteto John Gisiger para desenvolver suas propostas. Quando foi dada como concluída, a proposta apresentada era um trabalho de autor único, assim como o de Viana Lima, ele atendia parcialmente aos dois primeiros princípios de Conservação Integrada.

Segundo Andrés (2006), embora o trabalho tenha sido concebido de maneira eficiente, estava prestes a ser arquivado, uma vez que representava uma proposta desenvolvida quase que exclusivamente por um único profissional. O arquiteto John Gisiger, em uma tentativa de expressar suas ideias brilhantes no projeto, deu-lhe o título sugestivo de "Renovação Urbana da Praia Grande". Contudo, esse título provocou reações negativas entre alguns especialistas no Brasil que estavam atentos a São Luís, gerando preocupações que logo chegaram ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Surge a indagação: estaria o plano indicando a demolição do conjunto para dar lugar à construção de edifícios mais modernos?

Isso atraiu a atenção dos órgãos do IPHAN e logo o recém-presidente do órgão visita a cidade de São Luís e, ao chegar, se depara com o projeto proposto por Gisiger e ficou surpreendido pelos pontos favoráveis e sua apresentação convincente com uma maquete da área do projeto.

Figura 8 - Maquete da área de projeto, construída pelo arquiteto John Gisiger



Fonte: Andrés (2006)

O presidente do IPHAN, em seguida, propõe ao governo do estado a realização de um amplo encontro de abrangência nacional, com o intuito de divulgar o mencionado trabalho e promover uma discussão esclarecedora sobre a proposta. A ideia é envolver a sociedade civil e a comunidade local nesse debate significativo. Em outubro de 1979, São Luís foi palco da 1ª Convenção da Praia Grande, realizada com o apoio do IPHAN e do Governo Estadual. O evento reuniu 32 especialistas com vasta experiência na preservação do patrimônio histórico, além da participação de líderes de órgãos locais nos âmbitos municipal e estadual, representantes de universidades e sindicatos.

Como desdobramento, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Coordenação e Planejamento, assumiu o compromisso de iniciar a elaboração de um programa de preservação para o centro histórico, conforme destacado por Andrés (2006). Após o encerramento da 1ª Convenção da Praia Grande, uma série de reuniões consecutivas teve início entre os diversos atores locais, aprofundando assim o debate.

Essas reuniões garantiram o comprometimento da administração pública estadual em implementar um programa de preservação para o centro histórico de São Luís. O trabalho de Gisiger seria utilizado como referência e fonte de subsídios para iniciar o programa, contando com a participação de todos os envolvidos. Outro desdobramento crucial dessas discussões foi a definição das políticas de preservação, que se tornaram os princípios norteadores e o alicerce conceitual e filosófico para o então denominado "Projeto Praia Grande". As políticas estabelecidas foram as seguintes:

1 - Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do centro Histórico.

2 - Intensificar as atividades de assistência e promoção social e priorizar ações de fomento a geração de emprego e renda.

3 - Apoiar a instalação de centros profissionalizantes.

4 - Incentivar as manifestações culturais e educacionais mediante o estabelecimento de centros culturais e de criatividade e do fortalecimento das instituições públicas e privadas que se dedicam à 102 ação e difusão cultural, bem como apoiar as manifestações artísticas de indivíduos ou grupos comunitários sediados na área.

5 - Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-o à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social.

6 - Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural.

7 - Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando uma ocupação coerente e diversificada do centro histórico.

8 - Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando à revitalização das funções econômicas e culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga.

9 - Contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do centro histórico.

10 - Garantir um processo permanente de avaliação crítica do Programa de preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

11 - Assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e à conservação dos bens culturais nos planos de governo estadual e municipal.

A organização do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL) permaneceu, ao longo de sua existência, composta por 11 subprogramas elaborados para atender às políticas previamente estabelecidas. Esses subprogramas incluem:

- 1) Subprograma de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís.

Viu-se no centro histórico a oportunidade de conjugar as soluções necessárias para manter e preservar o belíssimo acervo arquitetônico e urbanístico e, ao mesmo tempo, minimizar o problema habitacional do estado. Há vários casarões que se encontram subutilizados ou em ruínas, que se

devidamente adaptados poderão servir para intensificar o uso residencial e diversificando o uso do solo na área em questão e criando um vínculo maior entre os cidadãos e o espaço urbano.

2) Subprograma de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico.

Tem como objetivo garantir a restauração e conservação dos monumentos mais sofisticados, incluindo aqueles de natureza religiosa, como igrejas e palácios. A urgência dessas intervenções é ressaltada devido ao valor emblemático para a cultura, que se expressa por meio da realização de rituais místicos e tradicionais.

3) Subprograma de Recuperação da Infraestrutura e Serviços Públicos.

Estão sendo considerados como prioritárias as questões referentes à pavimentação, transporte rodoviário e hidroviário, sinalização de trânsito, estacionamento, saneamento básico, redes de energia elétrica e de telefone, e outras intervenções.

4) Subprograma de Prédios Públicos no Centro Histórico.

O centro histórico concentra a maior parte das funções essenciais da capital maranhense. Diversos imóveis nessa região demandam intervenções urgentes para garantir sua preservação. Esse subprograma tem como objetivo assegurar a disponibilidade de projetos e recursos destinados a atender essas edificações.

5) Subprograma de Incentivo às Atividades de Turismo Cultural.

O turismo desempenha um papel crucial como impulsionador de emprego e renda, razão pela qual este subprograma foi criado para canalizar parte dos investimentos exclusivamente para explorar o potencial turístico do patrimônio arquitetônico. A ideia é garantir que esse patrimônio esteja não apenas pronto para o usufruto dos residentes, mas também preparado para receber visitantes, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico local.

6) Subprograma de Revitalização das Atividades Portuárias.

A conexão intrínseca da capital maranhense com o mar remonta ao seu nascimento. Nesse contexto, a revitalização das atividades portuárias, conforme proposto, é considerada crucial como um elemento gerador de emprego e renda, vinculado ao processo de recuperação do patrimônio cultural de São Luís.

7) Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano.

Muitos dos espaços verdes registrados em documentos fotográficos de São Luís do final do século XIX foram prejudicados, e hoje observa-se uma escassez de áreas verdes disponíveis para o público. A proposta visa recuperar praças e jardins, integrando-os ao conjunto arquitetônico, e proporcionar alternativas de lazer para a comunidade.

8) Subprograma de Recuperação da Arquitetura industrial.

São Luís exhibe notáveis exemplares da arquitetura industrial do século XIX. A restauração das fábricas e a adaptação de suas instalações para usos mais abertos à comunidade não apenas asseguram a preservação desses elementos históricos, mas também contribuem significativamente para a revitalização da área.

9) Subprograma de Gerenciamento, Planejamento e Administração.

A implementação de um projeto desta magnitude demanda uma unidade especializada para execução e acompanhamento, capaz de superar os desafios inerentes. Nesse contexto, o propósito deste subprograma é garantir as condições institucionais adequadas e fornecer o suporte logístico necessário ao grupo técnico responsável por sua efetivação.

10) Subprograma de Pesquisa e Documentação.

É imprescindível dedicar esforços contínuos na identificação, catalogação e manutenção organizada de um arquivo que contenha informações e documentos essenciais para uma correta orientação e interpretação dos aspectos técnicos, financeiros, políticos e administrativos relacionados ao projeto.

11) Subprograma de Editoração e de Divulgação.

Frequentemente, a falta de envolvimento da comunidade decorre da insuficiente divulgação de empreendimentos e projetos dos quais ela deveria ser a principal interessada. Para abordar esse problema, foi instituído este subprograma, visando à publicação regular de propostas, planos, resultados de estudos e pesquisas, tornando-os acessíveis à comunidade. A divulgação em âmbito nacional e internacional será crucial para impulsionar as atividades turísticas.

3.3. A implementação do PPRCHSL

Com o objetivo de facilitar a compreensão e direcionar a pesquisa, foram selecionadas algumas obras e reformas realizadas pelo Programa de Preservação e Revitalização de Centros Históricos em São Luís (PPRCHSL) entre 1979 e 2006. Essas seleções visam destacar as intervenções mais relevantes para o estudo, categorizadas em quatro grupos principais, cada um abordando uma área específica do desenvolvimento urbano.

1. ESPAÇOS PÚBLICOS (PRAÇAS): Esta categoria abrange projetos destinados à melhoria e revitalização de espaços de convívio público, como praças, reconhecidas como áreas coletivas de sociabilidade e lazer. Tais intervenções frequentemente têm como objetivo fomentar a interação social, promover o bem-estar e elevar a qualidade de vida dos cidadãos.

Espaços públicos são áreas físicas acessíveis a todos os membros de uma comunidade ou sociedade, independentemente de classe social, gênero, idade ou qualquer outra característica. Esses espaços são geralmente de propriedade pública e coletiva e destinam-se ao uso e desfrute da população. Além disso, desempenham um papel vital na vida urbana, proporcionando oportunidades para encontros sociais, recreação, lazer, atividades culturais, entre outras interações.

- **Praça da Praia Grande.**

Um local que antes estava abandonado, sendo utilizado como depósito de lixo a céu aberto, tornando-se um foco para mosquitos, propiciando o surgimento de doenças, atraindo ratos e propenso a assaltos, a Praça da Praia Grande foi

transformada em resposta às demandas da população da época. Essa intervenção permitiu a criação de áreas verdes, ideais para a convivência comunitária, e a instalação de equipamentos de qualidade voltados para uma modalidade de lazer específica daquela comunidade: o jogo de dama e gamão em espaços públicos.

O que antes era um local caracterizado por sua insalubridade e insegurança tornou-se um ponto de lazer, desempenhando plenamente sua função social. A revitalização da Praça não apenas melhorou a qualidade de vida dos moradores, proporcionando um ambiente mais saudável, mas também criou um espaço agradável e propício para atividades de lazer que refletiam os interesses e a cultura da comunidade local.

Figura 9 - Um terreno baldio transformado na Praça da Praia Grande.



Fonte: Andrés (2006)

- **Praça do Poeta Nauro Machado**

O Programa de Preservação do Patrimônio Religioso e Cultural do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), por meio do Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental e Urbano, promoveu a revitalização de terrenos anteriormente degradados, transformando-os em praças públicas e espaços de convivência comunitária. Essas áreas não apenas servem como locais de encontro e interação, mas também são utilizadas como cenários e palcos para festas populares. Essas transformações desempenham um papel estratégico, alinhado à política número 5, que visa: *Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental do Centro Histórico, reintegrando-o à*

dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social.

O local que antes abrigava a antiga sede da Companhia do Comércio Maranhão Grão-Pará, com imóveis abandonados e em ruínas, foi rebatizado como Praça da Praia Grande em 1982. A Praça Nauro Machado, resultado de uma obra concluída em dezembro de 2001, ocupa uma área de 2.200 m² e integra o Largo do Comércio. Este espaço aberto tornou-se um cenário para grandes manifestações culturais características do Maranhão, consolidando-se como um ponto vibrante para animação cultural e um local de encontro comunitário. Nele, ocorrem festas, apresentações públicas, exposições de artes plásticas, artesanato e feiras de comidas típicas, contribuindo para a rica vida cultural da região.

Figura 10: Praça do Poeta Nauro Machado antes e depois das obras



Fonte: Andrés (2006)

Figura 11 - Praça do Poeta Nauro Machado depois das obras



Fonte: Andrés (2006)

- **Praça do Poeta Valdelino Cécio**

A obra, finalizada em julho de 2002, contemplou a antiga Praça do Folclore, localizada nas proximidades do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (CCPDVF) - um relevante órgão estadual dedicado à preservação e promoção da cultura maranhense. A praça, agora batizada com o nome do poeta Valdelino Cécio, em homenagem ao pesquisador e animador cultural cujo trabalho está intrinsecamente ligado ao Centro Cultural, possui uma área de 600,00 m².

Integrada à Praça Nauro Machado por meio de uma escadaria, a Praça Valdelino Cécio faz parte de um complexo de espaços públicos adaptados e destinados à realização de manifestações culturais. Esses locais se tornam especialmente movimentados durante os períodos juninos e natalinos, mas são frequentados diariamente pelos usuários Centro Histórico, contribuindo para uma vivacidade cultural constante na região.

Figura 12 – Praça Valdelino Cécio



Fonte: O Imparcial

- **Praça da Seresta**

Hoje, considerada um epicentro de intensas expressões culturais populares, a Praça da Seresta foi originalmente construída em 1987 no lugar de um terreno baldio, anteriormente utilizado como estacionamento e oficina mecânica. A praça passou por uma reforma que incluiu a instalação de um púlpito, tornando-se assim um ponto de encontro crucial para a comunidade ludovicense. Sua proximidade com alguns bares não apenas contribuiu para sua preservação, mas também agrega movimento constante. Popularmente conhecida como Praça da Faustina, esse apelido deriva da presença de um cabaré nas redondezas chamado Base Faustina.

Figura 13 - Antes e depois da praça da seresta que anteriormente servia como estacionamento e oficina mecânica



Fonte: Andrés (2006)

- **Praça dos Catraieiros**

Um antigo estacionamento desorganizado foi revitalizado para se tornar a Praça dos Catraieiros, situada nas imediações da estação de passageiros do Cais da Praia Grande. O nome da praça é uma homenagem aos remadores das pequenas embarcações que transportam passageiros da margem até as maiores, especialmente quando a maré baixa impossibilita o atracamento direto. Essa transformação não apenas melhorou a estética do local, mas também reconheceu e destacou a importância dos catraieiros na dinâmica do transporte fluvial da região.

Figura 14 - Praça dos Catraieiros após as obras



Fonte: Andrés (2006)

- **Praça da Praia Grande (Atual Praça da Fé)**

A praça, erguida no espaço antes ocupado por galpões em ruínas, teve sua construção concluída em março de 2002, abrangendo uma área de 918,25 m². Além de transformar o cenário, essa revitalização foi fundamental para o ressurgimento desse espaço como um local central para a celebração de festividades populares. Sua reforma incluiu a criação de um amplo átrio, proporcionando um ambiente propício para a realização de diversas manifestações culturais populares maranhenses. Esse local, agora revitalizado, não só atende às necessidades estéticas, mas também se tornou um ponto de encontro vibrante para a expressão e celebração da rica cultura local.

Figura 15 - Praça da Praia Grande após a reforma



Fonte: Andrés (2006)

- **Praça do Pescador**

Esta empreitada foi resultado de uma colaboração abrangente, envolvendo entusiastas da pesca, trabalhadores do sindicato dos pescadores e proprietários de bares e restaurantes da região. O projeto possibilitou uma reestruturação urbana, delineando e regulamentando as áreas designadas para atividades diurnas e entretenimento noturno. Além disso, proporcionou condições ambientais favoráveis, incluindo saneamento, pavimentação, áreas verdes, estacionamentos, iluminação e quiosques adequados e higienizados.

Localizado nas proximidades do portinho, o espaço presta homenagem aos pescadores e antes representava um foco de degradação ambiental no bairro. A intervenção removeu dezenas de barracas irregulares que ocupavam as vias públicas e negociou a instalação de um posto policial. Essas medidas não apenas melhoraram significativamente o aspecto visual do local, mas também elevaram o nível de segurança para a comunidade local.

Figura 16 - Vista da Praça com a estátua do Pescador e tendo ao fundo os quiosques de bares e restaurantes populares



Fonte: Andrés (2006)

2. INCENTIVO À CULTURA E ARTE: Nesta categoria estão englobados projetos que visam incentivar e facilitar o acesso à cultura e às artes. Isso compreende a construção ou renovação de teatros, museus, bibliotecas e galerias

de arte, além de promover o artesanato local. Também são incluídas iniciativas para realizar eventos culturais e artísticos.

- **Convento das Mercês**

Apesar de ter passado por considerável deterioração, a edificação que outrora serviu como quartel da polícia militar foi restaurada e agora abriga a Fundação da Memória Republicana. No local, são promovidas exposições que percorrem a história brasileira desde sua proclamação, incluindo uma cuidadosa preservação da documentação referente ao período de 1985 a 1990, durante a presidência de José Sarney.

Além de seu significativo papel histórico, a edificação se destaca como um dinâmico centro cultural, oferecendo uma programação intensa de eventos artísticos e culturais. Tornou-se uma referência tanto para a comunidade local quanto para os visitantes da capital, destacando-se não apenas por seu valor arquitetônico, mas também por sua relevância como ponto cultural na região.

Figura 17 – Convento das Mercês. Situação anterior em ruínas e após sua adequação



Fonte: Andrés (2006)

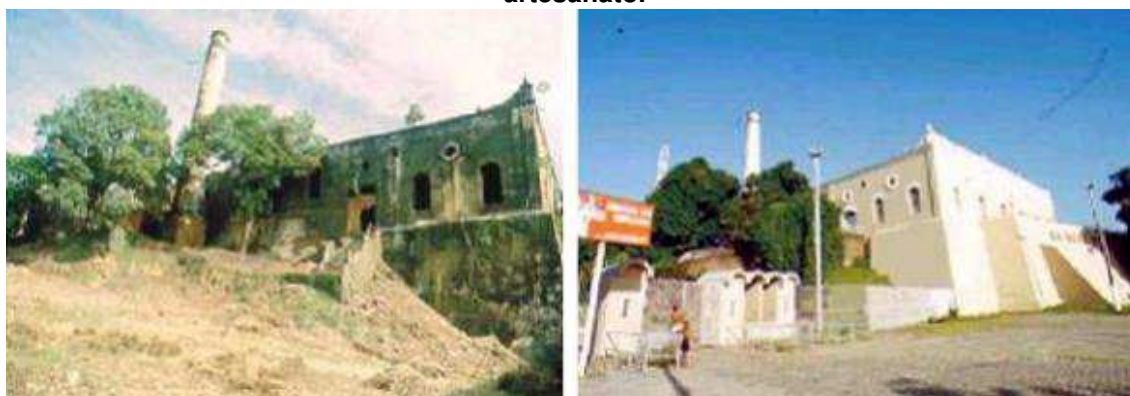
- **Fábrica Cãhamo**

Com uma área construída de 6000 m², este notável exemplar da arquitetura industrial do século XIX passou por uma abrangente restauração e adaptação para se tornar o Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular (CEPRAMA). Além de resgatar o patrimônio histórico que se encontrava em ruínas, esse projeto não apenas gerou empregos e melhorou a renda dos artesãos, mas também enalteceu a cultura popular e impulsionou as atividades

turísticas na região. A área externa, totalizando cerca de 5 mil m², transformou-se em um dos principais locais de celebração das tradicionais festas juninas.

O impacto do projeto REVIVER foi tão expressivo que os moradores passaram a se referir ao bairro Praia Grande pelo nome do próprio projeto, evidenciando a significativa transformação e popularidade conquistadas.

Figura 18 - Fábrica Cânhamo antes em ruínas e após ter sido transformada em um centro de artesanato.



Fonte: Andrés (2006)

Figura 19 - Interior da fábrica Cânhamo com o mercado de artesanato.



Fonte: Andrés (2006)

- **Centro de Criatividade Odylo Costa Filho**

Assim como nas demais empreitadas, esta obra também foi precedida por intensos debates e negociações entre artistas, intelectuais da época e representantes da comunidade que seria usuária desse empreendimento. Com uma área total de 2300 m², composta por antigos galpões comerciais, o local foi transformado em ruínas ameaçadoras em um centro de ensino e complexo cultural.

No interior do imóvel, foram instalados um teatro com capacidade para 340 lugares, um cinema com 120 lugares, biblioteca, sala para aulas, oficinas de artes plásticas (abrangendo gravuras, pintura, cerâmica, azulejaria), laboratório fotográfico, galeria para exposições de artes plásticas, restaurante, sanitários e uma área administrativa (Andrés, 2006). Um pátio central integrava todos os galpões, tornando-se propício para eventos e manifestações culturais, contribuindo de maneira significativa para a presença diária de centenas de alunos matriculados, consolidando-se como um polo de vida e movimentação rica em cultura.

Figura 20 - Fachada principal do Centro de Criatividade Odylo Costa, filho antes e depois



Fonte: Andrés (2006)

Figura 21 - Antigos galpões do porto da Praia Grande que hoje abrigam o Centro de Criatividade



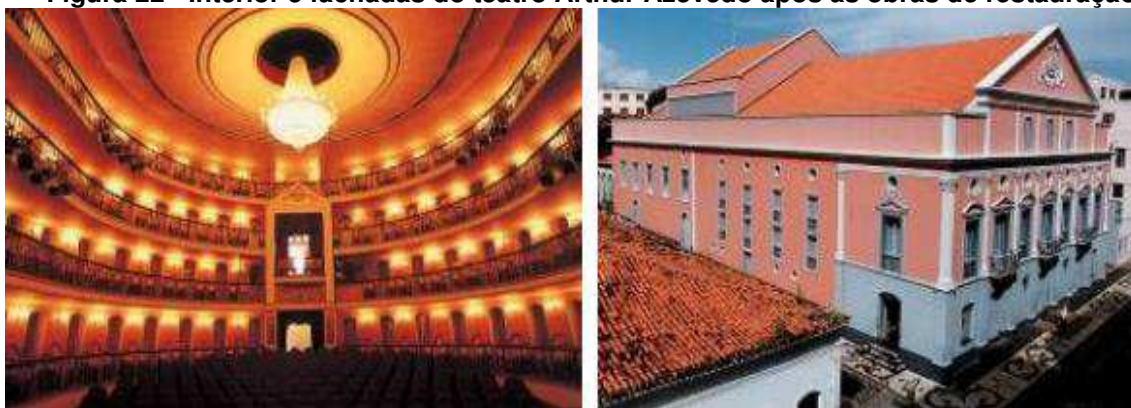
Fonte: Andrés (2006)

- **Teatro Arthur Azevedo**

Após permanecer fechado ao público por quatro anos, o Teatro Arthur Azevedo, considerado o segundo mais antigo do Brasil e com uma capacidade de 740 lugares, encontrava-se em estado precário de conservação. Anteriormente um ícone cultural no Maranhão, o teatro passou por um processo abrangente de restauração, recuperando sua configuração original, incluindo ornamentos e elementos decorativos. Além disso, foram implementados equipamentos modernos de som, luz e cena, elevadores de palco, e houve uma ampliação das bocas de cena e coxias.

A aquisição e integração de um imóvel vizinho permitiram a inclusão de camarins, salões de ensaio e uma oficina cênica, além de funções administrativas. Atualmente, totalmente restaurado, o Teatro Arthur Azevedo desempenha com sucesso seu papel fundamental como difusor da cultura maranhense.

Figura 22 - Interior e fachadas do teatro Arthur Azevedo após as obras de restauração



Fonte: Andrés (2006)

- **Projeto Casa do Maranhão e Casa Nhozinho**

As expressões da cultura popular maranhenses, atualmente reconhecidas como patrimônio imaterial, estão cada vez mais incorporadas à vida do centro histórico. A conversão de áreas desocupadas em espaços seguros e bem iluminados proporciona condições propícias para apresentações de grupos folclóricos, que agora utilizam vias, vielas e escadarias durante diversas celebrações e rituais ao longo do ano. Além disso, a cultura popular se manifesta no mercado da Feira da Praia Grande, nas habilidades dos artífices e na arte convencional, como o teatro de marionetes. O PPRCHSL, em parceria com outros setores da Secretaria de Estado da Cultura, instituiu duas residências dedicadas à valorização e preservação desse patrimônio: a Casa de Nhozinho e a Casa do Maranhão.

Um sobrado histórico, que no século XIX serviu como sede do antigo Tesouro Estadual e, posteriormente, da Secretaria do Estado da Fazenda, passou por uma significativa adaptação em 2002 para se tornar o Centro de Referência da Cultura Popular Maranhense, conhecido como Casa do Maranhão. O espaço apresenta a história, fundação e evolução urbana de São Luís, destacando a influência das culturas negras e indígena. Além do acervo no térreo, o pavimento superior abriga um memorial dedicado ao Bumba Meu Boi, uma manifestação emblemática da cultura popular maranhense. O local também possui lojas de produtos artesanais e livros, bem como um restaurante de comidas típicas e áreas para apresentações folclóricas. A Casa do Maranhão é um destino que

oferece aos turistas e residentes informações sobre o patrimônio cultural e natural do Maranhão.

Figura 23 - Centro de referência da cultura popular maranhense



Fonte: Andrés (2006)

A Casa Nhozinho, um projeto concluído em 1999, resultou na adaptação de um sobrado na Rua Portugal para abrigar um acervo composto por obras do homenageado e de diversos artesãos anônimos. Nhozinho foi um escultor renomado, especializado em retratar personagens das festas de Bumba Meu Boi, reconhecido por sua expressão artística e pelas esculturas minimalistas. O projeto foi desenvolvido pela equipe do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, com respaldo da Comissão Maranhense de Folclore, uma organização não governamental que reúne especialistas em cultura popular e representantes dos grupos que praticam e preservam essas manifestações.

Figura 24 - Exposição de técnicas populares no pavimento térreo



Fonte: Andrés (2006)

- **Mercado das Artes**

O projeto realizou a adaptação de um imóvel que anteriormente servia como armazém no Porto de São Luís. A transformação visou criar instalações para abrigar o Instituto de Desenvolvimento das Artes Maranhenses – IDAM, juntamente com um local destinado à comercialização de peças artesanais. Com uma área construída de 1.200m², o espaço inclui uma agência de fornecimento de crédito específica para artesãos maranhenses, conhecida como Banco do Empreendedor, e um Centro de Treinamento destinado a capacitações profissionais.

- **Teatro João do Vale**

O antigo galpão de açúcar, que anteriormente havia sido adaptado temporariamente para abrigar um teatro experimental com cerca de 400 lugares, passou por uma reforma concluída em 2001. Durante a obra, a cobertura foi substituída e modernos equipamentos cênicos, de climatização, sonorização e acústica foram incorporados, assegurando o pleno funcionamento de um espaço cultural. Essa revitalização não só atrai movimentação, mas também valoriza e dissemina a cultura das artes cênicas. Com uma área construída de 1210 m², o local representa uma significativa contribuição para o cenário cultural local.

Figura 115 - Antigos galpões de açúcar foram transformados na sede de um teatro experimental



Fonte: Andrés (2006)

3. INFRAESTRUTURA: Aqui são contempladas obras que dizem respeito à infraestrutura urbana, como construção e manutenção de ruas, calçadas, sistemas de transporte público, redes de água e esgoto, entre outros. A infraestrutura adequada é fundamental para o funcionamento eficiente e seguro das cidades.

- **Obra do Beco da Prensa**

Batizado originalmente de Beco das Indústrias por sua proximidade com uma fábrica de prensagem de fardos de algodão no século XIX, esta via estreita, ladeada por majestosos sobradões, caracteriza a paisagem peculiar da Praia Grande. No entanto, até o ano de 1981, o local permanecia praticamente esquecido e completamente intransitável, com acúmulo de lixo, falta de iluminação e esgotos entupidos, resultando em transbordamentos desagradáveis.

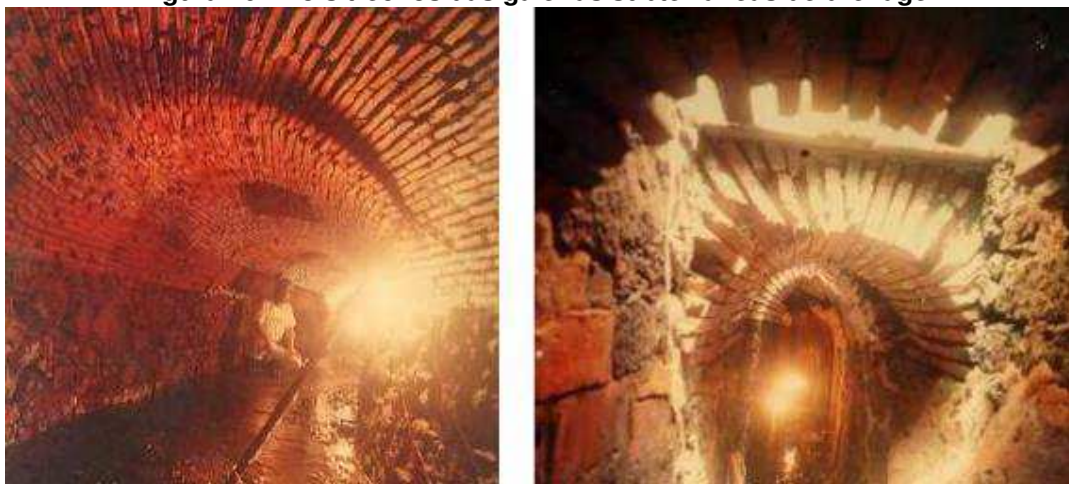
As intervenções realizadas promoveram uma completa revitalização do Beco, incorporando a construção de uma nova rede de esgotos, uma galeria de drenagem eficiente, pavimentação com pedras pé de moleque e um sistema de iluminação moderno. A partir desse momento, a população passou a utilizar o beco como uma rota direta para acessar o transporte público no anel viário, ressignificando completamente o seu propósito original.

- **Recuperação da Infraestrutura Urbana que aconteceram no PROJETO REVIVER**

Foram beneficiados com a proposta 107 mil m² de área urbana, com 15 quadras e 200 edificações com intervenções que atendia a política número 7: Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando ademais uma ocupação coerente e diversificada do Centro Histórico (Andrés, 2006).

1. Recuperação da Infraestrutura Urbana. Renovação das redes de água, e esgoto e drenagem. Foram descobertas galerias subterrâneas com mais de 200 anos de existência onde foram recuperadas, sendo mais de 1.500 metros de galerias de drenagem.

Figura 26 - Dois trechos das galerias subterrâneas de drenagem



Fonte: Andrés (2006)

2. Construção de novas redes subterrâneas de energia elétrica e telefonia. Essas mudanças permitiram a retirada de postes de concreto e cabos que poluíam a harmonia do conjunto histórico. Foram instalados postes de ferro fundido, arandelas e lampiões.

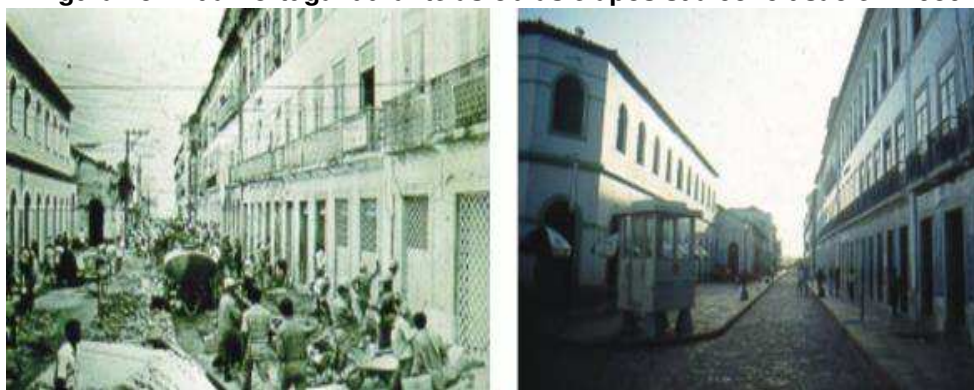
Figura 27 - Praça do Comércio em 1986 revelando ao caos urbano e a invasão de veículos pesados e após as intervenções do PPRCHSL com a área arborizada e transformada em via exclusiva de pedestres



Fonte: Andrés (2006)

3. Construção de praças, jardins e alargamento das calçadas e restauração de becos, escadarias e pavimentação das ruas.

Figura 28 - Rua Portugal durante as obras e após sua conclusão em 1989



Fonte: Andrés (2006)

Figura 29 - Rua Portugal antes e depois das obras.



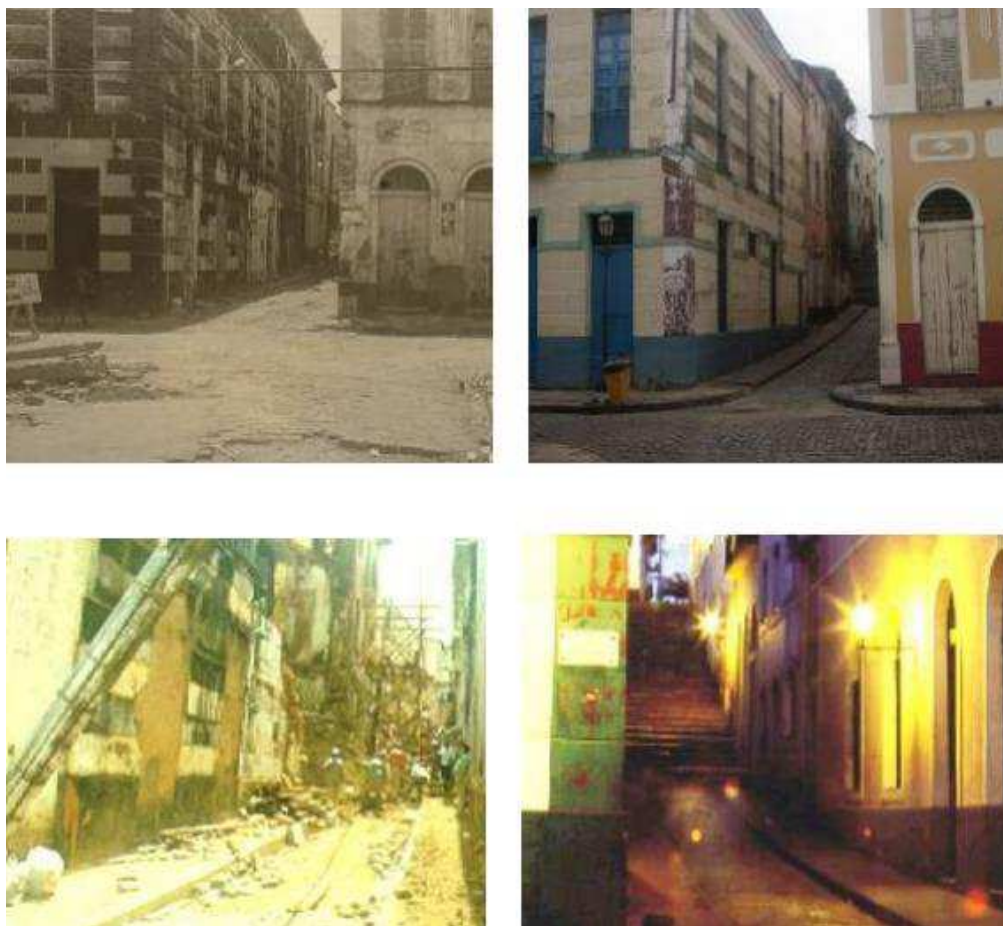
Fonte: Andrés (2006)

Figura 30 - Cenários de antes e depois na recuperação da Praça do Comércio



Fonte: Andrés (2006)

Figura 31 - Cenários do Beco Catarina Mina antes e após as obras



Fonte: Andrés (2006)

Figura 32 - Cenário da Rua da Estrela antes congestionada por veículos e após a transformação em via exclusiva de pedestre.



Fonte: Andrés (2006)

- **Rede Elétrica e Telefonia Subterrânea do Centro Histórico**

Concluída em junho de 2001, esta obra teve como objetivo eliminar a antiga rede elétrica aérea em uma área mais ampla, suprimindo postes de concreto, pesados transformadores e a complexa fiação que prejudicavam a harmonia do conjunto arquitetônico. A iniciativa foi inspirada na experiência anterior realizada no bairro da Praia Grande.

Recuperando a paisagem urbana do século XIX, substituímos o sistema antigo por uma rede de distribuição subterrânea moderna e implementamos um novo sistema de iluminação pública com postes de ferro fundido, luminárias e arandelas. Este projeto beneficiou mais de 1.048 residências e abrangeu 15 km de redes e novos pontos de iluminação pública, contribuindo para a segurança em praças e áreas públicas, melhorando significativamente a qualidade de vida na comunidade do centro histórico.

Da mesma forma que a rede elétrica, em junho de 2001, a comunidade do centro histórico recebeu a nova rede subterrânea de telefonia, proporcionando os mesmos benefícios já mencionados para o caso da energia elétrica, contemplando 1.048 domicílios.

Figura 33 - Retirada de poste de concreto com transformador conjugada com o alargamento das calçadas.



Fonte: Andrés (2006)

- **Sistema de Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto e Calçamento de Ruas no Centro Histórico**

Essa intervenção possibilitou a modernização das antigas infraestruturas de água, esgoto e drenagem nas áreas contempladas pelas redes subterrâneas de energia elétrica e telefonia. Além disso, viabilizou a restauração dos pavimentos em pedra de lioz das calçadas e escadarias, incluindo também o calçamento em paralelepípedos e pedra tipo "pé de moleque" nas ruas e becos do centro histórico. Ao todo, foram executados 62 mil km² de calçamento de pedra e 28 mil m² de calçada.

Figura 34 - Obras de recuperação dos pavimentos originais



Fonte: Andrés (2006)

- **Estação de Tratamento de Esgoto Bacanga**

Essa iniciativa buscou eliminar mais de 30 pontos de despejo de esgoto "in natura" nas margens do rio Bacanga, nos arredores do centro histórico, complementando outras intervenções voltadas para o saneamento da região. O investimento também proporcionou uma alternativa para reduzir os impactos ambientais no Canal do Portinho, crucial para a atividade pesqueira que sustenta o bairro do Desterro. Essa estação, na verdade, atende a uma bacia maior do que o centro histórico e tem a capacidade de beneficiar uma população de 140.000 habitantes.

4. HABITAÇÃO E VIDA URBANA: Nesta categoria, são contempladas iniciativas relacionadas à moradia e ao desenvolvimento urbano sustentável. Isso inclui programas de habitação popular, feiras, escolas e cursos. Essas ações estão diretamente ligadas ao estímulo da atividade e vitalidade da região.

- **Projeto Piloto de Habitação**

Desde o início do Plano de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), estava prevista a execução deste projeto que garantiu a reconstrução de um sobrado previamente em ruínas. O imóvel foi adaptado para acomodar apartamentos, oferecendo condições dignas para 10 famílias cuidadosamente selecionadas, compostas por trabalhadores e antigos moradores da época em que o edifício havia sido transformado em cortiço.

No pavimento térreo, visando manter a dinâmica de uso misto residencial/comercial, foram estabelecidas duas lojas comerciais. Essa

abordagem não apenas aprimorou as condições do imóvel restaurado, mas também preservou a relação das famílias com o espaço urbano do centro histórico. O sucesso deste projeto serviu como um exemplo notável, desempenhando um papel crucial na avaliação e argumentação para fortalecer a implementação do Subprograma de Promoção de Habitação no Centro Histórico.

Figura 35 - Imóvel completamente arruinado passou a abrigar as famílias



Fonte: Andrés (2006)

- **Projeto Morada das Artes**

O governo do Maranhão, com o objetivo de promover a preservação do caráter residencial do centro histórico, tomou a iniciativa de disponibilizar propriedades sob sua responsabilidade para serem restauradas e adaptadas para uso misto. Essa adaptação inclui a destinação da parte superior dos imóveis para uso residencial e o térreo para atividades comerciais. Destinados especialmente aos funcionários da administração estadual, a proposta busca integrar esses cidadãos ao ambiente urbano.

O processo de alocação envolveu uma média de sete candidatos por imóvel, e a seleção foi realizada por meio de um sorteio público transparente, garantindo equidade na distribuição dessas oportunidades. Na primeira etapa foram adequados 5 (cinco) sobrados, proporcionando a criação de 35 apartamentos e 18 lojas.

A revitalização dos antigos galpões ou trapiches do Porto de São Luís resultou na conclusão de uma obra em dezembro de 2000, voltada para abrigar um inovador projeto habitacional. Este empreendimento destaca-se por sua

natureza singular, pois foi concebido para impulsionar as atividades artísticas e culturais na área do Centro Histórico.

No andar superior, foram erguidos oito apartamentos, proporcionando espaços residenciais, enquanto no térreo foram construídos oito ateliês e uma sala de exposição. Dessa forma, os artistas não apenas residem nesse local, mas também utilizam os espaços para criar e comercializar suas obras. Essa integração entre moradia e espaço de trabalho contribui para o dinamismo cultural e artístico da região.

Figura 36 - Fachadas dos antigos depósitos do porto que estavam fechados e após sua adaptação para abrigar moradias



Fonte: Andrés, 2006

- **A obra da Feira da Praia Grande e a Participação da Comunidade.**

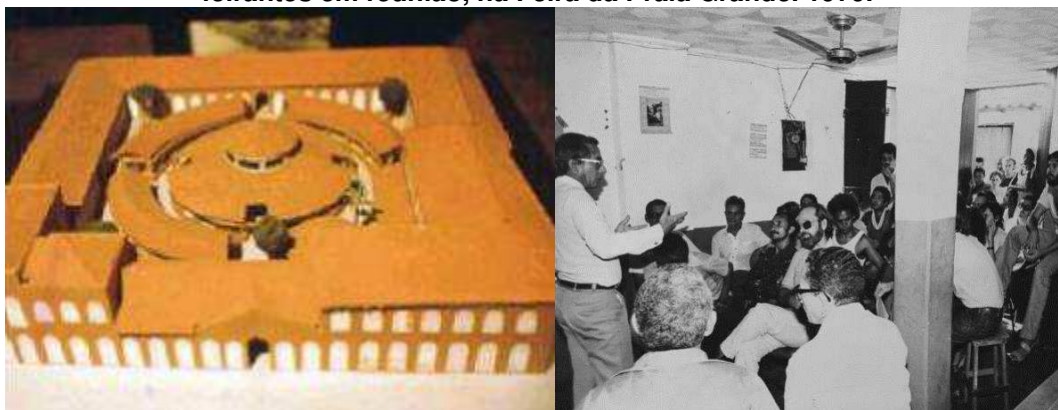
Segundo Andrés (2006), a obra da Feira da Praia Grande merece destaque por se transformar em uma referência significativa para a comunidade, contribuindo de maneira significativa para fortalecer a credibilidade do Programa (PPRCHSL) junto aos moradores do bairro histórico.

A localização estratégica da Feira da Praia Grande, situada no coração do bairro, confere-lhe uma importância crucial devido ao seu potencial como geradora de empregos, renda e atividade econômica na região. A reforma deste espaço foi considerada uma peça-chave dentro do conjunto de intervenções, destacando-se sua prioridade, estabelecida durante uma reunião crucial realizada em 1979. Nesse encontro, a participação ativa do Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes desempenhou um papel fundamental, apresentando suas reivindicações e colaborando decisivamente para o desenvolvimento do projeto.

Após a aprovação em plenário, o próximo passo foi a realização de reuniões com feirantes e usuários, nas quais discutiram a condução detalhada da

execução da obra. As preocupações dos feirantes, incluindo o receio de possíveis interrupções na realização da obra que poderiam afetar suas atividades diárias, foram abordadas de maneira cuidadosa. A desconfiança quanto à garantia de retorno ao espaço após a conclusão da reforma também foi considerada. Para superar essas preocupações, todas as alternativas técnicas, o plano adotado na reforma, detalhes construtivos etc., foram minuciosamente analisados pelos feirantes em colaboração com os arquitetos e engenheiros responsáveis. Maquetes em escalas detalhadas (1:100 e 1:10) foram criadas para facilitar o entendimento. As sugestões e reivindicações foram incorporadas e aprovadas pela maioria, dando continuidade ao projeto de forma colaborativa e participativa.

Figura 37 - À esquerda, maquete utilizada e a direita o Secretário João Rebelo, falando aos feirantes em reunião, na Feira da Praia Grande. 1979.



Fonte: Arquivo SPD

Após a resolução de questões técnicas, como o abastecimento de água, a rede de esgoto, as instalações sanitárias, a circulação, a ventilação, o armazenamento e a exposição de mercadorias, bem como as dimensões e acabamentos dos boxes de comercialização, adaptados a cada tipo de produto a ser comercializado, o Estado emitiu documentos individuais aos feirantes. Esses documentos garantiam o direito à utilização do espaço equivalente após a conclusão da reforma, assegurando que a obra seguiria seu cronograma e seria entregue no prazo estabelecido (Andrés, 2006).

Para evitar a interrupção das atividades comerciais durante as obras, foi negociada a construção de instalações provisórias na quadra adjacente. A maioria dos proprietários da parte externa da Casa das Tulhas realizou melhorias em suas lojas, contribuindo para a reabilitação integral do imóvel.

Durante a execução da obra, uma comissão técnica e feirantes acompanharam constantemente o progresso. Durante esse período, foram distribuídos folhetos informativos, chamadas foram veiculadas na televisão e anúncios foram divulgados em jornais e rádios de destaque da época, ampliando assim a divulgação em torno da Feira.

A obra foi concluída conforme o planejado, dentro do prazo de seis meses. Após a conclusão, o espaço foi devolvido aos feirantes e usuários. Na época, a obra foi reconhecida como um caso raro em que a comunidade participou diretamente em todas as etapas, tornando-se um modelo para outros mercados populares em São Luís.

- **Escola de Arquitetura e Urbanismo da UEMA.**

Durante o processo de reabilitação das redes públicas e infraestrutura, o PPRCHSL direcionou também esforços para a recuperação de imóveis no centro histórico, adaptando-os para usos de interesse social e gerando pontos de atividade. A escolha de destiná-los a escolas não apenas atende às políticas 3 - *Apoiar centros profissionalizantes* - e 4 - *Incentivar manifestações culturais e educacionais por meio de centros culturais e de criatividade, bem como fortalecer instituições públicas e privadas voltadas à ação e difusão cultural*-, mas também efetivamente concilia a necessidade de conferir novos propósitos aos imóveis e implementar atividades educacionais, conferindo vitalidade e dinamismo à região.

Um dos maiores conjuntos de sobrados na Rua da Estrela, que já abrigou a sede da ULLEM COMPANY nas décadas de 30 e 50 e, posteriormente, na década de 60, serviu como sede da Cia. Energética do Maranhão (CEMAR), permaneceu abandonado e semiarruinado por 5 anos. O projeto de revitalização do imóvel possibilitou a adaptação do conjunto para sediar a Escola de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão. Essa iniciativa harmoniza a preservação do patrimônio com a revitalização, ao mesmo tempo em que contribui para aumentar a atividade diária com a presença de centenas de alunos na região. O imóvel, com 3.030 m² de área construída, oferece 10 salas de aula, biblioteca, laboratórios e um auditório com capacidade para 200 pessoas.

Figura 38 - Conjuntos de sobrados que foram transformados na sede da Escola de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão



Fonte: Andrés (2006)

- **Escola de Música do Estado – Solar Lilah Lisboa**

O solar Lilah Lisboa, um precioso exemplar da arquitetura urbana de São Luís que abriga um dos órgãos culturais mais tradicionais do estado, foi restaurado e adaptado para sediar a Escola de Música do Estado. O imóvel, adornado com um jardim frontal e elementos decorativos de estilo "Art Nouveau" trazidos ao Maranhão pelo arquiteto italiano Gaspar Iconazone no século XX, atraiu mais de 1200 alunos. A convivência diária nesse ambiente inspirador e propício às atividades culturais é fortalecida pela história da antiga proprietária do imóvel, que dá nome ao local e era professora de música e piano.

Com uma área construída de 1.200 m², o imóvel dispõe de 19 salas de aula individuais e coletivas, auditórios para 150 lugares, foyer, galeria, biblioteca e 5 salas para administração.

Figura 39 - Ruínas transformadas em sede da Escola de Música do Estado do Maranhão



Fonte: Andrés (2006)

- **Centro de Capacitação tecnológica – CETECMA (ATUAL IFMA)**

Com suas fachadas adornadas por azulejos policrômicos, o imponente sobrado na Rua Portugal, que anteriormente abrigava a sede de uma empresa de exportação na Praia Grande, foi transformado em uma escola para alunos que concluem o ensino médio por meio de cursos práticos. O espaço foi equipado com laboratórios de química, física, biologia, matemática e informática para aprimorar a formação dos estudantes. Além de preservar cuidadosamente o imóvel, essa escola contribui ativamente para a vitalidade diária do centro histórico.

- **Centro de Estadual de Educação Profissional de São Luís**

Por meio de recursos provenientes de um convênio entre o Governo do Estado e o SEMTEC/MEC, o projeto garantiu a restauração e adaptação de um imponente sobrado com 1900 m² de área construída, que anteriormente estava em desuso. O resultado foi a criação de uma escola profissionalizante, oferecendo uma diversidade de 38 cursos profissionalizantes e capacitando até 2780 alunos.

Essa iniciativa não apenas revitalizou um espaço antes subutilizado, mas também proporcionou benefícios significativos ao centro histórico. A introdução da escola não só diversifica o uso da área, mas também estimula uma maior movimentação e vitalidade, contribuindo assim para o desenvolvimento e dinamismo do local.

- **Escola de Enfermagem do SUS**

Por meio de uma iniciativa da Secretaria de Saúde do Maranhão, um projeto de restauração foi implementado para adaptar dois imóveis destinados à instalação de uma escola técnica voltada para a capacitação de profissionais da enfermagem. Localizado na Rua de Estrela, o imóvel passou por um processo de integração com um quintal, resultando na criação de duas entradas distintas. Essa modificação facilitou as operações diárias, permitindo o acesso independente para funcionários administrativos, professores e alunos.

A escola não apenas garante a preservação do imóvel, mas também desempenha um papel crucial ao atrair novos usuários para a área do centro histórico. Além de fornecer treinamento essencial na área da saúde, a instituição contribui para a dinâmica e revitalização da região, consolidando-se como um agente positivo para o desenvolvimento local.

- **Cais da Praia Grande, terminal hidrográfico de São Luís**

Considerada uma prioridade devido ao elevado grau de degradação, a restauração do cais da Praia Grande foi a primeira a ser realizada com recursos do PRODETUR no Centro Histórico. Esse projeto permitiu a criação de uma estação de carga e passageiros digna, equipada com uma lanchonete, guarda-volumes, sala de espera, telefone público e instalações de atendimento ao público de alta qualidade.

Figura 40 - Situação de abandono da estação de passageiro do porto da Praia Grande e após a reconstrução



Fonte: Andrés (2006)

Além das obras mencionadas anteriormente, outras iniciativas de implementação do Plano de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de

São Luís foram fundamentais para dinamizar o local. Destacam-se a criação do Viva Cidadão na Praia Grande e a instalação da Delegacia Especial do Centro Histórico, ambas visando facilitar o acesso da comunidade a serviços públicos de qualidade e fortalecer a cidadania. No entanto, é importante ressaltar que o Viva Cidadão já não está mais presente no local.

Outro projeto de destaque foi a inauguração do restaurante do Senac, que contribuiu significativamente para a revitalização do Centro Histórico. Além disso, a restauração de instituições religiosas importantes, como a Igreja da Sé, o Palácio Episcopal, e a Igreja do Desterro também desempenhou um papel crucial na revitalização da área.

Essas iniciativas não apenas promoveram a preservação do patrimônio histórico, mas também proporcionaram um ambiente mais atrativo para moradores locais e turistas, contribuindo assim para a valorização e o desenvolvimento do Centro Histórico de São Luís.

4. ANÁLISE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

O presente capítulo inicialmente busca estabelecer uma compreensão abrangente do conceito de espaço público e explorar sua significativa contribuição para o desenvolvimento de sociedades saudáveis e funcionalmente eficientes. Ao abordar aspectos como planejamento, mobiliário urbano e dinâmicas sociais, pretende-se destacar a influência direta desses elementos na maneira como as pessoas se relacionam com o espaço público. Esta etapa tem como alicerce teórico a dissertação de mestrado da arquiteta Débora Raquel Faria (UFPR), intitulada "Sem Descanso: Arquitetura Hostil e Controle do Espaço Público no Centro de Curitiba", datada de 2020.

No estágio subsequente, o capítulo tem como propósito elucidar as razões e relações que guiaram a escolha do recorte de estudo, especificamente na Área de Tombamento Federal do Centro Histórico de São Luís. Este momento de justificativa é crucial para compreendermos a relevância e a singularidade da área escolhida, contextualizando-a dentro do escopo mais amplo da pesquisa.

A etapa final deste capítulo visa realizar uma análise dos espaços públicos escolhidos, focalizando a presença de tipologias de controle social direcionadas a pessoas em situação de rua e manifestações culturais.

4.1. O espaço público

Atualmente, tem-se testemunhado um aumento na defesa dos espaços públicos contra a presença de pessoas consideradas indesejadas – sejam elas desabrigadas, jovens ociosos, manifestantes políticos, entre outros. Mitchell (2003, p.2) sugere que isso ocorre para garantir que o espaço público permaneça acessível a todos, em vez de ser monopolizado por aqueles que são considerados indesejáveis. No entanto, essa visão é contestada por Vidler (2001 APUD MITCHELL, 2003, p.3), que argumenta que o próprio espaço público é o guardião da autenticidade e segurança, sendo essencial para a vida pública nas sociedades urbanas.

O espaço público é um conceito fundamental na organização e funcionamento das sociedades modernas. Ele refere-se a áreas e locais acessíveis a todos os cidadãos, independentemente de suas origens sociais, econômicas ou culturais. Esses espaços desempenham um papel crucial no desenvolvimento de comunidades saudáveis, na promoção da interação social e na construção de uma identidade coletiva.

O espaço público é uma entidade complexa composta por duas esferas analíticas distintas: a material e a imaterial (ROSANELI; DALMOLIN; FARIA, 2019). Nesse contexto, é crucial considerar tanto a sua configuração física quanto as práticas e dinâmicas sociais que ali se desenrolam (GOMES, 2014, P. 172). A dimensão imaterial do espaço público está intrinsecamente ligada à construção de uma vida coletiva, desempenhando um papel crucial na problematização da vida social e na mediação de tensões entre indivíduos diversos (INNERARITY, 2010, P. 9).

Este aspecto intangível do espaço público revela-se como um terreno fértil para a compreensão e confronto das complexidades da convivência social, destacando-se como um espaço de reflexão e interação essencial para a pluralidade, dinâmica da sociedade e construção da verdadeira cidadania através

da publicidade. A dimensão material do espaço público está relacionada a áreas cuja configuração física é de relevância para a cidade, influenciando sua estrutura urbanística, cultural e política (ROSANELI; DALMOLIN; FARIA, 2019). Esses espaços tangíveis não apenas moldam a estética da cidade, mas também têm um impacto significativo na experiência e interação dos cidadãos com o ambiente urbano. Sua importância transcende o aspecto visual, abrangendo questões que vão desde a acessibilidade até o fomento de atividades sociais e culturais. A relação entre as duas dimensões que formam o espaço público é indissociável, uma vez que uma está intrinsecamente ligada a outra (GOMES, 2002).

O termo muitas vezes empregado como sinônimo de espaço público é "esfera pública". Para esclarecer esses conceitos, podemos recorrer às distinções propostas por Queiroga (2012). O autor divide a esfera pública em duas categorias: esfera pública política e esfera pública geral. A esfera pública política refere-se a um espaço destinado às atividades políticas, debates filosóficos, científicos e artísticos, abrangendo também as interações nos meios de comunicação virtuais. Já a esfera pública geral, que inclui a esfera pública política, engloba a vida compartilhada publicamente, tanto no espaço físico quanto no virtual. Isso implica que a esfera pública geral vai além das interações puramente políticas, abarcando também experiências sociais diversas.

Há que se observar e reconhecer qualidades na vida "em público" mesmo nas ações cotidianas não intencionalmente políticas, seja um passeio familiar num parque público aos fins de semana, o andar pela cidade após uma jornada de trabalho, o encontro de jovens de uma "tribo urbana" específica num cemitério paulistano ou portenho, o convívio público num botequim carioca, numa padaria paulistana ou num café parisiense. O convívio público, voluntário ou involuntário, possui um grau de civilidade que, em harmonia ou em conflito, já se constitui parte da vida pública, integrante da esfera pública geral (QUEIROGA, 2012, p. 49).

Apesar do progresso tecnológico na sociedade atual e da ampliação dos locais de interação, o espaço público mantém-se como o mais representativo nas cidades, sendo inconcebível imaginá-las sem vinculação aos seus espaços compartilhados, destacando, portanto, sua incontestável importância. Para Innerarity (2010), a relevância do espaço público em relação a outros ambientes de interação sobressai, pois nele os pactos sociais tornam-se visíveis no meio do espaço construído, refletindo "a ordem como constitui, na realidade, grande parte

da existência social e cultural. A sociedade é tanto construída como representada pelas construções e pelos espaços que cria" (INNERARITY, 2010, p. 108).

A privatização dos espaços públicos e áreas de uso comum é uma problemática frequente nas grandes cidades brasileiras. Segundo Faria (2020), a distinção entre espaço público e espaço privado tornou-se consideravelmente desafiadora, dada a crescente conflituosidade de seus limites, uma vez que está em andamento "uma enorme transformação da relação entre o que deve ser considerado privado e o que deve ser considerado público" (INNERARITY, 2010, p.11).

Existem espaços de propriedade pública que não necessariamente hospedam atividades da esfera pública. Ao mesmo tempo, há espaços privados que desempenham o papel de áreas públicas, estimulando a socialização e a visibilidade do indivíduo. Além disso, existem locais ambíguos tanto em relação à sua propriedade quanto ao seu uso, sendo as calçadas exemplos claros dessa dualidade (FARIA, 2020). Para Queiroga (2012), a relação entre esses limites entre o espaço público e privado é que garante a atratividade do espaço público ao espaço comercial, social e convivência.

Segundo Faria (2020), ao analisar o livro *Ground Control*, de Anna Minton:

“a partir da década de 1990, multiplicaram-se espaços de propriedade privada ao ar-livre, os quais embora sejam abertos ao público, exercem o controle sobre ruas, praças e espaços abertos da cidade. Neles, não é preciso seguir as regulamentações municipais e ao mesmo tempo, controla-se o tipo de pessoa que pode acessá-los ou usufruí-los.”

No contexto brasileiro, costuma-se fundamentar o controle social e o reforço da segurança patrimonial e do espaço público principalmente com base em questões de crime e violência. Contudo, existem outros fatores que motivam essas decisões, como o receio da interação e da presença de desconhecidos (FARIA, 2020). Contudo, de acordo com Jane Jacobs (1992, p.30), as cidades são inerentemente povoadas por desconhecidos, e a característica fundamental das áreas urbanas bem-sucedidas é que as pessoas devem sentir-se seguras nas ruas, mesmo em meio a desconhecidos.

A existência de indivíduos confere dinamismo à via, tornando-a apelativa para diferentes tipos de utilização, seja para fins comerciais ou recreativos. Nesse contexto, a autora sustenta a proposição de que uma rua com uma variedade de

peças e uma diversidade de propósitos é uma rua mais eficiente na abordagem de questões relacionadas à ordem e segurança de maneira mais natural.

Os autores Jan Gehl e William H. Whyte se dedicaram a pesquisar como os elementos físicos poderiam trazer mais vida aos espaços públicos. Ambos identificaram que os espaços públicos de qualidade são aqueles que fomenta e permite maior número de interações entre seus usuários.

As praças melhor utilizadas são lugares sociáveis, com maior proporção de casais do que se vê em locais menos usados, mais pessoas em grupo e mais pessoas encontrando pessoas ou acenando umas às outras. (WHYTE, 2001, p. 17).

Assim sendo, diante da ausência de espaços públicos de qualidade, diversas atividades correm o risco de desaparecer, incluindo a comunicação entre os usuários (Faria, 2020). Conforme Gehl (2001, p.31), o planejamento físico tem o poder de aprimorar ou deteriorar as condições para eventos e vivências públicas, podendo tanto incentivar quanto prejudicar as interações sociais.

Jan Gehl categoriza as atividades públicas em três tipos: as necessárias, relacionadas a deslocamentos com o propósito de alcançar destinos específicos, como trabalho, escola ou compras; as opcionais, envolvendo ações não obrigatórias, como passeios ou momentos ao ar livre; e as atividades sociais, que englobam interações entre pessoas, como conversas e brincadeiras. Nesse sentido, o autor sustenta a ideia de que as atividades sociais derivam das demais, considerando que a presença nos locais é o primeiro passo para a interação social. As atividades de baixa intensidade, por sua vez, criam oportunidades para contatos mais profundos. Um ambiente físico bem projetado pode estimular esse contato entre os indivíduos. Segundo Whyte (2001, p.19), "O que atrai mais pessoas são outras pessoas".

A mesma premissa se estende aos assentos públicos. Conforme destaca Faria (2020), "Os locais para sentar desempenham um papel primordial na dinâmica do espaço público". A escassez dessas áreas de descanso tende a reduzir o tempo de permanência e, conseqüentemente, limitar o contato entre as pessoas. Em sua pesquisa, Whyte (2011) observou que as praças mais movimentadas de Nova Iorque eram justamente aquelas que ofereciam mais

espaços "sentáveis", incluindo tanto mobiliário projetado para essa finalidade quanto áreas improvisadas.

Segundo Whyte (2001), a estratégia mais eficaz para expandir as áreas de assentos em espaços públicos é viabilizar que elementos já presentes no ambiente possam servir como lugares para sentar. Dessa forma, os mobiliários urbanos e fachadas podem ser concebidos com características que possibilitem sua utilização para diferentes propósitos, incluindo a acomodação (Gehl, 2011). Portanto, estratégias que tornam essas áreas impraticáveis - como a instalação de gradis, o cultivo de arbustos invasivos, a criação de superfícies inclinadas ou a elevação excessiva - são consideradas simplistas e onerosas, pois comprometem a criação de espaços públicos mais agradáveis (Whyte, 2001).

Na pesquisa de Whyte, apesar de os indesejáveis não gerarem problemas, as medidas para excluí-los do espaço acabavam por afastar não apenas esse grupo, mas também qualquer outro tipo de público, privando a cidade da oportunidade de fomentar interações entre as pessoas.

4.2. O recorte em estudo: área de tombamento federal

O Centro Histórico de São Luís é reconhecido como o cartão postal da capital maranhense, destacando-se pelos belos casarões coloniais e pela extensão do seu sítio histórico. A escolha atenta do primeiro recorte de tombamento federal no centro histórico de São Luís como foco de estudo deve-se à riqueza intrínseca dessa localidade. Este espaço, de notável importância histórica e arquitetônica, configura-se como um pequeno domínio onde convergem elementos culturais, patrimoniais e sociais, proporcionando uma base robusta para análises detalhadas.

A diversidade dos habitantes, incluindo residentes, comerciantes, turistas e pessoas em situação de rua - visto que estas últimas frequentemente procuram abrigo em locais centrais próximos a comércios e com um fluxo constante de pessoas - confere uma complexidade social que enriquece a análise do espaço público. Este local em particular é atualmente a região mais visitada por turistas e moradores locais, já que abriga a maioria dos pontos turísticos emblemáticos do sítio histórico. Além disso, atrai jovens, estudantes, manifestantes políticos e

eventos culturais, ampliando ainda mais a riqueza das interações presentes neste espaço.

Optou-se por analisar a hospitalidade de 13 praças dentro do recorte selecionado. Esses espaços públicos, repletos de características distintas, desempenham o papel de refúgio para várias pessoas em situação de rua que habitam o Centro Histórico de São Luís e também servem como palco para apresentações culturais.

Figura 41 - Marcação das Praças estudadas



Fonte: O próprio autor

4.3 Análise das praças

Este subcapítulo destaca os resultados obtidos durante as pesquisas de campo realizadas nos dias 15 e 17 de dezembro de 2023, bem como nos dias 01,

06, 13, 14 e 15 de março de 2024, nos espaços públicos, previamente mencionados, do Centro Histórico de São Luís. A relevância dessa etapa deriva da observação atenta do autor em relação aos elementos que compõem e contribuem para a melhoria da qualidade do espaço público.

Esta pesquisa qualitativa de cunho exploratório visa investigar as diferentes formas de controle social presentes nos espaços públicos do Centro Histórico de São Luís, contribuindo para uma compreensão mais ampla do conceito. O controle social refere-se às estratégias e dispositivos utilizados para regular o comportamento das pessoas em espaços urbanos, influenciando suas interações e uso do ambiente.

Para categorizar essas formas de controle social, foi utilizada a abordagem da arquiteta Debora Raquel Faria (UFPR), cuja pesquisa de mestrado "Sem Descanso: Arquitetura Hostil e Controle do Espaço Público no Centro de Curitiba", serviu como referência. A metodologia consiste em observar e fotografar as tipologias identificadas, classificando-as quanto à sua forma e função. Essas tipologias incluem dispositivos hostis, bloqueios, apropriações privadas e gradeamentos.

Os dispositivos hostis são elementos implantados para moldar os comportamentos e ações das pessoas de forma hostil, severa e punitiva. Já os bloqueios englobam dispositivos, mobiliário urbano e outras estruturas semelhantes com o mesmo propósito, mas de forma menos severa. As apropriações privadas são ocupações ou utilizações de áreas públicas por indivíduos, empresas ou entidades privadas para benefício próprio, frequentemente em detrimento do uso coletivo ou da acessibilidade geral. Por último, o gradeamento representa uma forma mais restritiva dentro do controle social, cercando áreas onde o acesso é proibido.

Conforme Gehl (2011) e Whyte (2001), foram examinados elementos físicos que contribuem para melhorar a qualidade do espaço público e, conseqüentemente, a permanência das pessoas no local, como superfícies propícias para sentar ou deitar. Tais autores foram escolhidos devido à sua relevância na área e por serem referenciados pela arquiteta em sua dissertação de mestrado, e estabelecendo uma afinidade em relação a esta pesquisa. Entrevistas esporádicas foram conduzidas com vendedores locais para

complementar a pesquisa, levantando questões sobre a frequência e prevalência de manifestações culturais no local, assim como a presença de pessoas em situação de rua. Todas as informações coletadas foram registradas em notas para análises detalhadas posteriormente.

- Praça Nauro Machado (Largo do Comércio)

As pesquisas de campo meticulosamente conduzidas no Largo do Comércio, com uma ênfase especial na Praça Nauro Machado, revelaram um dinâmico fluxo de pedestres e frequentadores que exploram o espaço de maneiras diversas, seja para socializar, brincar, descansar ou aproveitar os diversos comércios que compõem o local. Essa movimentação encontra suas raízes na estratégica localização do largo, próximo ao terminal da Praia Grande, onde o constante fluxo de pessoas e ônibus cria uma atmosfera de fácil acessibilidade, tornando-o um ponto central e convidativo.

A notável presença contínua de pessoas no local é resultado, em parte, da priorização dos pedestres, materializada pelo fechamento do largo para carros e pela implementação de rotas pedestrianizadas. Essa abordagem não apenas promove a segurança dos visitantes, mas também cria um ambiente propício à interação social e ao desfrute do espaço a pé, consolidando-o como um refúgio urbano acolhedor.

O Largo do Comércio também se destaca pela diversidade de comércios locais, principalmente voltados para o turismo e a cultura dos bares. Desde estabelecimentos culturais que oferecem artesanatos únicos até bares populares, vendedores ambulantes, restaurantes com pratos típicos e pitorescos carrinhos de comida, a área proporciona uma experiência comercial rica e variada.

Um ponto notável na composição do local é a Casa das Tulhas, um mercado que amplia ainda mais as opções disponíveis. Seu interior abriga uma diversidade de produtos ligados à gastronomia, incluindo não apenas comidas típicas, mas também uma seleção de temperos, bebidas artesanais como tiquira, cachaças, licores, castanhas e uma variedade tentadora de doces. Adicionalmente, dentro da Casa das Tulhas, as tardes de sexta-feira ganham um toque especial com apresentações ocasionais de tambor de crioula ou rodas de pagode. Esses eventos culturais e musicais enriquecem ainda mais a atmosfera do local, proporcionando momentos de descontração e celebração.

O Largo do Comércio destaca-se como um espaço agradável, beneficiado pela generosa arborização e pela presença estratégica de bancos públicos e áreas para descanso. Esses elementos conferem ao local um charme cativante, tornando-o propício para encontros e convívio social.

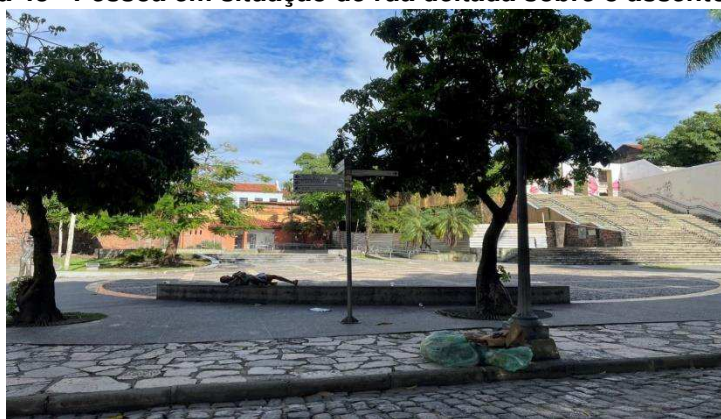
Figura 42 - Arborização e assentos públicos que compõem o Largo do Comércio



Fonte: O próprio autor (2024)

Tais características, como já falado na seção anterior a esta, desempenham um papel primordial na dinâmica e funcionamento do espaço público. A falta dessas áreas de descanso e locais de proteção da incidência solar, acaba reduzindo o tempo de permanência e, conseqüentemente, limitar o contato entre as pessoas.

Figura 43 - Pessoa em situação de rua deitada sobre o assento público

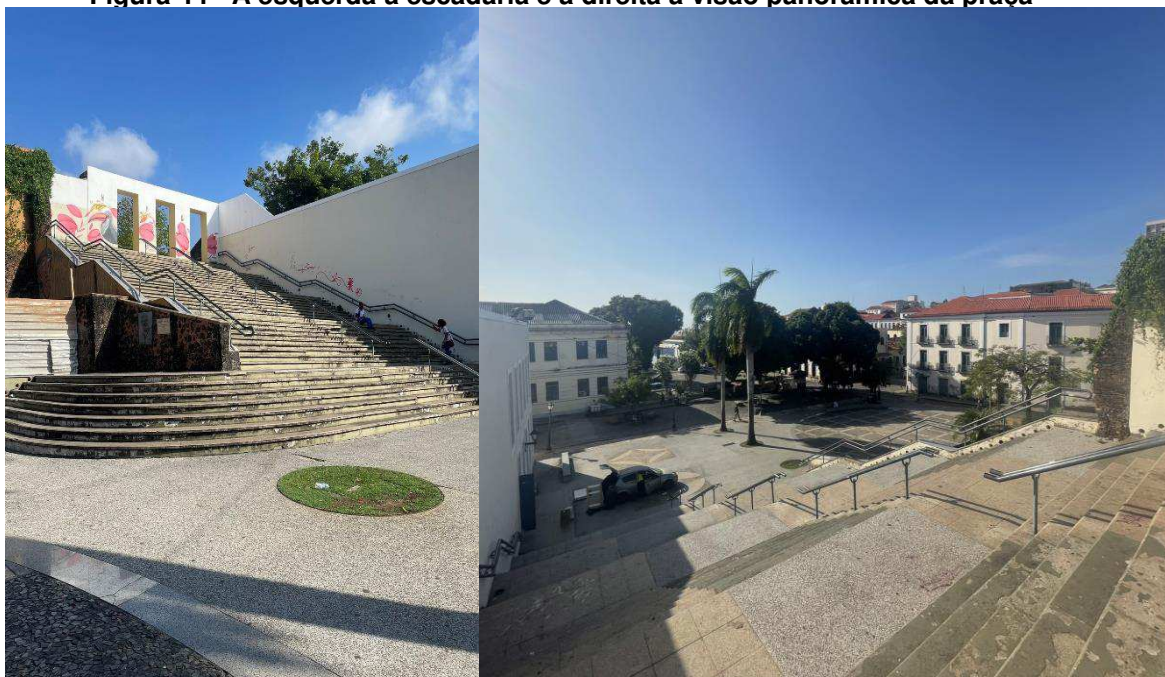


Fonte: O próprio autor (2024)

Ao contrário dos assentos considerados hostis, caracterizados por divisórias ou outras características que desencorajam o ato de deitar, todos os assentos no Largo do Comércio foram identificados como acolhedores, uma vez que permitem o livre uso do mobiliário.

Uma das características mais distintivas da Praça Nauro Machado é sua escadaria, embora originalmente não projetada com essa finalidade, ela é frequentemente utilizada como assento improvisado, especialmente por jovens e estudantes. De acordo com Gehl, as escadas são elementos particularmente populares, pois oferecem não apenas a função primária de facilitar o acesso a outros níveis, mas também proporcionam excelentes pontos de observação (GEHL, 2011, p.161). Além de cumprir seu propósito inicial de permitir a ascensão a diferentes níveis, as escadas oferecem a oportunidade única de servir como locais de descanso, proporcionando uma visão panorâmica dos arredores da praça. Esse recurso torna-se ainda mais significativo ao oferecer muitos assentos improvisados para espectadores apreciarem apresentações artísticas que frequentemente ocorrem no local.

Figura 44 - À esquerda a escadaria e à direita a visão panorâmica da praça



Fonte: O próprio autor (2023)

Diversas manifestações culturais acontecem no Largo do Comercio, principalmente na praça Nauro Machado. Nos períodos festivos de carnaval e São João a recorrência desses eventos é maior. Conta com apresentações de danças populares como tambor de crioula, cacuriá, quadrilhas, dança portuguesa, dança do lelê, dança do coco e entre outras.

O Largo do Comércio é palco de diversas manifestações culturais, com destaque especial para a efervescência cultural na Praça Nauro Machado. Esses eventos ganham ainda mais destaque durante os períodos festivos, como o Carnaval e São João, quando a frequência dessas expressões artísticas atinge o ápice. A praça se transforma em um cenário vibrante, oferecendo apresentações de danças populares, como o tambor de crioula, cacuriá, quadrilhas, dança portuguesa, dança do lelê, dança do coco, entre outras expressões artísticas representativas da cultura local.

A riqueza dessas manifestações culturais floresce na Praça Nauro Machado devido à sua ampla extensão e à ausência de dispositivos centralizadores, o que permite a livre expressão da rica cultura maranhense. Além da Praça Nauro Machado, as manifestações também se estendem para além de seus limites. Um exemplo notável é a realização de apresentações de tambor de crioula na Rua da Estrela, em frente à Casa do Tambor de Crioula, especialmente nas quartas-feiras durante os períodos festivos.

Figura 45 - Tambor de crioula

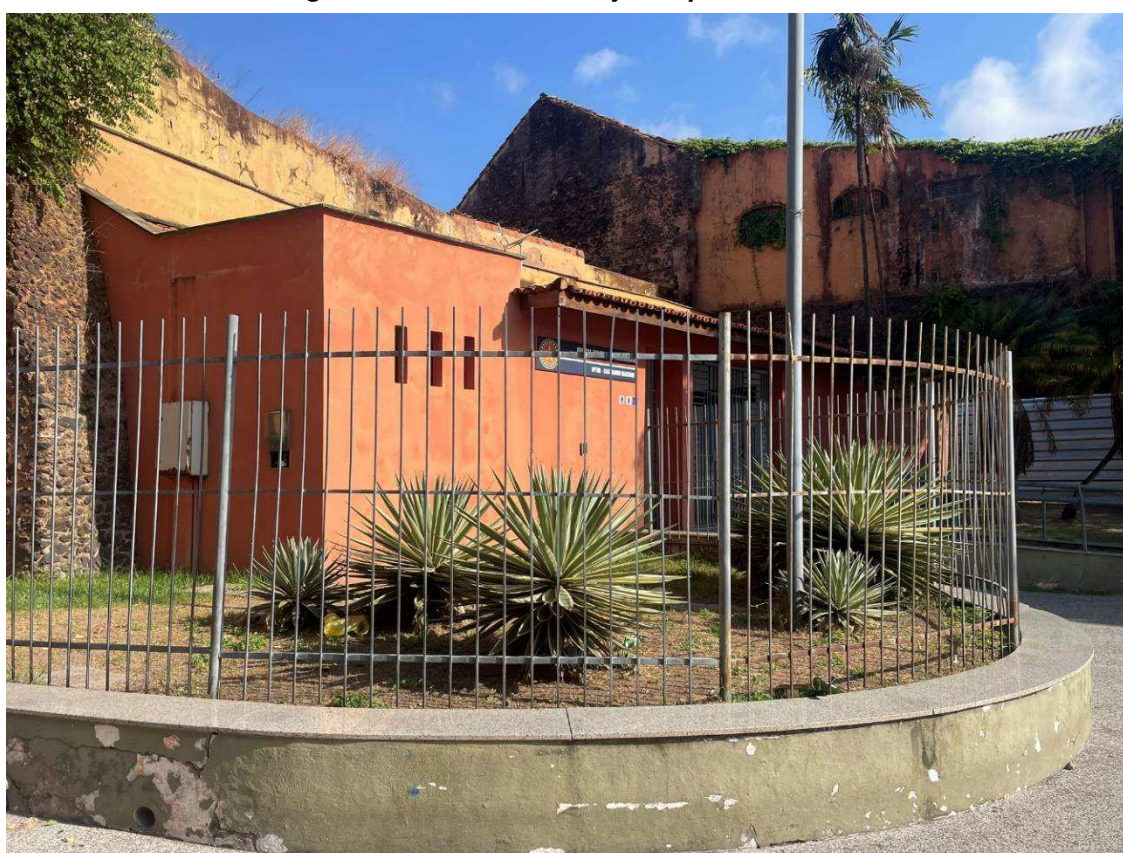


Fonte: O próprio autor

Essa descentralização das expressões culturais para além da praça principal destaca a permeabilidade do Largo do Comércio à diversidade cultural, proporcionando aos moradores locais e visitantes uma experiência mais abrangente e autêntica da rica herança cultural maranhense.

Foram encontrados três dispositivos hostis no Largo do Comércio. Dois deles estão na Praça Nauro Machado: são grades e arranjos vegetais pontiagudos.

Figura 46 - Grades e arranjos espinhosos



Fonte: O próprio autor (2023)

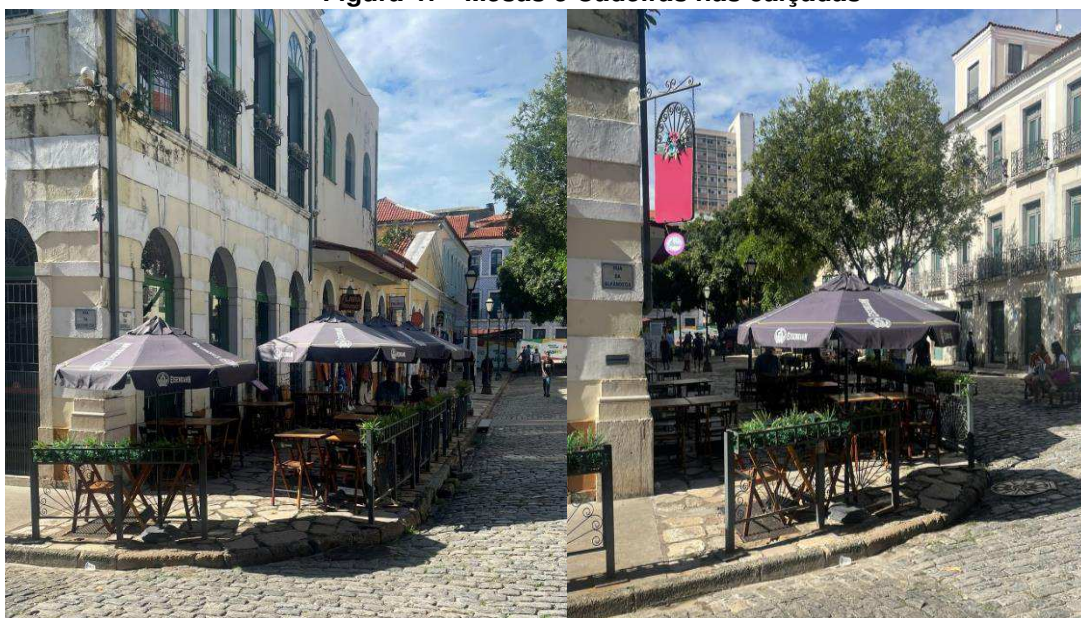
Conforme observado por Faria (2020), as grades são elementos que têm a finalidade de restringir o acesso a determinados espaços, sendo empregadas por diversas razões, como a proteção patrimonial e a prevenção de atividades incômodas, como sentar-se, deitar-se ou abrigar-se. No caso em análise, a área delimitada por grades não é propícia para abrigar pessoas em situações climáticas adversas, como chuvas, e tampouco é adequada para atividades como

sentar ou deitar, uma vez que ao seu redor existe uma superfície destinada especificamente para essas finalidades.

É notório que, anteriormente, na área cercada por grades, havia uma árvore que caiu, contudo, as grades foram mantidas. Um dos argumentos levantados para justificar essa manutenção está associado à proteção do posto policial situado na praça. A presença de arranjos espinhosos só confirma o desejo de manter os usuários da praça afastados da área circundada pelas grades.

Outra forma de controle social do espaço público encontrada no Largo do Comércio foi a de apropriação privada.

Figura 47 - Mesas e Cadeiras nas calçadas



Fonte: O próprio autor (2024)

Embora a legislação garanta o direito de estabelecimentos privados utilizarem as calçadas, desde que mantenham o passeio público desimpedido, várias denúncias têm surgido alegando a apropriação indevida desses espaços. Cidadãos insatisfeitos recorreram às delegacias e às redes sociais para denunciar casos em que a passagem e permanência de pessoas no passeio público foram supostamente impedidas pela segurança de estabelecimentos.

Essas denúncias abrangem uma gama de situações, incluindo relatos de discriminação racial, obstáculos para pessoas em situação de rua, ambulantes que encontram dificuldades ao deslocar-se pelas calçadas e jovens estudantes

que afirmam ter enfrentado desconforto por parte dos seguranças em relação à sua presença no local (G1, 2020).

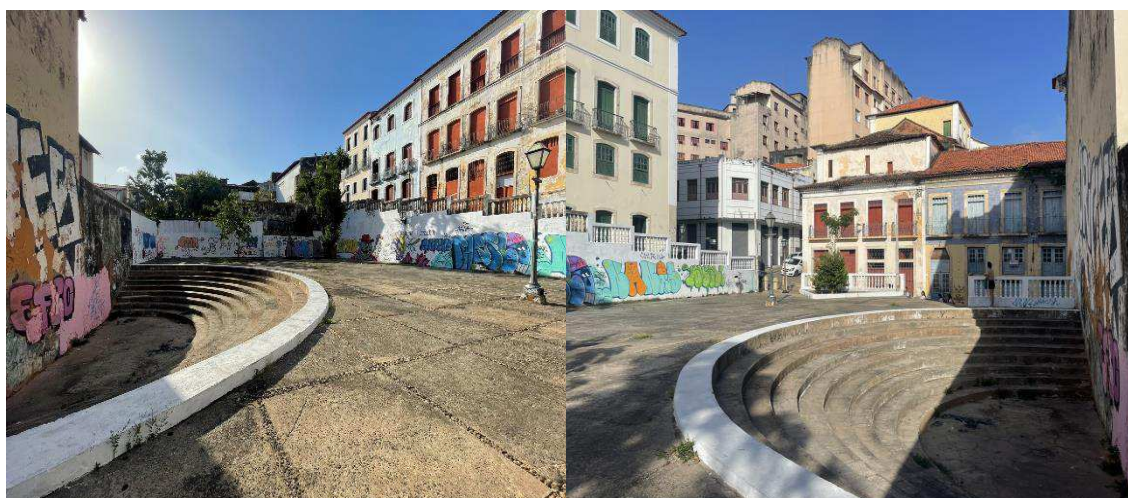
Essas alegações refletem não apenas questões relacionadas à ocupação indevida do espaço público, mas também apontam para preocupações mais amplas sobre discriminação e acesso igualitário aos locais urbanos. A necessidade de assegurar que a utilização das calçadas por estabelecimentos privados não comprometa o direito de todos ao uso e desfrute do espaço público é evidente nesse contexto.

- **Praça do Reggae**

A Praça do Reggae é um ponto icônico que reflete a rica e vibrante cultura musical da região. Este espaço único tornou-se um verdadeiro santuário para os amantes do reggae, oferecendo um ambiente envolvente que celebra a herança musical e o espírito festivo da cidade. Com apresentações ao vivo, atmosfera animada e a presença de artistas locais, a Praça do Reggae é mais do que um local de entretenimento, é um símbolo vivo da paixão e da energia contagiante da cultura reggae na região.

Embora não ofereça mobiliário dedicado ao conforto dos frequentadores, como bancos, a praça em questão possui um anfiteatro que ocasionalmente é utilizado. A ausência desse tipo de mobiliário, juntamente com a limitada presença de áreas arborizadas, pode ser apontada como um dos principais motivos para a baixa movimentação no local.

Figura 48 - Praça do Reggae



Fonte: O próprio autor (2023)

Antes da eclosão da pandemia da COVID-19, a Praça era palco da Quinta do Reggae, um evento promovido pelo governo do Maranhão, que congregava entusiastas da cultura local para celebrações animadas. Vale destacar que a praça não apresenta restrições ou bloqueios físicos para a realização de eventos regulares, proporcionando um espaço livre e propício para diversas atividades festivas e culturais.

O sucesso da Quinta do Reggae é reconhecido e, sobretudo, exaltado por apresentar as melhores atrações do reggae maranhense, sempre muito bem recebidas e de público fiel (Governo do Maranhão, 2019).

Figura 49 - Foliões na Quinta do Reggae



Fonte: Governo do Maranhão (2019)

A praça serve como palco para uma diversidade de eventos, incluindo o EDB (Encontros de Brechós), que já encontrou no seu espaço a plataforma ideal para se concretizar. Além disso, eventos fixos anuais, como o trote de calouros da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), tornaram-se tradições animadas no local. Não apenas isso, mas muitos artistas de grafite utilizam suas paredes como telas para criar obras fascinantes. A liberdade cultural que permeia a praça, derivada de seu amplo e desimpedido espaço e a falta de tipologias de controle social, não só possibilita esses eventos,

mas também confere dinamismo ao local, transformando-o em um ponto pulsante que dá vida ao espaço público.

Figura 50 - Encontro de Brechós na praça do Reggae



Fonte: Jéssica Carvalho (2023)

Figura 51 – Trote universitário na praça do reggae



Fonte: O próprio autor (2018)

- Praça da Faustina

A Praça da Seresta, também popularmente conhecida como Praça da Faustina ou Praça do Tambor de Crioula, anteriormente era um estacionamento para carros. Desde sua criação, a praça foi palco constante para artistas e poetas,

ganhando o sugestivo nome de Praça da Seresta. Hoje, ela floresce como um verdadeiro berço cultural, onde inúmeras apresentações de tambor de crioula ganham vida, tornando-se um ponto vital de expressão e celebração da rica herança cultural local. Este espaço público, antes dedicado aos carros, transformou-se em um cenário vibrante onde as tradições artísticas e musicais se entrelaçam, dando continuidade a uma narrativa cultural rica e dinâmica. Além das apresentações de tambor de crioula, a Praça da Seresta também se tornou palco para diversas manifestações culturais, incluindo a prática da capoeira.

Para atender tanto às necessidades dos artistas que se apresentam quanto ao público que os prestigia, a Praça dispõe de uma generosa quantidade de assentos públicos. Além disso, seu amplo espaço, considerando o tamanho da própria praça, é cuidadosamente planejado para garantir o sucesso das apresentações realizadas no local.

Dessa forma, a infraestrutura proporciona um ambiente acolhedor e funcional, permitindo que tanto os artistas quanto o público desfrutem plenamente das experiências culturais e artísticas oferecidas na Praça da Seresta. Na praça, não foram identificadas estruturas de controle social que restrinjam a expressão de grupos culturais ou excluam pessoas em situação de rua. O ambiente permanece aberto e acolhedor, proporcionando uma atmosfera inclusiva onde diversas manifestações culturais podem ocorrer sem impedimentos, e todos são bem-vindos, independentemente de sua situação residencial.

Figura 52 - Praça da Faustina



Fonte: O próprio autor (2023)

- Praça da Fé

A Praça da Fé, embora envolta por informações limitadas, desempenha um papel de extrema relevância no coração do centro histórico de São Luís, especialmente durante as efusivas celebrações de carnaval e São João. Este amplo espaço torna-se um palco dinâmico onde diversos espetáculos, como bumba meu boi, cacuriá, dança portuguesa e uma abundância de outras expressões culturais, ganham vida em meio à efervescência das festividades.

A notável característica da praça é a sua vasta área aberta, desprovida de quaisquer dispositivos ou mobiliários centrais que possam restringir a manifestação artística. Essa liberdade de espaço é essencial para a montagem de palcos e a realização de eventos culturais que enriquecem a experiência dos espectadores.

Além disso, a praça oferece uma atmosfera convidativa, especialmente devido aos seus assentos públicos e sua arborização lateral. Esses espaços não apenas atraem os olhares dos frequentadores, mas também proporcionam um ambiente agradável para aqueles que organizam e participam de eventos culturais. Assim, não foram encontrados dispositivos de controle social na praça da fé.

Figura 53 – Praça da Fé



Fonte: O próprio autor (2024)

- Praça dos catraieiros

Com um nome que presta homenagem aos dedicados pescadores que há muito tempo utilizavam as "catraias" como meio de navegação, a praça dos catraieiros não apenas se destaca como um impressionante cartão postal da cidade devido à sua beleza singular, mas também serve como cenário para uma rica variedade de manifestações culturais e artísticas que celebram a essência do estado.

Localizada próxima ao cais da Praia Grande, a Praça dos Catraieiros tem sido um cenário vibrante para diversos eventos, incluindo o Festival da Negritude, uma iniciativa que destaca a riqueza cultural afro-brasileira por meio das expressões artísticas da nossa cidade. Este festival é particularmente marcante durante o mês de novembro, quando celebrações pela consciência negra ganham destaque (SECOM, 2021).

Outro evento que aproveitou o encanto da Praça dos Catraieiros para impulsionar a vitalidade e atrair os frequentadores aos espaços públicos do centro histórico de São Luís é o "Samba do Pôr do Sol". Este evento é promovido pelos restaurantes locais, proporcionando uma atmosfera única de música e sabor que convida os visitantes a desfrutarem do charme do local.

Nos períodos festivos de Carnaval e São João, a praça se transforma em um ponto de encontro festivo e animado. Seu amplo espaço aberto, juntamente com assentos públicos estrategicamente posicionados, tornam o local ideal para montagem de palcos e apresentações culturais, proporcionando uma atmosfera vibrante e envolvente para os participantes.

Figura 54 - Praça dos Catraieiros



Fonte: O próprio autor (2024)

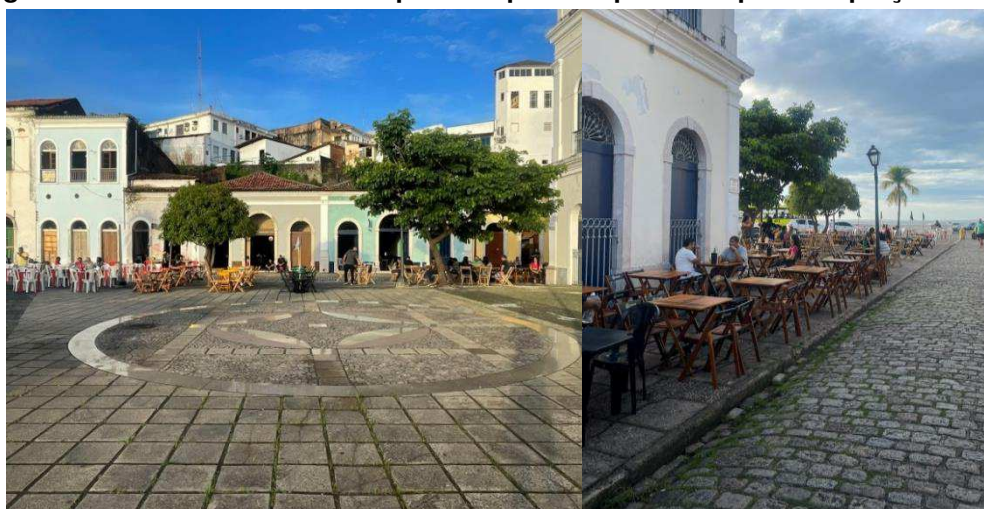
Figura 55 - Praça dos Catraieiros decorada para o São João do Maranhão



Fonte: TripAdvisor (2019)

Ao considerar os diversos critérios para observar as formas de controle do espaço público, a Praça dos Catraieiros destaca uma questão crucial: a apropriação privada do espaço público pelos bares que a circundam.

Figura 56 - Mesas e cadeiras ocupando o passeio público e parte da praça dos Catraieiros



Fonte: O próprio autor (2024)

O uso das calçadas é legalmente permitido, desde que o espaço destinado ao trânsito de pessoas seja mantido livre e desobstruído. Na área em questão, entretanto, essa regra não é seguida, uma vez que as mesas e cadeiras dos estabelecimentos ocupam completamente a calçada. No entanto, não há registro de denúncias reportando obstruções no uso desses espaços designados.

- Praça Marcílio Dias

Situada nas imediações do Palácio dos Leões e da Capitania dos Portos do Maranhão, a Pequena Praça Marcílio Dias, na Avenida Beira Mar, recebe sua designação em homenagem a um destemido marinheiro da Armada Imperial brasileira. Apesar de não gozar de grande popularidade entre alguns frequentadores do centro histórico, a Praça Marcílio Dias destaca-se pela sua beleza serena e pelo espetáculo encantador do pôr do sol.

Devido à carência de áreas centrais e à topografia peculiar, a praça enfrenta desafios para se tornar um ponto atrativo para manifestações culturais. Apesar disso, ela oferece uma quantidade significativa de superfícies sentáveis acolhedoras, algumas delas planejadas para tal propósito e outras de forma mais improvisada, como degraus. A presença de uma arborização bem distribuída adiciona um toque acolhedor, sendo aproveitada com entusiasmo pelos dedicados usuários que se apropriam do espaço de maneira ativa e engajada.

Figura 57 - Praça Marcílio Dias



Fonte: O próprio autor (2024)

Figura 58 - Pôr do sol na praça Marcílio Dias



Fonte: O próprio autor

- **Praça Dom Pedro II**

A Praça Dom Pedro II ostenta o título de ser a pioneira entre as praças de São Luís, situando-se majestosamente diante da imponente Igreja da Sé. Reconhecida também como Praça da Oficialidade, ela ocupa um espaço estratégico no centro cívico da cidade, em proximidade ao Palácio dos Leões (sede do governo estadual), Palácio La Ravardière (Prefeitura), Palácio Clóvis Beviláqua (Poder Judiciário) e outras instituições notáveis, incluindo o Palácio do Comércio (Associação Comercial do Maranhão) e a histórica Igreja da Sé, representando assim uma síntese marcante do poder civil, religioso e cultural na região.

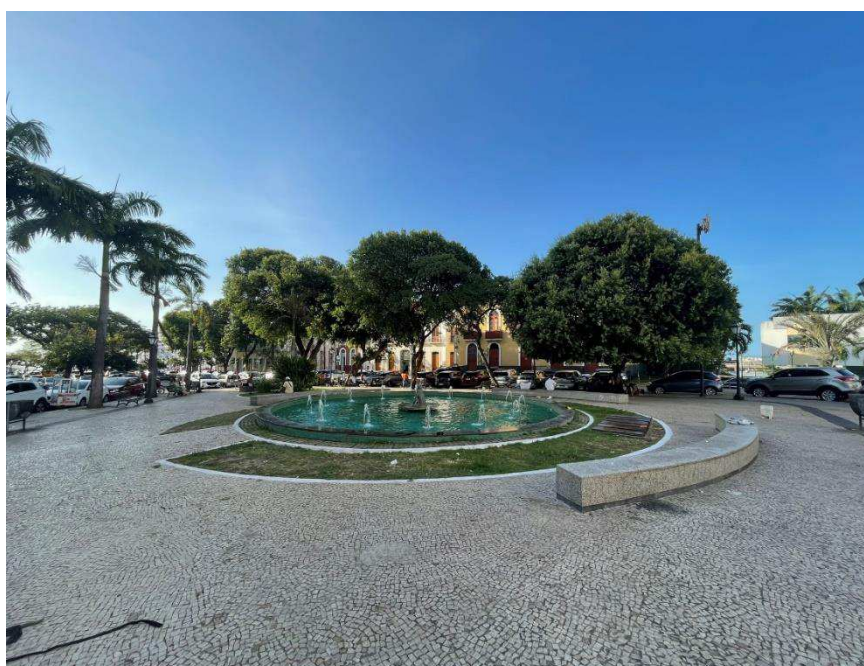
Ao longo do tempo, a Praça Dom Pedro II passou por diversas intervenções urbanísticas, adaptando-se às necessidades e usos evolutivos, tendo em 2018 sua última intervenção. Inicialmente identificada como Avenida Maranhense e Largo do Palácio, posteriormente transformou-se na reconhecida Praça Dom Pedro II. Essas mudanças refletem não apenas a evolução da própria

praça, mas também a dinâmica urbana que moldou seu caráter ao longo dos anos.

A Praça Dom Pedro II é notável pela sua intensa movimentação, uma característica derivada de sua localização privilegiada. Constantemente visitada por frequentadores da Igreja da Sé, trabalhadores públicos, profissionais de empreendimentos próximos e turistas a praça se destaca como um ponto central de atividade. Sua atmosfera vibrante e dinâmica atrai uma ampla gama de pessoas, tornando-a um espaço frequentado por indivíduos de diversas origens e estilos de vida.

A Praça Dom Pedro II destaca-se por sua encantadora fonte central, que se tornou um refúgio para pessoas em situação de rua, buscando alívio ao refrescar seus rostos. Embora não haja proibição legal nem penalidades associadas a essa prática, a prefeitura desaconselha, o que tem levado algumas capitais do Brasil a cercarem suas fontes com grades como medida a sanar tal problemática. A praça dispõe de uma generosa oferta de assentos públicos, como bancos de concreto e madeira, muitos deles sombreados por árvores, proporcionando um ambiente convidativo e acolhedor aos visitantes.

Figura 59 – Praça Dom Pedro II



Fonte: O próprio autor (2024)

Figura 60 - Praça Dom Pedro II

Fonte: O próprio autor (2024)

Embora o espaço central, ocupado pela Fonte da Mãe D'água, possa limitar manifestações culturais de dança, que demandam uma área livre mais ampla, a Praça Dom Pedro II já testemunhou eventos notáveis, como “O Arraial do Prefs” a “Esquina da Arte”. Este projeto cultural focado em artesanato busca destacar e valorizar os talentosos artesãos locais. Durante a época natalina, a praça se transforma em um ponto de destaque, atraindo inúmeros visitantes devido aos investimentos do governo do Maranhão e da prefeitura. Decorada com imponentes árvores de Natal gigantes, a área da praça se torna um atrativo, atraindo pessoas de várias regiões do estado para apreciar as festividades.

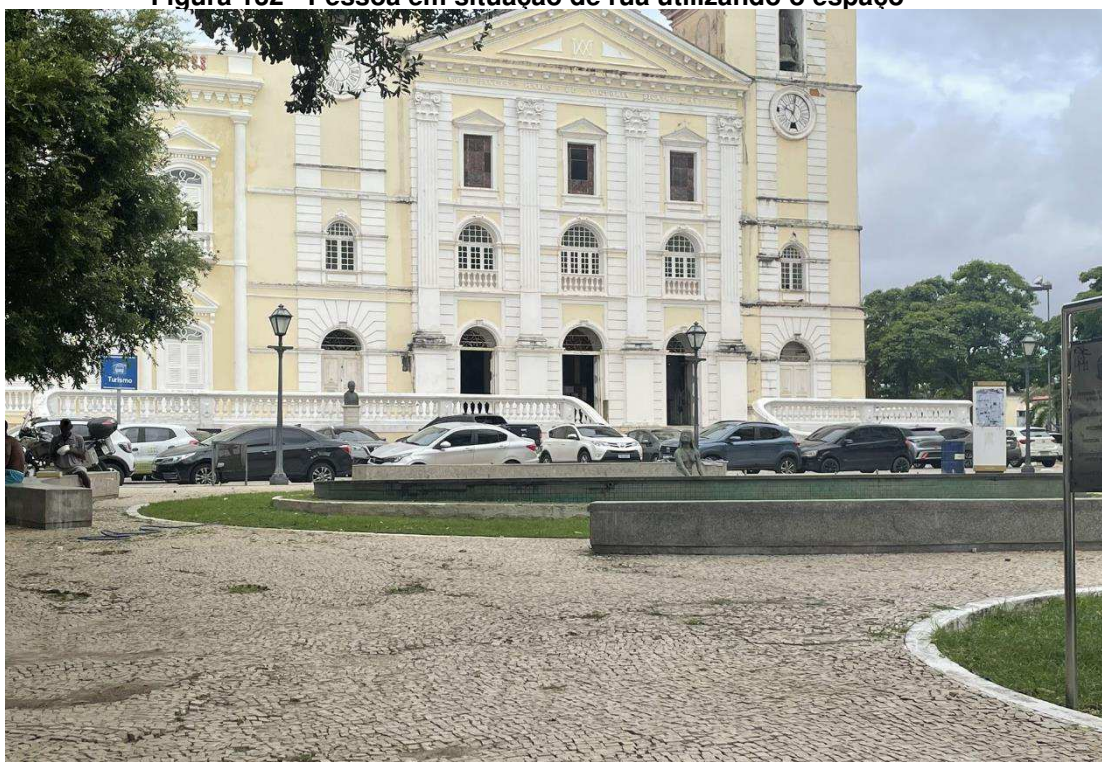
Figura 61 - Evento “O arraial do Prefs” na praça Dom Pedro II



Fonte: Secult (2022)

Não foram identificados dispositivos que restrinjam o acesso de pessoas em situação de rua a este espaço público. A receptividade desse local para essas pessoas é notável, evidenciada pela frequência com que o utilizam. A ausência de barreiras físicas indica uma abordagem acolhedora, proporcionando um ambiente acessível e inclusivo para todos os frequentadores, independentemente de sua situação.

Figura 132 - Pessoa em situação de rua utilizando o espaço



Fonte: O próprio autor

- Praça Valdelino Cécio

A Praça Valdelino Cécio, anteriormente denominada Praça do Folclore, surge sobre os vestígios de casarões que desmoronaram, como já discutido nesta pesquisa. O local ganha vida em meio às ruínas, emergindo como um ponto focal de significativo valor cultural, destinado a integrar-se ao Centro de Cultura Domingos Vieira Filho, funcionando como uma extensão do local. Sua criação pressupõe uma imersão na rica herança cultural que aguardava ser revelada, transformando-a, assim, em uma extensão viva e pulsante do mencionado centro cultural.

O Centro Cultural Domingos Vieira Filho abriga salões de exposições, salas e um pátio de exposição. No entanto, identificou-se a necessidade premente de um espaço mais amplo e aberto, visando aprimorar a acolhida ao público e proporcionar condições mais adequadas aos dançarinos e dançarinas que frequentam o local. Essa demanda por um ambiente mais expansivo surge com o intuito de aperfeiçoar a experiência global dos visitantes e oferecer um ambiente mais propício para as atividades artísticas desenvolvidas no centro. Com isso surge a Praça do Folclore.

A Praça do Poeta Valdelino Cécio passou por diversas reformas e alterações de denominação ao longo do tempo, culminando na configuração que conhecemos atualmente. Essas intervenções tiveram um papel crucial na transformação da dinâmica da praça. Durante a execução do projeto Reviver, a integração da Praça do Poeta Valdelino Cécio com a Praça Nauro Machado, realizada por meio de três portais, conectou de forma mais expressiva esses espaços, adicionando vitalidade e movimentação ao local.

No entanto, a mais recente reforma da praça trouxe mudanças significativas, incorporando elementos centrais e bancos que modificaram a configuração da área circular, anteriormente utilizada como palco para diversas manifestações culturais, tais como Tambor de Crioula, Dança Lelê, Dança do Coco, Bumba-Meu-Boi e apresentações ligadas ao Palco do Divino. A praça, que antes era uma área cultural rica e pulsante, viu-se privada de espaços centrais fundamentais para a realização de suas diversas manifestações artísticas. A mais

recente reforma, embora tenha introduzido elementos benéficos, como bancos, inadvertidamente eliminou a área circular que servia como palco para as apresentações culturais. Essa mudança impactou diretamente a vitalidade do local, reduzindo sua capacidade de abrigar e promover as ricas expressões culturais que antes eram uma parte intrínseca de sua identidade.

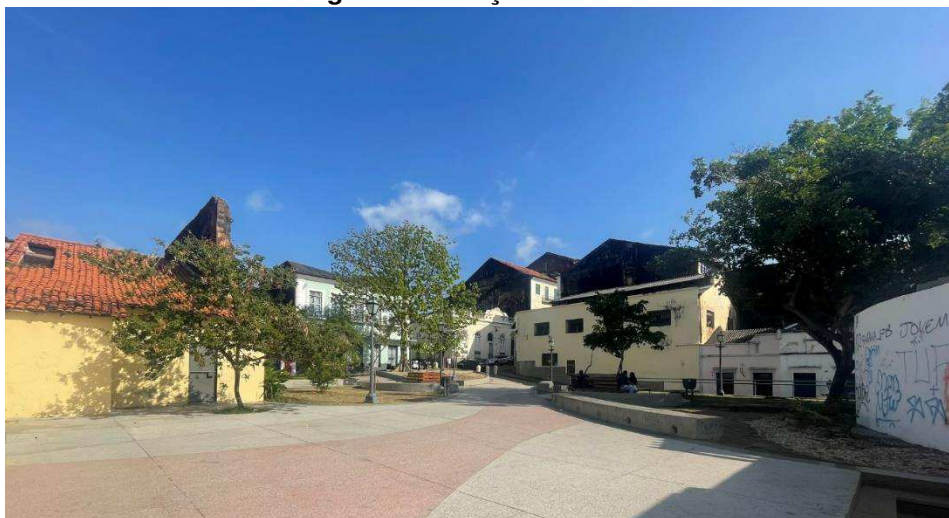
Conseqüentemente, o espaço que costumava ser palco constante de apresentações culturais agora se limita a eventos festivos, perdendo a frequência e a regularidade que antes caracterizavam a dinâmica cultural da praça.

Atualmente, a praça vivencia uma revitalização dinâmica, sendo redefinida pelos seus frequentadores, que se apropriaram do espaço de maneira significativa. Esses visitantes, predominantemente jovens, casais, turistas e pessoas em situação de rua conferem à praça um novo significado, influenciado pela disponibilidade abundante de assentos acolhedores, com destaque para a presença de bancos de madeira e concreto. A arborização agradável complementa esse ambiente, convidando à pausa e à contemplação. Essas características convertem a praça em um ponto de encontro irresistível, não apenas como um espaço de lazer, mas também como um local vibrante para interações sociais e turísticas.

Figura 63 - Bancos centrais da Praça Valdelino Cécio



Fonte: O próprio autor (2024)

Figura 64 - Praça Valdelino Cécio

Fonte: O próprio autor (2024)

- Praça Benedito Leite

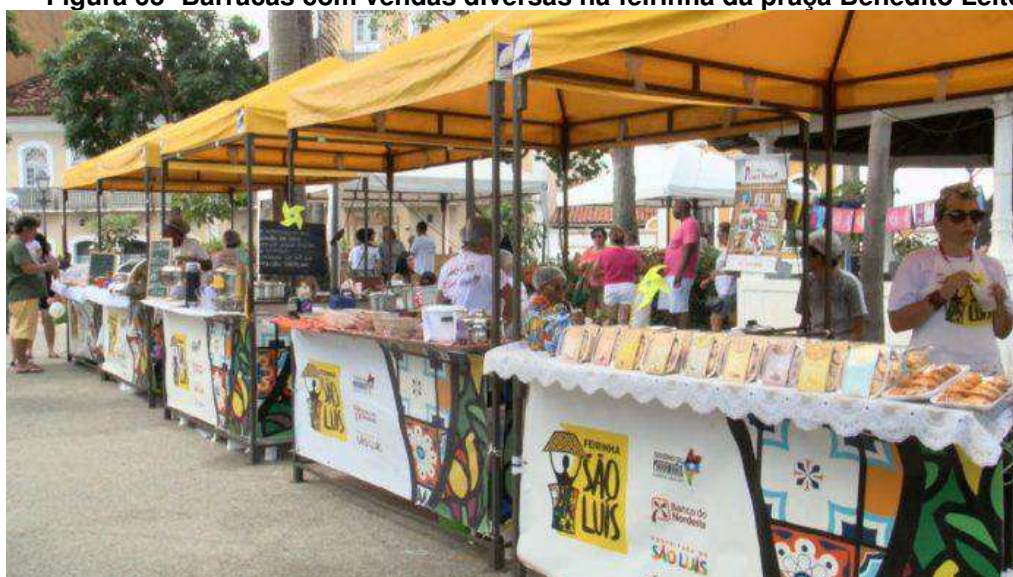
Sendo uma das praças mais antigas de São Luís e um importante ponto de manifestações políticas do século XIX, a Praça Benedito Leite, antes conhecida como Largo do João Velho, teve sua história marcada por eventos significativos. Em 1804, por determinação do governo português, foi iniciada a construção de um jardim botânico no terreno, outrora ocupado por casebres. Contudo, devido às preocupações com possíveis ataques da França durante as guerras com Portugal, a obra foi interrompida. Em 1820, o governador Bernardo Pinto da Silveira converteu o espaço em um encantador jardim. As primeiras árvores foram plantadas em 1848 por Antônio Joaquim Álvares do Amaral, sendo replantadas em 1887 por Benevuto Augusto de Magalhães Taques (IPHAN).

No ano de 1906, durante o governo de Benedito Leite, o engenheiro Anísio Palhano de Jesus elaborou um projeto de paisagismo, incorporando figueiras de Benjamin, resultando na denominação da praça como Praça Benedito Leite, em homenagem ao governador. Após o falecimento de Benedito Leite, uma estátua em sua memória, confeccionada pelo escultor François Emile Decarchemont em Paris, foi inaugurada em 28 de fevereiro de 1912, perpetuando o legado desse ilustre estadista (IPHAN).

Atualmente, a Praça Benedito Leite se transformou em um animado cenário de eventos que impulsionam a vida e a vitalidade do local, sendo a Feirinha um destaque significativo. Promovida pela Prefeitura de São Luís, a

Feirinha oferece aos visitantes uma ótima experiência, reunindo artesanato maranhense, frutas, legumes e verduras, além de proporcionar uma degustação das delícias típicas da culinária local e música ao vivo de artistas da capital. Este evento não só se destaca como uma oportunidade de negócios, mas também como um ponto de encontro para o lazer, trocas culturais e a exposição do folclore estadual. A Feirinha desempenha um papel crucial na estratégia de revitalizar e dinamizar esse espaço público, proporcionando aos turistas do Centro Histórico uma imersão rica na cultura, folclore e gastronomia maranhense.

Figura 65- Barracas com vendas diversas na feirinha da praça Benedito Leite



Fonte: Sua Cidade (2020)

Figura 66 - Feirinha na praça Benedito Leite



Fonte: Portal Guar (2019)

Apesar do desafio apresentado pelo desenho espacial que limita a realização de apresentações, devido à presença de elementos centrais, a Praça Benedito Leite tornou-se um polo efervescente de atrações culturais. Esse fenômeno é impulsionado pelos eventos promovidos pela prefeitura, destacando-se a Feirinha, que introduziu uma dinâmica renovada e uma abordagem inovadora na forma como os usuários interagem e se apropriam do espaço.

Figura 67 - Tambor de Crioula na praça Benedito Leite



Fonte: TripAdvisor (2019)

Figura 68 - Bumba-Meu-Boi na praça Benedito Leite



Fonte: TripAdvisor (2019)

A Praça Benedito Leite se destaca pela abundância de assentos públicos e uma exuberante arborização, proporcionando um ambiente convidativo que

fomenta a interação entre as pessoas. Notavelmente, não foram identificadas tipologias de controle social voltadas para afastar indivíduos em situação de rua.

Figura 69- Tipos de assentos públicos presentes na praça Benedito Leite



Fonte: O próprio autor (2024)

Diariamente, é possível observar essas pessoas utilizando o espaço público, refletindo a abertura e inclusividade da praça.

Figura 70 - Arborização abundante da praça Benedito Leite



Fonte: O próprio autor

- Praça João Lisboa

Inicialmente vinculado ao Convento e à Igreja do Carmo, o Largo do Carmo adquiriu a designação de Praça João Lisboa em 1901, em tributo ao jornalista e escritor João Francisco Lisboa. Em 1918, celebrou-se a inauguração de um notável monumento de bronze, com pedestal de mármore, esculpido pelo artista francês Jean Magrou, reverenciando João Lisboa e abrigando suas cinzas como patrono da cadeira nº 11 da Academia Maranhense de Letras (IPHAN).

Para além do seu valor histórico, o local foi testemunha da primeira feira ou mercado da cidade, abrigou o primeiro abrigo público e o pelourinho, este último destruído após a Proclamação da República. Ao longo dos anos, o Largo do Carmo foi palco de diversos movimentos políticos e sociais que marcaram a história da cidade. Destaque especial era dado à Festa de Santa Filomena, evento de grande importância na vida da comunidade (IPHAN).

Antigamente, a Praça João Lisboa representava o coração de São Luís, servindo como ponto de encontro para intelectuais e políticos que discutiam sobre a vida da cidade, abarcando temas como arte, política e literatura. Nesse período, ficou conhecida como Praça da Liberdade, sendo um espaço emblemático de encontros, reflexões e protestos na capital maranhense.

Atualmente, a Praça João Lisboa permanece como um ambiente encantador, repleto de arborização e bancos que o tornam aconchegante. Esse local continua a atrair um considerável fluxo de pessoas, sendo notavelmente influenciado pela movimentação dos edifícios ao seu redor. Pessoas mais maduras e aposentados encontram na praça um refúgio acolhedor, onde se dedicam à leitura de jornais, à semelhança do monumento que a embeleza. Além disso, muitos desfrutam de momentos de lazer jogando damas, alimentando pombos ou simplesmente engajando-se em conversas descontraídas.

Figura 71- Praça João Lisboa

Fonte: O próprio autor

Entretanto, aos sábados e domingos, a vitalidade e movimento deste espaço público diminuem, já que muitos estabelecimentos comerciais fecham. Contudo, nos últimos anos, a Praça também tem experimentado uma revitalização com a inclusão da Feirinha, o mesmo evento que ocorre na Praça Benedito Leite, estendendo-se até lá e alterando significativamente a dinâmica do local durante esses dias. A Feirinha insufla vida, cultura local e uma rica diversidade de pessoas à Praça. Apesar da ausência de áreas centrais ideais para danças e outras manifestações, os frequentadores se apropriam do espaço e, com criatividade, tornam esses eventos uma realidade pulsante.

Figura 72 - Feirinha na praça João Lisboa

Fonte: G1 (2023)

A praça oferece bancos de madeira e concreto, proporcionando assentos acolhedores em um ambiente convidativo e agradável.

Figura 73- Assentos da praça João Lisboa



Fonte: O próprio autor

Não foram identificadas tipologias de controle social direcionadas a pessoas em situação de rua na praça. No entanto, antes da última reforma, eram presentes arcos de ferro que circundavam os canteiros de plantas. De acordo com Farias (2020), esses arcos de ferro são elementos que restringem o descanso e tornam essas superfícies inutilizáveis.

Figura 74- Arcos de ferro na praça João Lisboa

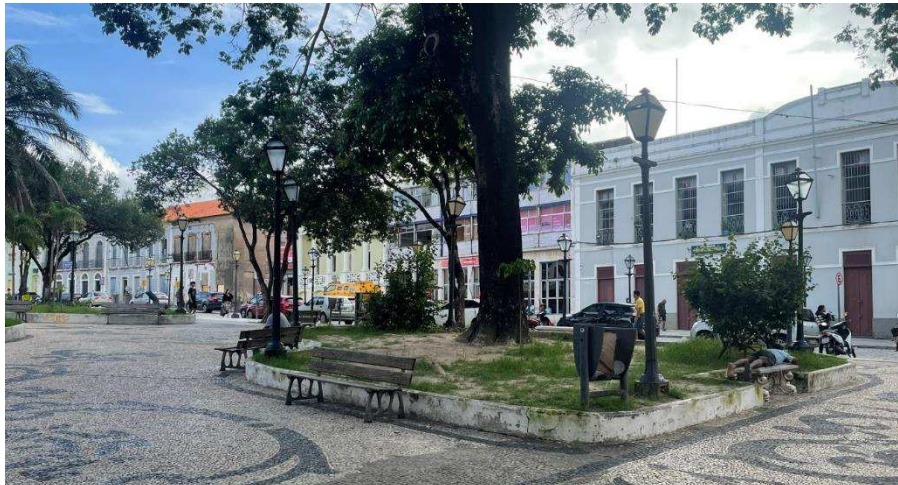


Fonte: FourSquare (2016)

Após a recente reforma, que não apenas reurbanizou a praça João Lisboa, mas também removeu os dispositivos anteriormente mencionados, a dinâmica do

local se transformou. Atualmente, no cotidiano da praça, é perceptível que pessoas em situação de rua encontram no espaço público um local de acolhimento e convívio. Essa mudança evidencia a importância da acessibilidade e inclusividade na configuração urbana, promovendo um ambiente mais aberto e acolhedor para todos.

Figura 75- Pessoa em situação de rua utilizando o banco da praça



Fonte: O próprio autor (2024)

- **Praça do Desterro**

A Praça do Desterro, situada em frente à imponente Igreja do Desterro, é um tesouro arquitetônico e espiritual no do Centro Histórico de São Luís. A majestosa igreja, com sua rica arquitetura religiosa, atrai aqueles em busca de contemplação.

No entanto, embora seja um importante local, a praça muitas vezes não recebe a atenção merecida dos turistas. Sua localização em uma área residencial mais tranquila pode ser um dos motivos para isso. Lá, o ritmo da vida diária se desenrola ao redor da praça, com os moradores locais frequentando-a para jogar bola, jogar baralho e desfrutam da atmosfera tranquila e acolhedora.

A presença da igreja é especialmente marcante em determinadas datas, quando atrai os fiéis que utilizam a praça. Funcionando nos domingos e nos primeiros sábados de cada mês, a igreja traz uma energia única para a área, trazendo pessoas de fora da vizinhança imediata.

Esses eventos religiosos não apenas adicionam movimento à praça, mas também trazem uma variedade de visitantes que enriquecem a diversidade

cultural do local. É uma oportunidade para os moradores locais interagirem com pessoas de diferentes origens e crenças, criando um ambiente de troca e aprendizado mútuo. Assim, a presença da igreja não apenas tem um impacto espiritual na praça, mas também contribui para a sua vitalidade e dinamismo, tornando-a um ponto de encontro e convívio para a comunidade local e além.

A Praça do Desterro oferece aos seus frequentadores a comodidade de bancos públicos acolhedores, dispostos ao lado da área central, onde as dinâmicas sociais se desdobram naturalmente. Além disso, é notável a ausência de equipamentos ou dispositivos de controle social no local. Em vez de impor restrições, a praça parece abraçar a liberdade e a espontaneidade, permitindo que as interações entre os frequentadores aconteçam de forma orgânica e sem barreiras artificiais.

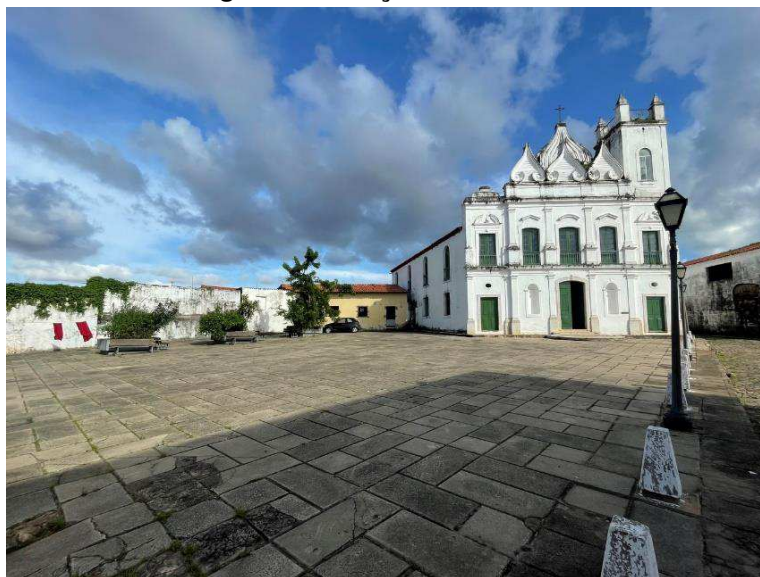
Essa falta de restrições contribui para a atmosfera acolhedora e inclusiva da praça, onde pessoas de todas as idades e origens se sentem bem-vindas para desfrutar do espaço público em harmonia. É um testemunho da confiança na comunidade e na capacidade das pessoas de coexistirem pacificamente, criando assim um ambiente verdadeiramente comunitário e democrático.

Figura 76 - Bancos da praça do Desterro



Fonte: O próprio autor (2024)

Figura 77– Praça do Desterro



Fonte: O próprio autor (2024)

- Praça da Liberdade

A Praça da Liberdade, situada ao lado do Cafuá das Mercês, o Museu do Negro, desempenha um papel crucial na narrativa histórica e cultural do povo negro. Este museu é uma peça fundamental na preservação e celebração da herança africana e afro-brasileira.

Ao adentrar o Cafuá das Mercês, os visitantes são imersos em uma jornada pela história, testemunhando a trajetória do povo negro através de uma coleção impressionante. Desde instrumentos utilizados durante o período da escravidão até artefatos representativos da cultura afro-maranhense, com destaque para o tambor-de-mina, cada item exposto conta uma história singular.

Além disso, o museu abriga uma valiosa coleção de arte africana, proveniente de diversas regiões e etnias do continente, incluindo grupos culturais como Bambara, Dogon, Senufo, entre outros. Essa diversidade de artefatos oferece uma visão abrangente das ricas tradições e expressões artísticas presentes nas culturas africanas.

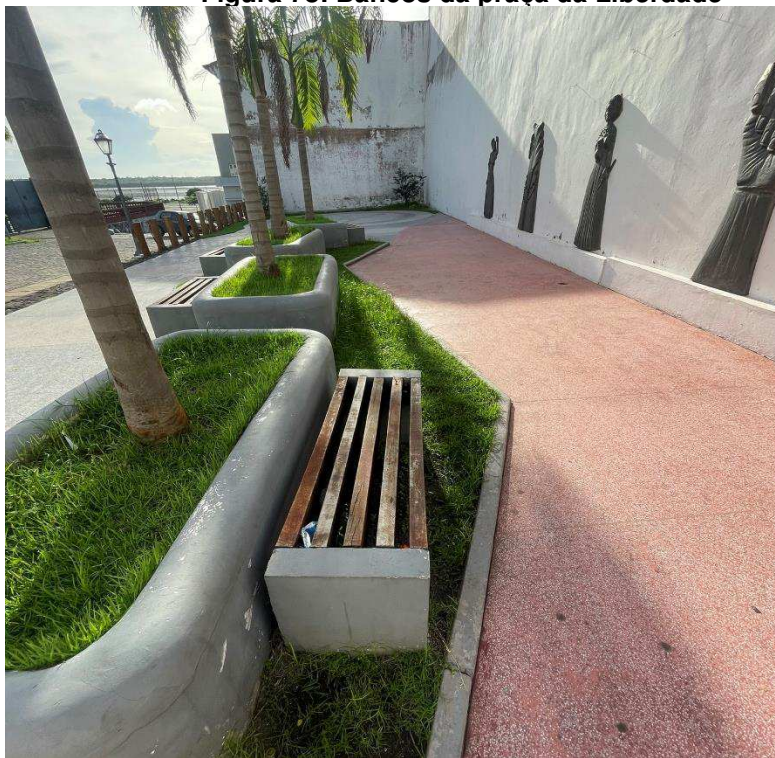
Embora não seja muito movimentada nem amplamente conhecida, a Praça desempenha um papel vital em conjunto com o museu, pois nela são expostas imagens de figuras emblemáticas da cultura negra. Esta representação não

apenas celebra a rica herança cultural do povo negro, mas também educa e inspira aqueles que a visitam.

A Praça proporciona um ambiente sereno e acolhedor, com bancos públicos convidativos onde as pessoas, inclusive aquelas em situação de rua, encontram um refúgio para descansar. É interessante observar que a região, frequentemente utilizada como estacionamento para carros e com pouca visitação de turistas devido   sua localiza o mais afastada de pontos turísticos, atrai a popula o em situa o de rua em busca de renda, muitas vezes desempenhando atividades como flanelinhas.

Essa dinâmica destaca a importância da Praça como um espaço de convivência e inclusão, onde diferentes comunidades se encontram e interagem. Apesar dos desafios sociais que podem existir na área, a Praça permanece como um local de tranquilidade e solidariedade, demonstrando a resiliência e a diversidade da comunidade local.

Figura 78: Bancos da praça da Liberdade



Fonte: O próprio autor (2024)

Moradores e funcionários do Museu do Negro apontam a escassez de eventos culturais no local. Embora a praça contenha uma área circular destinada a danças culturais, esta não é frequentemente utilizada para tal propósito.

Figura 79: Área circular para danças na praça da Liberdade



Fonte: O próprio autor (2024)

- Praça dos Poetas

A Praça dos Poetas, situada na parte alta do centro histórico de São Luís, é um enclave próximo a pontos turísticos e instituições de grande importância para o estado. A majestosa prefeitura de São Luís e o palácio que abriga a residência oficial do governador do estado embelezam as imediações da praça, conferindo-lhe um contexto histórico e político significativo.

Anteriormente, no século XX, o local onde hoje se ergue a Praça dos Poetas era ocupado por um sobrado colonial. Após sua destruição, deu lugar a um restaurante que se destacava pela vista panorâmica privilegiada da bela baía de São Marcos. Essa vista panorâmica era um dos principais atrativos do restaurante, que atraía visitantes em busca de experiências gastronômicas únicas e vistas deslumbrantes.

Posteriormente, o espaço foi transformado no Centro Cultural do Mestre Amaral, um verdadeiro tesouro cultural reconhecido como Ponto de Cultura em 2015 pelo Ministério da Cultura (MinC). Este centro irradiava a riqueza das tradições locais, atraindo uma diversidade de pessoas para apreciar as manifestações culturais que ali aconteciam. Tornou-se um ponto de encontro não

apenas para jovens e músicos, mas também para turistas em busca de uma imersão na autenticidade da cultura maranhense, enriquecendo ainda mais o panorama cultural da região.

Figura 80: Placa anunciando atrações no Centro Cultural do Mestre Amaral



Fonte: FourSquare (2017)

Figura 81: Entrada do Centro Cultural do Mestre Amaral



Fonte: FourSquare (2016)

Figura 82: Pessoas dentro do Centro Cultural



Fonte: FourSquare (2016)

Figura 83 - Tambor de Crioula no Centro Cultural



Fonte: FourSquare (2016)

O Centro Cultural do Mestre Amaral pulsava com vida, mesmo nos dias sem apresentações programadas. Era um ponto de encontro dinâmico, onde uma ampla diversidade de pessoas se reunia, transcendendo suas diferenças em um ambiente de convivência harmoniosa. Este espaço era mais do que um simples local de entretenimento; era um catalisador poderoso para fortalecer a identidade cultural da cidade.

Além de ser um epicentro para manifestações culturais, o Centro Cultural desempenhava um papel crucial na preservação do patrimônio imaterial da região. Ao celebrar e compartilhar as tradições do Tambor de Crioula, ele

promovia um entendimento mais profundo da riqueza cultural do Maranhão, tanto entre os moradores locais quanto entre os visitantes.

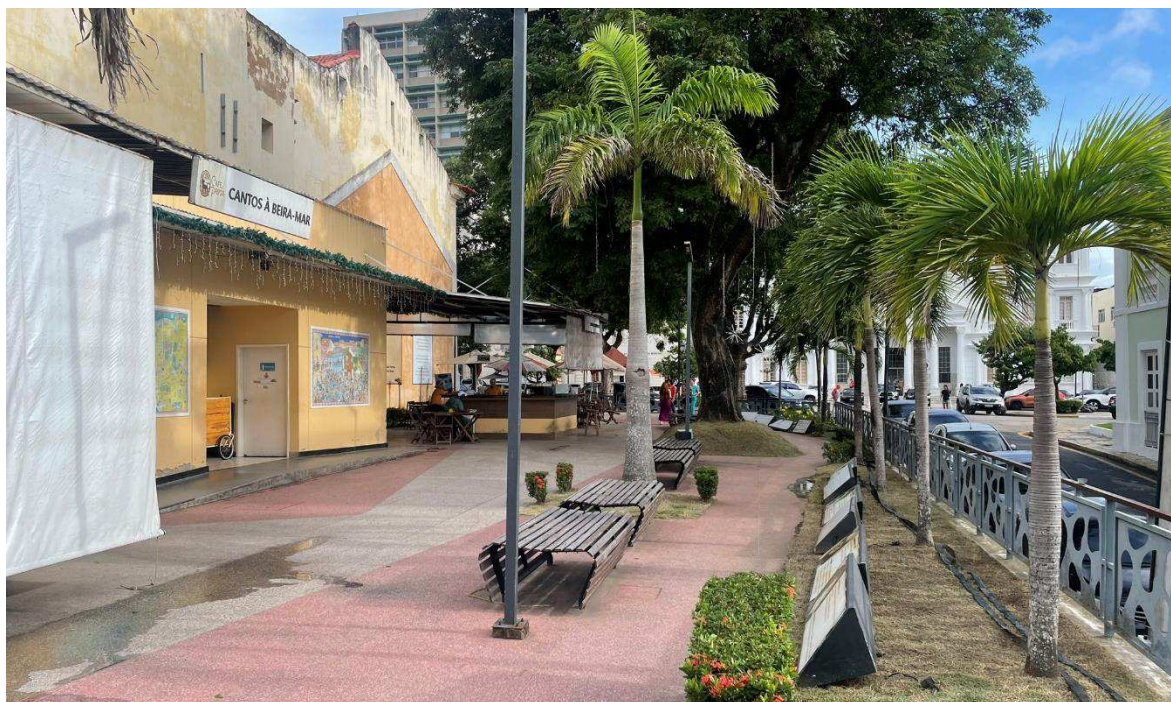
A influência do Centro Cultural não se limitava apenas às fronteiras da cidade; ele também desempenhava um papel significativo no estímulo ao turismo cultural. Visitantes de todo o país e do mundo eram atraídos pela autenticidade das apresentações, contribuindo para a economia local e promovendo uma maior apreciação da cultura maranhense em escala global.

Além disso, o Centro Cultural era um farol de inclusão social, oferecendo oportunidades de participação e envolvimento para todos os membros da comunidade, independentemente de sua origem ou status social. Aqui, as barreiras eram derrubadas, e as pessoas se uniam em torno de uma paixão compartilhada pela cultura e pela arte, enriquecendo suas vidas e fortalecendo os laços que os uniam. Em suma, o Centro Cultural do Mestre Amaral era muito mais do que um simples espaço físico; era o coração pulsante de uma comunidade vibrante e diversificada, onde a cultura florescia e as pessoas se uniam em harmonia.

Atualmente, o local foi nomeado Praça dos Poetas em honra aos notáveis poetas e escritores maranhenses: Ferreira Gullar, Catulo da Paixão Cearense, Nauro Machado, Sousândrade, Bandeira Tribuzzi, José Chagas, Gonçalves Dias, Maria Firmina dos Reis, Dagmar Destêrro e Lucy Teixeira. Há quiosques de lanches, mesas, cadeiras, bancos e um belo mirante, a praça oferece um espaço agradável para os visitantes desfrutarem das vistas encantadoras de São Luís.

Figura 84 – Praça dos Poetas

Fonte: O próprio autor (2024)

Figura 85- Praça dos Poetas

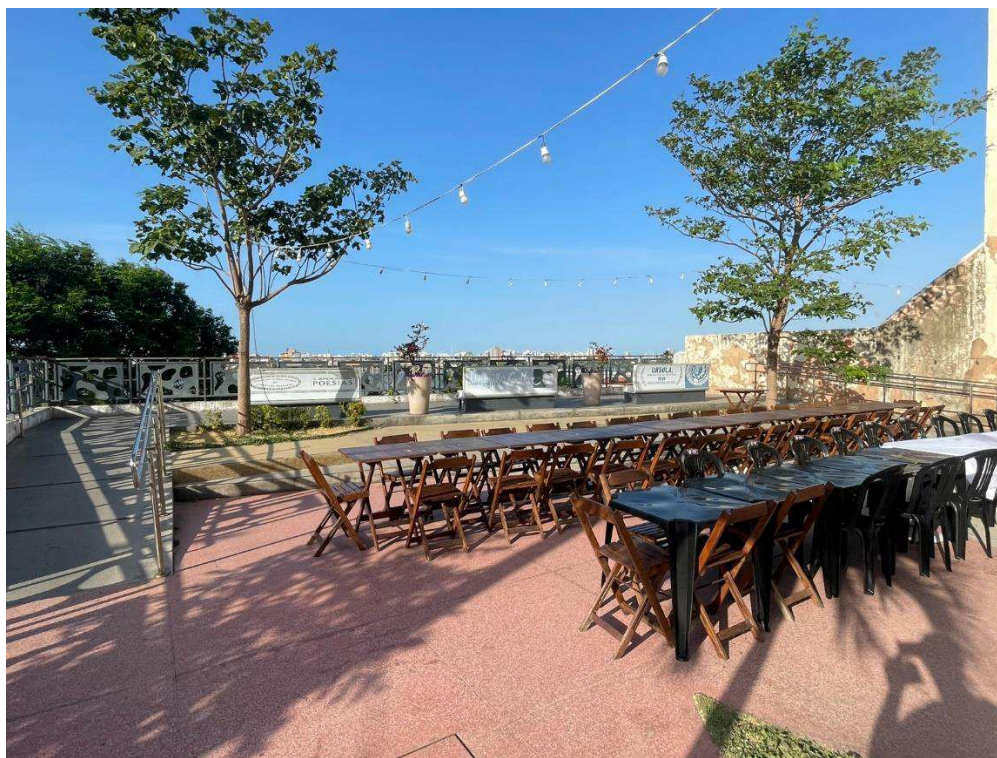
Fonte: O próprio autor (2024)

Figura 86 - Bancos e arborização da praça dos Poetas



Fonte: O próprio autor (2024)

Figura 87 – Mesas e cadeiras de uma lanchonete na praça dos Poetas



Fonte: O próprio autor (2024)

O local atrai uma intensa movimentação de usuários, composta principalmente por moradores locais do centro histórico e turistas. Embora manifestações culturais, como a capoeira, ainda ocorram, sua frequência é bastante reduzida e requer uma melhor coordenação com a administração do espaço.

Ademais, de acordo com relatos de ambulantes da região, não há mais apresentações de tambor de crioula na praça, apenas capoeira; o tambor de crioula, agora, é realizado na rua, do lado de fora do perímetro da praça. Este rearranjo evidencia uma mudança na dinâmica cultural do local e pode refletir desafios na gestão e na preservação das tradições culturais da região.

Apesar de não possuírem uma abordagem hostil em relação às pessoas em situação de rua, é importante notar que a praça é fechada durante a noite, quando os quiosques encerram suas atividades, e conta com monitoramento por seguranças para garantir a segurança do local, impossibilitando o uso da Praça como local de descanso.

- Propriedades privadas

Embora seja raro encontrar tipologias hostis de controle social nos espaços públicos, no centro histórico de São Luís, há uma notável prevalência desses dispositivos em propriedades privadas. Em particular, é comum encontrar grades com espetos camufladas sob o pretexto de proteção patrimonial. Essas estruturas não apenas representam medidas de segurança, mas também refletem uma abordagem severa em relação ao espaço, onde as relações entre o público e o privado se tornam conflituosas, especialmente nas fachadas - frequentemente denominadas como "muros do espaço público" - e nas calçadas. Essa abordagem contrasta com a atmosfera acolhedora e aberta que se espera encontrar em áreas de patrimônio histórico.

Figura 88 - Grades com Espetos



Fonte: O próprio autor (2024)

Figura 89 - Grades com Espetos



Fonte: O próprio autor (2024)

Figura 90: Grades com Espetos



Fonte: O próprio autor (2024)

CONCLUSÃO

Ao investigar os espaços públicos selecionados dentro do perímetro de estudo, identificamos seis formas de controle social, agrupadas em quatro categorias principais: apropriação privada, dispositivos hostis, bloqueio e gradeamento. Dentre essas formas, duas se destacam pela restrição de manifestações culturais.

Na Praça Valdelino Cécio, por exemplo, observamos um bloqueio, pois foram instalados bancos onde comumente aconteciam apresentações culturais, restringindo assim esse tipo de atividade. Na Praça dos Poetas, percebemos a apropriação privada como um meio de controle, uma vez que as apresentações culturais que costumavam ocorrer regularmente tiveram sua frequência interrompida drasticamente.

Além disso, durante a noite, o acesso de pessoas em situação de rua é proibido devido ao fechamento da praça, o que impede o uso do espaço para descanso. Essa situação na Praça dos Poetas traz à tona questões relacionadas à esfera pública política, que engloba atividades políticas, debates filosóficos, científicos e artísticos. Anteriormente, o local era de propriedade privada, mas acolhia todas as atividades da esfera pública; agora, como espaço público, já não abarca todas as áreas dessa esfera.

Tal situação evidencia o que a arquiteta Debora Faria destaca em sua dissertação de mestrado intitulada "Sem Descanso: Arquitetura Hostil e Controle do Espaço Público no Centro de Curitiba", onde ela discute como espaços de propriedade pública nem sempre hospedam atividades da esfera pública. Ao mesmo tempo, há espaços privados que desempenham o papel de áreas públicas, estimulando a socialização e a visibilidade do indivíduo.

Além dessas formas de controle, observamos mais duas situações de apropriação privada, com destaque para a Praça dos Catraieiros e o Largo do Comércio, sendo este último um exemplo mais acentuado, impositivo e severo de apropriação. Por fim, na Praça Nauro Machado, identificamos uma tipologia de gradeamento, que restringe o acesso ao espaço circundado, e outra de dispositivo hostil, representada pela presença de arranjos espinhosos.

Considerando o tamanho da área estudada e a pouca quantidade de estruturas de controle social presentes no Centro Histórico, é possível concluir que este ambiente é acolhedor tanto para pessoas em situação de rua quanto para manifestações culturais. Essa característica se reflete na movimentação e no uso ativo do Centro Histórico por parte dos seus usuários. Essa característica ratifica a percepção de Henri Lefebvre sobre as cidades e os espaços públicos, onde as pessoas devem usufruí-los plenamente, livres do imperativo do valor de troca. Isso se evidencia no Centro Histórico de São Luís, onde o espaço é utilizado de forma heterogênea, abrangendo uma diversidade de atividades e experiências.

Enquanto as estruturas hostis são projetadas para afastar grupos indesejados, suas consequências extrapolam esse propósito, impactando até mesmo pessoas que seriam consideradas desejáveis, como moradores locais, turistas e frequentadores habituais. A ausência dessas estruturas contribui para tornar o ambiente mais dinâmico e propício às transformações características de uma cidade em constante evolução. Ao acolher grupos socialmente marginalizados, o espaço urbano também se torna mais receptivo aos grupos tidos como aceitáveis, promovendo experiências coletivas enriquecedoras e maior visibilidade para todos os indivíduos.

Conclui-se que o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL) teve um papel significativo na criação de um ambiente culturalmente rico, onde a disseminação da cultura maranhense continua sendo um ponto central. Este legado perdura até os dias atuais, pois o centro histórico ainda é reconhecido nacionalmente por sua riqueza cultural.

Mesmo diante da presença de mobiliário urbano ou estruturas que possam restringir manifestações culturais, as pessoas encontram formas de se apropriar do espaço e fazer com que essas expressões ocorram. Quando as praças não estão disponíveis, as ruas se transformam em palcos improvisados. Dessa forma, os espaços urbanos se adaptam e adotam novas dinâmicas; se um uso é inibido, as pessoas buscam alternativas para garantir que o local permaneça vivo e pulsante.

Essa capacidade de adaptação e resiliência demonstrada por esses grupos destaca a importância do espaço público como palco para a expressão cultural e

social. Em vez de serem desencorajadas por obstáculos físicos, as pessoas buscam ativamente formas de contornar essas barreiras e criar uma experiência coletiva enriquecedora. Essa dinâmica de apropriação do espaço reflete não apenas a vitalidade cultural de São Luís, mas também a capacidade das pessoas de resistir e florescer diante de desafios urbanos.

Afinal, então, de onde vem a má fama do Centro Histórico de São Luís para algumas pessoas que residem na capital maranhense? A má fama atribuída ao Centro Histórico de São Luís por alguns moradores locais pode ser resultado da diversidade de pessoas que frequentam o local.

Embora seja reconhecido por sua inclusão e acolhimento, a presença de uma gama diversificada de grupos pode incomodar alguns segmentos da população. Jovens considerados "baderneiros", pessoas ociosas, dependentes químicos, manifestantes políticos, indivíduos em situação de rua e pessoas de diferentes etnias, raças e condições sociais podem coexistir no espaço público do Centro Histórico.

Dentro de uma cidade que constrói espaços públicos uniformes e restritos, como shoppings, essa diversidade pode causar desconforto para algumas pessoas, levando-as a evitar o local? A percepção de que o Centro Histórico é frequentado por uma variedade de grupos sociais pode afetar a reputação do lugar, especialmente para aqueles que preferem ambientes mais uniformes ou convencionais. No entanto, é importante destacar que essa diversidade também contribui para a vitalidade e autenticidade do espaço, refletindo a riqueza cultural e social da cidade de São Luís.

Com essa pesquisa, busca-se evidenciar a importância do entendimento do espaço público como meio para diminuir ansiedades e temores em relação ao ambiente urbano, considerando seus aspectos positivos de acolhimento e promoção de interações sociais dinâmicas. Outros projetos de reforma e requalificação de praças estão em andamento, assim como outros estão em fases de proposta. É esperado que esses projetos quebrem com o padrão de construção de espaços homogêneos e fechados, e que criem espaços semelhantes aos já existentes, os quais, em sua maioria, são acolhedores e convidativos ao público.

Inicialmente, o objetivo desta pesquisa era investigar não só os espaços públicos de importância coletiva, como as praças, mas também as ruas que percorrem o centro histórico, incluindo uma análise detalhada das fachadas dos casarões. Muitas dessas fachadas revelam tipologias de controle social que, infelizmente, comprometem sua beleza histórica e contam histórias complexas sobre a dinâmica social da região. Explorar esses elementos arquitetônicos poderia fornecer insights profundos sobre a evolução da cidade e suas relações de poder ao longo do tempo.

Além disso, pretendíamos examinar as políticas públicas que, de maneira muitas vezes sutil e imperceptível, afastam as pessoas em situação de rua das áreas de grande importância comercial no centro histórico.

Entretanto, devido às limitações da execução da pesquisa, foi necessário restringir o foco apenas às praças. Embora essa decisão tenha sido necessária, ela também abre portas para investigações futuras, representando um avanço significativo no estudo do meio urbano. Essa abordagem serve como um ponto de partida sólido, fornecendo insights valiosos e indicando direções promissoras para pesquisas posteriores que possam explorar mais ainda as interações entre arquitetura, políticas públicas e dinâmicas sociais urbanas.

REFERÊNCIAS

ANDRÈS, LPCC. **Reabilitação do centro histórico de São Luís: análise crítica do programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís/PPRCHSL, sob enfoque da conservação urbana integrada.** 2006. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. 247f. Recife.

ATTOH, K. A. **What kind of right is the right to the city? Progress in Human Geography**, v. 35, n. 5, p. 669-685, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BENJAMIN, Joás. **Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe 'arquitetura hostil', é promulgada.** Agencia Senado, Brasília, 22 de dez. de 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada>. Acesso em dia: 05 de nov. de 2023.

BRANDT, DANIELE BATISTA. **O Direito à cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: Da utopia urbana experimental à gestão democrática das cidades.** Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

COX, Elisa P.; COX, Maria I. P. **Interdições ao corpo no corpo da cidade: arquitetura, urbanismo, discurso e controle social.** Revista Linguagem, v. 24, n. 1, 2015. ISSN: 1983-6988.

FARIA, D. R. **Sem descanso: arquitetura hostil e controle do espaço público no centro de Curitiba.** 2020. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Paraná.

FARIA, D. R.. **Da Generosidade à Hostilidade: Arquitetura Hostil Nas Galerias Da Avenida Sete De Setembro.** In: Alessandro Filla Rosaneli. (Org.). Olhares Pelo Espaço Público. 1ed.Curitiba: Setor de Tecnologia da UFPR, 2019, v. 1, p. 230-252.

GEHL, J. **Life between buildings: using public space**. Washington (EUA):Island Press, 2011.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

INNERARITY, D. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2010.

JACOBS, A. **Looking at cities**. Harvard University Press, 1985.

JACOBS, J. **The death and life of great American cities**. Nova Iorque: Vintage Books, 1992.

JOSÉ DE BRITO, Mozar; SILVA ANDRADE, Luís Fernando. **DIREITO À CIDADE: UMA REVISÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA (1995-2020)**. *Direito da Cidade*, v. 14, n. 4, 2022.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, 1991.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001[1968].

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARQUES, Camila. **Restaurante é denunciado por racismo em São Luís e internautas relatam outros casos: 'Pior experiência da minha vida'**. G1, São Luís, 17 de fev. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/02/17/restaurante-e-denunciado-por-racismo-em-sao-luis-e-internautas-relatam-outros-casos-pior-experiencia-da-minha-vida.ghtml>. Acesso em 13 de dez. de 2023.

MITCHELL, D. **The Right to the city. Social justice and the fight for public space**. Nova Iorque: The Guilford Press, 2003.

MITCHELL, D. **The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space**. New York: Guilford Press, 2003.

QUEIROGA, E.F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 284 p. Tese (Livre Docência - Área de Concentração: Paisagem e

Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RENNER, Marjorie C.; SANTOS, Pedro P. dos; SILVA, Valdelícer Fonsêca. **Negativa do direito à cidade: arquitetura hostil como instrumento de controle e exclusão social**. Anais [...]. Florianópolis-SC, dez. 2017. ISBN: 978-85-5722-042-3.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203).

ROSANELI, A. F. ; DALMOLIN, G. H. ; FARIA, D. R. . **O conceito de espaço público: sucinta revisão de literatura em artigos dos ENANPUR**. ENANPUR - ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal.

SANCHES, Jussara Romero. **O direito à cidade**. Revista do Direito Público, Londrina, v. 12, n. 1, p.318-321, abr. 2017. DOI: 10.5433/24122-107817-1X.2017v17n1p318. ISSN: 1980-511X.

TAVOLARI, Bianca. **Direito à cidade: uma trajetória conceitual**. Novos estudos CEBRAP, v. 35, p. 93-109, 2016.

WHYTE, W. H. **The social life of small urban spaces**. Nova Iorque: Project for Public Spaces, 2001.